



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

SUELLEN DO CARMO

**A EXPERIÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO NO BRASIL
SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO CHÁRGICA NA IMPRENSA
SINDICAL**

Londrina
2019

SUELLEN DO CARMO

**A EXPERIÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO NO BRASIL
SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO CHÁRGICA NA IMPRENSA
SINDICAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Comunicação da Universidade
Estadual de Londrina como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Carmo, Suellen do.

A experiência do novo sindicalismo no Brasil sob a ótica da produção chárstica na imprensa sindical / Suellen Carmo. - Londrina, 2019.
116 f. : il.

Orientador: Rozinaldo Antonio Miani.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Novo sindicalismo - Tese. 2. Imprensa sindical - Tese. 3. Charge - Tese. 4. Cartum - Tese. I. Miani, Rozinaldo Antonio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

SUELLEN DO CARMO

**A EXPERIÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO NO BRASIL SOB A
ÓTICA DA PRODUÇÃO CHÁRGICA NA IMPRENSA SINDICAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Comunicação da Universidade
Estadual de Londrina como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. José Mário Angeli
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Daniel de Oliveira Figueiredo
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 11 de abril de 2019.

Dedico

Ao meu querido e amado pai (*in memoriam*),
responsável indiretamente por essa formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser minha força e também por seu amor incomparável que possibilitou a conclusão de mais esta longa etapa.

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado em Comunicação pelos conhecimentos transmitidos a nós. Aos colegas do curso, pela companhia e por tornarem esse período de estudos mais divertido e significativo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo à minha pesquisa, concedendo a bolsa para que fosse possível a realização deste estudo sem maiores dificuldades. Deixo aqui, meus profundos agradecimentos.

Agradeço ao professor Rozinaldo Miani, por acreditar em mim nos diversos momentos, principalmente, naqueles em que meu maior inimigo era a tendência em desacreditar da minha capacidade. Por ter o dom de transformar uma dúvida em profundos questionamentos que proporcionaram aprendizados valiosos. Obrigada por ensinamentos imprescindíveis para a elaboração deste trabalho, mas não somente aos que se restringiam ao meio acadêmico, mas, especialmente, àqueles que me conduziram a transpor os muros desta academia, tornando-me um ser humano melhor. Seus ensinamentos me levaram a enxergar o mundo com outros olhos, olhos que não apenas vêem, mas que também enxergam, e que enxergam além de si mesmos, que enxergam o outro em suas necessidades e particularidades. Ensinarão-me a ouvir com ouvidos que não apenas escutam, mas que buscam pela compreensão daquilo que se ouve, como também a compreender quem fala e o porquê de assim se falar. Ensinarão-me a traduzir sentimentos em palavras, palavras em gestos e gestos em atitudes. E, por fim, puderam me ensinar que tais atitudes devem sempre estar imbuídas pela empatia e amor ao próximo, pelo desejo de transformação, de crescimento e melhorias. Obrigada ao excelente professor, incrível orientador e especial amigo.

Agradeço de coração ao meu noivo (Luís Eduardo Guimarães), amor da minha vida, por ser o primeiro a me incentivar e encorajar a realizar o mestrado. Por entender essa prioridade em minha vida e apoiar em cada segundo, ouvindo as minúcias deste trabalho e não medindo esforços para contribuir em tudo quanto fosse preciso. Eu te amo e sou imensamente grata por sua parceria.

Agradeço aos meus familiares aos quais devo exatamente tudo o que alcancei até aqui. Obrigada por todo o apoio e sustento, em momentos de ansiedade, fraqueza e negatividade. Obrigada por me amarem e transmitirem a força necessária para que eu pudesse prosseguir. Amo vocês e agradeço profundamente (Ilda Ferreira do Carmo; Christiane do Carmo, Jonathan Ferreira do Carmo, Solange do Carmo Lustri e Izaías do Carmo).

Reforço o agradecimento às duas mães com as quais a vida me presenteou; minha mãe por natureza, que é o motivo pelo qual não desisti de viver e lutar, e também o motivo pelo qual decidi levar adiante todas as aspirações acadêmicas. Obrigada por tornar possível a realização deste estudo.

Sou grata a minha irmã mais velha (Christiane do Carmo), minha segunda mãe, dona de uma sabedoria inspiradora, que de maneira indireta foi responsável por despertar em mim o desejo pelo conhecimento e questionamento, por me ensinar a amar as palavras e também a usá-las e, enfim, por ser minha primeira e preferida professora.

Em suma, agradeço a todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

O proletariado tem como única arma,
na sua luta pelo poder,
a organização.
(Lênin)

CARMO, Suellen do. **O novo sindicalismo sob a ótica da produção chárstica na imprensa sindical**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O principal objetivo com este trabalho foi entender como acontece a retratação do novo e combativo sindicalismo brasileiro, desde sua emergência no final da década de 1970 e durante a década de 1980, com suas lutas, reivindicações e movimentos grevistas, por meio das charges e cartuns publicados na imprensa sindical. Quando nos referimos ao sindicalismo no Brasil, as imagens que nos vem à mente são justamente as que expressam uma época de um movimento sindical atuante e que projetou importantes lideranças políticas para o país. O momento era do despertar de um sindicalismo que há muito via suas possibilidades de mobilização impedidas pelo governo, pela falta de democracia e liberdade para ação política. Assim surgiu o novo sindicalismo, comprometido efetivamente com a classe trabalhadora e defendendo bandeiras da luta econômica, principalmente, contra o arrocho salarial, e também bandeiras políticas mais amplas, como a luta pelo fim da ditadura civil-militar e a defesa da reforma agrária. Os sindicatos também buscavam convencer os trabalhadores da necessidade de realizar a sindicalização e da importância da união entre eles para a conquista de suas demandas. Nesse sentido, após uma explanação teórica a respeito da concepção do sindicato e uma breve retrospectiva histórica do sindicalismo no Brasil, com ênfase para o momento do novo sindicalismo, bem como uma reflexão a respeito das charges e cartuns e sua importância para a imprensa sindical, realizamos uma análise de charges e cartuns que pautaram e representaram alguns importantes aspectos do novo sindicalismo. Pudemos constatar que os sindicatos expoentes do novo sindicalismo utilizaram de maneira significativa o discurso persuasivo do humor gráfico para abordar as condições e as questões econômicas, políticas e sociais que envolviam os trabalhadores no contexto da sociedade capitalista e apresentaram as críticas e as considerações que pudessem contribuir para os processos organizativos e de mobilização dos trabalhadores na conjuntura política da década de 1980.

Palavras-chave: Novo sindicalismo. imprensa sindical. Charge. Cartum. Década de 1980.

CARMO, Suellen do. **The new syndicalism from the perspective of editorial cartoons production in the union press.** 2019. 116 p. Dissertation (Master's degree in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

The main objective of this work was to understand how the retraction of the new and combative Brazilian trade unionism, from its emergence in the late 1970s and during the 1980s, with its struggles, demands and striking movements, through editorial cartoons and cartoons published in the trade union press. When we refer to trade unionism in Brazil, the images that come to mind are precisely those that express an era of an active trade union movement that has projected important political leadership for the country. The moment was the awakening of a unionism that had long ago seen its possibilities of mobilization prevented by the government, the lack of democracy and freedom for political action. In this way the new trade unionism, effectively committed to the working class and defending the economic struggle, especially against the salary scourge, and also broader political banners, such as the struggle for the end of the civil-military dictatorship and the defense of the agrarian reform. The unions also sought to convince the workers of the need to carry out unionization and the importance of union between them in order to achieve their demands. In this sense, after a theoretical explanation about the conception of the union and a brief historical retrospective of trade unionism in Brazil, with emphasis on the moment of the new unionism, as well as a reflection on editorial cartoons and cartoons and their importance for the trade union press, we conducted an analysis of editorial cartoons and cartoons that guided and represented some important aspects of the new syndicalism. We could see that the syndicalists of the new syndicalism made significant use of the persuasive discourse of graphic humor to address the economic, political, and social conditions and conditions that involved workers in the context of capitalist society and presented criticisms and considerations that could contribute for the organizational processes and the mobilization of workers in the political conjuncture of the 1980s.

Keywords: New syndicalism; trade union press; editorial cartoon; cartoon; 1980s.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1.....	69
FIGURA 2.....	72
FIGURA 3.....	73
FIGURA 4.....	74
FIGURA 5.....	75
FIGURA 6.....	76
FIGURA 7.....	78
FIGURA 8.....	80
FIGURA 9.....	82
FIGURA 10.....	83
FIGURA 11.....	84
FIGURA 12.....	86
FIGURA 13.....	88
FIGURA 14.....	90
FIGURA 15.....	93
FIGURA 16.....	94
FIGURA 17.....	97
FIGURA 18.....	99
FIGURA 19.....	101
FIGURA 20.....	102
FIGURA 21.....	104
FIGURA 22.....	105
FIGURA 23.....	106
FIGURA 24.....	108
FIGURA 25.....	109
FIGURA 26.....	110
FIGURA 27.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
Conclat	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
Concut	Congresso Nacional da CUT
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Diesse	Departamento Intersindical de Estudos Sócio-econômicos
Entoes	Encontro Nacional de Trabalhadores em oposição à atual Estrutura Sindical
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MOSMSP	Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
PEA	População Economicamente Ativa
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMSBCD	Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	SINDICATOS E SINDICALISMO: UMA BREVE REFLEXÃO HISTÓRICA	16
2.1	CONCEPÇÕES DE SINDICATO NA PERSPECTIVA MARXISTA	16
2.2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO NOVO SINDICALISMO NO BRASIL	23
2.3	A ASCENSÃO DO NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO	27
2.3.1	A questão da estrutura sindical e a criação da CUT	33
2.3.2	A Constituição de 1988 e o novo sindicalismo	39
2.4	O DESCENSO DO NOVO SINDICALISMO	43
3.	A IMAGEM COMO DOCUMENTO HISTÓRICO	51
3.1	O INÍCIO DA SÁTIRA POLÍTICA E O LUGAR DAS CHARGES E CARTUNS.....	53
4.	ANÁLISE DA PRODUÇÃO CHÁRGICA DO NOVO SINDICALISMO.....	64
4.1	A UTILIZAÇÃO DO HUMOR GRÁFICO COMO ESTRATÉGIA DO NOVO SINDICALISMO.....	64
4.2	SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CHÁRGICA SINDICAL.....	66
4.2.1	Conjuntura política.....	68
4.2.2	Auto-retratação do sindicato.....	79
4.2.3	Comissões de fábrica	89
4.2.3	Lutas sindicais	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	114

1. INTRODUÇÃO

Conhecido em sua gênese como uma organização de trabalhadores que busca atingir seus objetivos em comum por meio da mobilização em prol de melhorias das condições de trabalho no contexto da sociedade capitalista, o sindicato tem o intuito de, com esclarecimento e organização da categoria, lutar contra a exploração praticada pela burguesia.

Muitas vezes coagidos pelo abuso de poder por parte dos detentores do capital, os trabalhadores se deixam desvalorizar, chegam a considerar seus empregos como um ato de extrema bondade por parte dos patrões e, dessa forma, não se sentem no direito de reivindicar uma jornada de trabalho justa, melhores condições de trabalho e salários dignos. Sendo assim, o sindicato teria como uma de suas funções principais aglutinar os trabalhadores dispersos e esclarecê-los da necessidade da luta diária por seus direitos e seus interesses.

No entanto, a realidade sindical brasileira nos força a distanciar cada vez mais os escritos de Marx e Lênin em relação ao sindicalismo, sua função e objetivo social, em razão do que se tem visto como experiência real desse movimento na atualidade. Nesse sentido, o sindicalismo combativo da década de 1980 está longe de ser considerado a materialização de todo o potencial atribuído ao sindicato, porém nos parece ser uma das mais importantes e vigorosas experiências sindicais em território brasileiro.

O novo sindicalismo brasileiro surgiu no período da grande efervescência das greves, principalmente no ABC paulista, onde os trabalhadores da região se organizaram efetivamente e, como consequência, impulsionaram mobilizações por todo o país. Diante disso, se configurou um novo momento no país e o cenário passou a ser protagonizado por trabalhadores imbuídos de um grande desejo de transformação, ao menos em relação às suas condições imediatas de existência.

O sindicalismo advindo do período da abertura política, ainda no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), veio comprometido com a classe subalterna e verdadeiramente disposto a lutar, já que havia experimentado a falta de liberdade de expressão, de democracia e autonomia, e, portanto, via no processo de redemocratização a chance de exercer plenamente o dever combativo e transformador que durante árduos anos fora impossível.

No entanto, mesmo com todo desejo revolucionário presente naquele sindicalismo combativo, seus protagonistas não deixaram de encarar dificuldades, como, por exemplo, no que diz respeito ao desafio de se aproximarem de suas bases e convencer os trabalhadores a se filiarem e seguirem as diretrizes defendidas por suas respectivas entidades representativas. Nesse sentido, uma das principais maneiras para realizar este convencimento foi a utilização do humor gráfico como estratégia comunicativa, por meio da produção de cartilhas e boletins informativos fartamente ilustrados por charges, bem como pela elaboração de pequenas histórias em quadrinhos.

Posto isto, a pesquisa em questão se fundamenta na retratação do período do novo sindicalismo brasileiro, por meio da análise de suas representações chárgicas. E para o cumprimento de nossos propósitos será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre esse contexto, como também um estudo sobre a imprensa sindical e a utilização das charges, realizando um intenso trabalho de seleção e análises de imagens que expressam essa temática.

As imagens a serem selecionadas pertencem ao universo do humor gráfico, especialmente as charges e cartuns, por serem modalidades de natureza dissertativa (MIANI, 2000; 2005; 2012) e possuírem uma potencialidade crítica. Neste sentido, pode-se compreender tais produções iconográficas como imagens que têm como propósito a denúncia ou a crítica a um fato ou contexto que mereça evidência. No caso da charge, ela é usada como um instrumento e arma retórica de combate e também na defesa de princípios e ideologias, ou seja, a charge se constitui como uma arma que pode, em mãos da classe subalterna, produzir uma crítica contundente da realidade, possibilitando que a população compreenda a situação política e social, facilitando a conscientização (MIANI, 2000).

As charges e os cartuns se justificam como uma importante ferramenta de crítica. Especialmente no ambiente sindical, essas produções comunicativas têm contribuído muito em relação à reflexão da categoria na perspectiva de lutar para a conquista dos objetivos políticos de suas organizações de classe, de modo que se torna imprescindível analisá-las, principalmente, naquele que foi um dos momentos mais intensos do sindicalismo brasileiro, ou seja, o período do novo sindicalismo.

Portanto, esta pesquisa será desenvolvida com o intuito de responder às seguintes questões: quais as principais características do novo sindicalismo

brasileiro retratado pela produção iconográfica da imprensa sindical? Essas características seriam compatíveis com os conceitos de sindicato e sindicalismo estabelecidos por Marx e Lênin? Quais as virtudes e os limites produzidos por essa experiência do movimento sindical explorados por meio das charges e cartuns?

Esperamos responder a esses questionamentos ao longo do desenvolvimento do trabalho, que tem como objetivo geral apresentar um retrato analítico da experiência do novo sindicalismo brasileiro por meio da produção iconográfica na imprensa sindical. Para atingirmos esse objetivo será necessário, ainda, realizar levantamento bibliográfico e reflexão teórica a respeito de sindicato e de sindicalismo; realizar um estudo sobre o novo sindicalismo brasileiro; desenvolver uma reflexão sobre a metodologia de análise de imagens; e selecionar e analisar charges relacionadas ao novo sindicalismo no Brasil.

A proposta para o desenvolvimento dessa pesquisa surgiu a partir de uma inquietação pessoal em relação à temática escolhida. Trata-se, ainda, de um desdobramento de Trabalho de Conclusão de Curso que teve como título “A atuação do profissional de relações públicas no sindicato” (CARMO; NAKANE, 2017) e que gerou a necessidade de conhecer mais a respeito da conceituação de sindicato e da história do sindicalismo brasileiro, bem como suas demandas sociais e políticas. Para essa pesquisa, no entanto, o *corpus* de análise serão as charges e cartuns; com isso, estamos estabelecendo uma conexão com toda uma trajetória de pesquisa que vimos desenvolvendo desde os tempos da graduação junto a projetos de pesquisa que estudam as charges no contexto da história brasileira recente.

Ao traçar um retrato do novo sindicalismo brasileiro por meio da análise de charges e cartuns publicados na imprensa sindical, esperamos contribuir no sentido de acrescentar conhecimentos a um aspecto pouco explorado de nossa história, uma vez que, de acordo com Armando Boito Jr. (2005), os sindicatos e suas lutas foram responsáveis por inúmeras conquistas no decorrer da história do Brasil, porém esse protagonismo do sindicalismo tem sido ocultado da construção de nossa memória história.

Acreditamos que a produção iconográfica da imprensa sindical, como charges e cartuns, merece um enfoque cuidadoso para que se possa verificar sua importância e impactos, bem como revelar as contradições entre o que os sindicatos

realizam em seu cotidiano de trabalho e o que procuram representar por meio de suas práticas discursivas.

Por fim, acreditamos que a elaboração dessa pesquisa poderá contribuir para as pesquisas de natureza interdisciplinar, pois engloba estudos da área da comunicação e também da História do Brasil, além de, ressaltar a relevância dos estudos da iconografia como um importante auxílio para a compreensão histórica.

Nesse sentido, para cumprirmos com os objetivos estabelecidos, será realizada inicialmente uma reflexão a respeito das concepções de sindicato e sindicalismo a partir dos escritos de Marx e Lênin sobre o assunto, passando por uma análise sobre a trajetória do movimento sindical no Brasil com ênfase na ascensão e declínio do chamado novo sindicalismo. No capítulo seguinte, iremos desenvolver algumas reflexões a respeito da imagem como documento histórico apresentando algumas características gerais do humor gráfico e as especificidades das charges e cartuns. Por fim, apresentaremos algumas das produções iconográficas veiculadas na imprensa sindical que tematizaram aspectos referentes ao novo sindicalismo e que serão analisadas por meio da metodologia da análise do discurso chágico.

2. SINDICATOS E SINDICALISMO: UMA BREVE REFLEXÃO HISTÓRICA

2.1 CONCEPÇÕES DE SINDICATO NA PERSPECTIVA MARXISTA

Uma definição básica de sindicato aponta para a ideia de uma associação de trabalhadores que se une em prol de um objetivo comum, seja ele de ordem econômica, trabalhista ou social. Porém, quando se refere a sindicalismo, deve estar claro que se trata de uma organização política em que o objetivo deve ser reunir a massa proletária e favorecer a consciência de classe dos trabalhadores, atuando em uma perspectiva de enfrentamento.

No entanto, é possível perceber que o sindicalismo nos dias atuais tem se configurado como uma organização menos combativa e classista que outrora. Essa situação torna um exercício complexo associar o sindicalismo atual às definições de sindicato, elaboradas por Marx, Lênin e Gramsci, por exemplo. Sendo assim, nesse tópico o objetivo será recorrer aos primeiros escritos sobre sindicato e suas definições.

Karl Marx passou a elaborar a respeito dos sindicatos quando estes estavam em sua emergência, no momento de seu surgimento. Imbuído de um desejo revolucionário, Marx enxergou naquelas organizações primitivas, um grande potencial como centros organizadores dos trabalhadores. Segundo Drizdo Losovsky “Marx via nos sindicatos, antes de tudo, centros organizadores, focos de agrupamento das forças proletárias, organizações destinadas a dar-lhes sua primeira educação de classe” (LOSOVSKY, 1989, p.34).

É perceptível que Marx analisava os sindicatos com certa esperança em relação à possibilidade de esses centros serem responsáveis por unir os trabalhadores dispersos e fazer com que pudessem receber os primeiros ensinamentos acerca do lugar em que ocupavam na imensa engrenagem capitalista, podendo compreender que seus companheiros de trabalho não eram seus inimigos e que, pelo contrário, seria essencial que se unissem.

Marx ia além em sua convicção, afirmando que os sindicatos eram escolas de solidariedade, escolas de socialismo, ressaltando o potencial de agrupamento dos proletários por meio dos sindicatos. A esse respeito, Losovsky afirma:

A única força social do lado do proletário é a sua massa. Mas a força da massa dissolve-se quando há desunião. A separação entre os proletários é o produto e o resultado da inevitável concorrência entre eles próprios. Os sindicatos nascem precisamente do impulso espontâneo dos proletários, tentando eliminar, ou pelo menos reduzir esta concorrência, a fim de que possam conseguir, nos contratos, condições que os coloquem um pouco acima da situação de simples escravos (LOSOVSKY, 1989, p.35).

Com base nos pensamentos de Marx, o sindicato surge para demonstrar, por meio de sua atuação política, que é preciso que os trabalhadores se unam e se reconheçam como semelhantes. É essencial que a classe trabalhadora elimine a concorrência ou a ideia de que ela exista, pois, somente a partir dessa prerrogativa é que seria possível agir a fim de solucionar as principais demandas da realidade proletária.

Nessa perspectiva, os sindicatos deveriam se constituir em todas as partes, em diversas categorias, como verdadeira força política, servindo como instrumento para a classe. De acordo com o autor, é neste ambiente que deve ser ensinado a respeito da condição de exploração em que vivem os trabalhadores e, principalmente, a fim de proporcionar um processo de conscientização política para que assim se compreenda como os processos de participação, intervenção e reivindicação são as armas principais para a luta pela diminuição da exploração.

Losovsky (1989) afirma que, para Marx, os sindicatos tinham o dever de enfrentar os embates diários entre trabalhadores e aqueles que detinham os meios de produção, resistindo a todas as investidas do capital, principalmente, em relação às questões que envolviam o salário e a jornada de trabalho, que se caracterizam como o fim imediato de tais organizações. No entanto, não se pode perder de vista a noção de que os sindicatos, de maneira espontânea, se tornaram os centros de agrupamento dos trabalhadores; sendo assim, por meio deles, seria possível haver a abolição do sistema de trabalho assalariado.

Já naquela época, Marx enfrentou a difícil missão de criticar os sindicatos que se afastavam de sua função política, considerando que as organizações sindicais não poderiam ser neutras ou apolíticas e possuíam uma missão histórica. De acordo com Losovsky, durante o Congresso de Genebra, na Primeira Internacional, Marx alertou para a necessidade de se compreender a missão histórica dos sindicatos.

Contudo, os alertas e advertências de Marx não se reduziram ao período em que viveu o autor, se incumbindo de realizar a seguinte profecia:

Além de seus fins primitivos, os sindicatos devem aprender desde já a atuar de maneira mais consciente, como eixos de organização da classe proletária, pelo interesse superior de sua emancipação total. Conquanto, se considerem como vanguarda e representação de todo proletariado, e hajam de acordo com este significado, devem procurar atrair os que se encontram fora dos sindicatos. Devem ocupar-se cuidadosamente das classes trabalhadoras mal remuneradas, os trabalhadores agrícolas, a quem circunstâncias desfavoráveis privaram de suas forças de resistência. Devem levar ao mundo a convicção de que seus esforços, longe de serem egoístas e ambiciosos, alcançarão a emancipação das massas oprimidas (LOSOVSKY, 1989, p.36).

Para além das advertências a respeito da missão que os sindicatos deveriam cumprir ao longo de sua existência, Marx alertou também para a necessidade de se compreender que tão importante quanto lutar para a emancipação da classe trabalhadora e agir em prol da diminuição das mazelas causadas aos trabalhadores era a necessidade de apoio às outras formas de organizações políticas, tais como os movimentos sociais. A união é necessária, não apenas aos trabalhadores de todo mundo, mas também, aos movimentos políticos. Marx determina com clareza a relação entre os movimentos políticos e econômicos, expressas por Losovsky:

A ligação entre o movimento puramente econômico e o político, com as condições de transformação de um em outro, é determinada por Marx, quando se refere a organização prévia da classe proletária, isto é, estabelece precisamente aquilo que, depois de sua morte, foi completa e intencionalmente esquecido e alterado pelo reformismo internacional (LOSOVSKY, 1989, p.37).

Quando Marx elabora a respeito dos movimentos políticos e econômicos, na prática ela explica a relação existente entre os sindicatos e o partido político. O autor faz a diferenciação entre os dois termos e se dedica a explicar o dever econômico dos sindicatos; no entanto, deixa explícita a importância da luta política e como ela se sobressai à perspectiva econômica.

Em relação a esse aspecto, Losovsky (1989) faz uma ressalva sobre as afirmações de Marx, explicando que o autor não tinha a intenção de que os sindicatos se tornassem organizações puramente políticas e negligenciassem os

processos econômicos ou se igualassem ao Partido, tornando-se uma coisa só, mas, defendia a ideia de que os sindicatos eram os centros de agrupamento das forças proletárias. Sindicatos e partidos possuíam o mesmo objetivo, no entanto, com maneiras diferentes de alcançá-lo. Sendo assim, apenas por meio dos sindicatos é que se poderia chegar aos trabalhadores, pois o processo de união era o primeiro passo para a sua conscientização.

Caminhando na mesma perspectiva do que escreveu Marx a respeito dos sindicatos e suas funções, Lênin afirma que estes deveriam ser pensados como organizações que proporcionassem a educação dos trabalhadores:

[...] é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, é uma escola, escola de governo, escola de administração, escola de comunismo. É uma escola de tipo completamente desconhecido, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, mas certa combinação extraordinariamente original daquilo que ficou do capitalismo, e que não podia deixar de ficar, e do que realizam em seu seio os destacamentos revolucionários avançados, isto é, a vanguarda revolucionária do proletariado (LÊNIN, 1961, p.289).

As ideias de Lênin e Marx estavam em consonância em relação à definição de sindicato na medida em que ambos identificavam o potencial educador dessa organização. Seria nos sindicatos que os proletários e trabalhadores deveriam receber os ensinamentos a respeito da política e da condição de exploração em que viviam. Todo o processo de ensinamento sindical teria um fim último, qual seja, alcançar a transição do sistema econômico capitalista para o socialismo.

De acordo com Lênin, a função do sindicato era, a todo o momento, realizar a defesa dos interesses da classe proletária no processo de luta contra o capital:

Por isso, uma das tarefas mais importantes dos sindicatos, é desde esse momento, a defesa, em todos os aspectos e por todos os meios, dos interesses de classe do proletariado em sua luta contra o capital. Esta tarefa, deve ser colocada abertamente em um dos primeiros lugares; o aparelho do sindicato deve ser reconstruído em harmonia com isto, modificado ou complementado, (devem organizar-se comissões para o julgamento de conflitos, devem criar-se fundos para os casos de greves, fundos de ajuda mútua, etc.) (LÊNIN, 1961, p.315).

Com base nos fragmentos acima, Lênin acreditava que o sindicato deveria se constituir a serviço dos proletários, como um instrumento necessário para a resolução dos maiores conflitos presentes no dia a dia destas organizações. No entanto, assim como para Marx, o autor enxergava o potencial político do sindicato, sem perder de vista a importância da luta econômica diária. Nas palavras do autor:

[...] recai incondicionalmente sobre os sindicatos a obrigação de defender os interesses dos trabalhadores, de contribuir, na medida do possível, para melhorar suas condições materiais de existência, corrigindo constantemente os erros e os exageros nos organismos econômicos [...] (LÊNIN, 1961, p.315/316).

Lênin considerava os sindicatos como organizações extremamente necessárias para os períodos de conquista do socialismo e para todo o processo de transição, porém, em seus escritos, está presente uma grande preocupação a respeito de esses organismos exercerem funções constantes, no que dizia respeito à defesa dos interesses da classe proletária, agindo para a diminuição dos efeitos dos ataques do capitalismo aos trabalhadores em geral.

Portanto, é dever dos sindicatos, na visão de Lênin, contribuir para que todas as problemáticas que envolvem tais organizações sejam solucionadas da melhor forma possível e que a classe proletária receba o mínimo de prejuízos e o máximo de vantagens. Lênin (1961) se mostrava esperançoso ao falar das organizações sindicais, chegando ao ponto de declarar em seus escritos que o sindicato seria a única possibilidade de liquidar as resistências e conflitos entre a classe proletária e o Estado.

Uma das minúcias em relação à advertência que Lênin fazia aos sindicatos, em suas funções e deveres, é a aproximação real com a massa de trabalhadores; segundo o autor, é necessário que haja afinidade entre as organizações sindicais e os proletários que trabalham numa respectiva área.

A ligação com as massas, isto é, com a grande maioria dos operários (e a seguir com todos os trabalhadores) é a condição mais importante, mais fundamental para que alcancem êxitos em qualquer atividade que desenvolvam. Desde a base até o ponto mais alta da organização dos sindicatos e de seu aparelho, deve ser criado e comprovado na prática, baseando-se na experiência de uma longa série de anos, um sistema de camaradas responsáveis, não obrigatoriamente saído das fileiras comunistas, que devem viver

incrustados na vida operária, conhecê-las em todos seus aspectos, saber determinar infalivelmente, em qualquer questão, sob qualquer circunstância, o estado de ânimo das massas, suas verdadeiras aspirações, necessidades e pensamentos, saber determinar, sem a menor sobra de falsa idealização, seu grau de consciência e a força da influência deste ou de outros preconceitos e reminiscências do passado, saber conquistar uma confiança sem limites da parte das massas com uma atitude de camaradagem para com elas, com uma solícita satisfação de suas necessidades (LÊNIN, 1961, p.321).

Além da aproximação com as massas, seria ideal que os sindicatos conhecessem a fundo os trabalhadores que compõem a massa proletária, para que se fugisse de falsas impressões e até mesmo interpretações e idealizações errôneas. Afirma Lênin:

As conclusões práticas são de dois aspectos. Primeiro: para que o trabalho dos sindicatos seja eficaz, não basta compreender bem as suas tarefas, não basta estruturá-los com acerto; é preciso, além disso, um tato peculiar, saber aproximar-se das massas de um modo especial em cada caso concreto, conseguindo, com um mínimo de resistência, elevá-las a um grau mais alto no aspecto, cultural, econômico e político (LÊNIN, 1961, p.322).

Para ambos os autores é comum o entendimento de que o sindicato deveria agir em prol do convencimento das massas e, neste aspecto, tal atividade se constituiria como o principal papel da organização. Posto isto, era de suma importância que todos os membros que possuíssem esclarecimento político transmitissem aos demais os seus conhecimentos, em uma perspectiva educadora.

Para Lênin, os sindicatos possuíam o dom de manipulação e persuasão das massas trabalhadoras e, por isso, teriam a tarefa de sensibilização dos proletários “[...] agora trata-se de como abordar as massas, de como ganhá-las, de como nos ligarmos a elas, de como garantir a boa marcha das complicadas correias de transmissão do trabalho (do trabalho destinado a exercer a ditadura do proletariado)” (LÊNIN, 1961, p.291-292).

Com o objetivo de realizar as funções essencialmente políticas, surge a figura do partido político em Marx e Lênin. Na concepção dos referidos autores, o sindicalismo deve atuar até determinado momento, porque é dentro do partido que seriam realizadas as principais funções políticas. No entanto, os sindicatos devem contribuir para a construção do partido político, pois somente com o auxílio de ambas

as organizações é que seria possível a transição para o regime socialista de governo. As organizações sindicais são essenciais ao máximo durante o processo de luta contra o capital; no entanto, para exercer a ditadura do proletariado é necessário que o partido político possa entrar em ação sem que nenhuma brecha seja aberta.

Um pouco diferente do que escreveram Lênin e Marx a respeito de sindicato, o pensador italiano Antonio Gramsci construiu suas concepções de maneira ainda mais crítica. O referido autor acreditava na relevância do sindicato como instrumento de luta, mas apenas no âmbito econômico, não o considerando fator de transformação.

De acordo com Miani (2000), Gramsci enxergava no sindicato uma vocação de agente colaborador com o Estado nas resoluções dos conflitos econômicos, agindo como uma entidade responsável pela legalidade e, portanto, não tinha a possibilidade de alcançar a autonomia das organizações operárias. Em suma, o autor entendia que o sindicato era uma expressão da sociedade capitalista e não uma forma de superá-la.

No entanto, Gramsci via a importância dos sindicatos, principalmente, em relação aos conselhos de fábrica, que eram consideradas células primárias das organizações operárias para um poder proletário em transformação, devido à sua natureza unificadora. Nesse sentido, para Gramsci

[...] o sindicato não é esta ou aquela definição de sindicato: o sindicato torna-se uma determinada definição, isto é, assume uma determinada figura histórica porque as forças e a vontade operárias que o constituem lhe imprimem uma direção e impõem à sua ação uma finalidade, que são afirmados na definição (GRAMSCI *apud* MIANI, 2000, p.24).

Portanto, o movimento sindical não pode ser definido de uma forma genérica, já que as atitudes sindicais estão de acordo com o posicionamento das respectivas direções sindicais. Apesar disso, para Gramsci, apenas o partido político possuía o potencial para a revolução:

O Partido permanece na hierarquia superior deste irresistível movimento de massas; ele exerce a mais eficaz ditadura, a que nasce do prestígio, a aceitação consciente e espontânea de uma

autoridade que se reconhece indispensável para o bom êxito da tarefa empreendida (GRAMSCI *apud* CRUZ, 2008, p.2).

Para o pensador italiano apenas o partido político possuía o dever de concentrar as massas proletárias e organizá-las. A finalidade do partido político deveria ser no sentido de conduzir os trabalhadores para a tomada do poder, constituindo-se como arma de revolução. Nessa perspectiva, César Albanes Cruz (2008) nos oferece uma excelente análise a respeito da relação entre sindicato e partido político conforme estabelecido por Gramsci:

O horizonte limitado dos sindicatos dentro da ordem capitalista faz com que tenham limites em transpor esta ordem, tendo um papel político e pedagógico importante no sentido de mostrar à classe trabalhadora seus limites em se reformar. Em outras palavras, os sindicatos são importantes instrumentos de luta por mostrarem os limites do capitalismo no âmbito econômico ou da luta econômica. Mas eles não são instrumentos para a transformação social, para a revolução; pois este papel cabe ao Partido Político que deve formar a classe e prepará-la neste caminho (CRUZ, 2008, p.3).

Cruz comenta que, para Gramsci, os sindicatos teriam, em sua época, se afastado de sua tarefa histórica e, conseqüentemente, da classe trabalhadora, demonstrando limites em relação ao potencial de atuação que seria apenas voltado para o economicismo e a conquista imediata de melhores condições de trabalho.

2.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO NOVO SINDICALISMO NO BRASIL

Os primeiros indícios da atuação sindical no Brasil aconteceram a partir do momento em que os trabalhadores se tornaram independentes e passaram a receber salários pelos trabalhos desenvolvidos. O setor industrial foi o primeiro a empregar os trabalhadores mesmo antes da abolição da escravatura e da proclamação da República.

De acordo com a sistematização de Suellen do Carmo e Angélica Tamy Nakane (2017), Armando Boito Jr. declara que o início do sindicalismo e também do movimento popular urbano no país foram impulsionados por acontecimentos ligados à proclamação da República, período marcado por diversos conflitos envolvendo as classes dominantes (BOITO JR., 2005). No início, o sindicalismo era permeado por

ideais anarquistas, recebendo o nome de anarcossindicalismo ¹. Esse tipo de sindicalismo predominava na realidade de São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro o sindicalismo industrial possuía menor representação, pois a maioria dos membros vinha dos trabalhos nas ferrovias e portos.

Boito Jr. (2005) afirma que o capitalismo no Brasil tem seu início com a Abolição da Escravidão e o surgimento da República, porém se intensificou a partir da Revolução Burguesa em 1930. Desde então, o quadro que se configurou foi um Estado marcado pela exploração do trabalhador. Afirma o autor:

A revolução de 1930 deve ser situada neste contexto, pois ao encerrar a hegemonia da grande burguesia ligada ao comércio de importação e exportação, deu novo impulso ao desenvolvimento do Estado e da economia capitalista no Brasil: ela ampliou a cidadania, com o desenvolvimento dos direitos políticos e sociais, unificou o mercado nacional e desencadeou o processo de industrialização, permitindo a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas no Brasil (BOITO JR., 2005, p.271).

Ainda segundo Boito Jr., foi nesse contexto que se tornou possível o avanço do sindicalismo. O referido autor afirma que o movimento tenentista procurou ajuda junto ao movimento sindical a fim de somar forças na luta contra os setores da burguesia oligárquica; nesse sentido, alguns autores reconhecem a importância do movimento sindical no processo de luta ao lado do movimento tenentista que resultou na deposição do então presidente Washington Luiz (1926-1930).

Por sua vez, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) não foi caracterizado apenas por avanços na questão dos direitos trabalhistas; ele também ficou conhecido como um governo que não rompeu com o imperialismo, que não foi capaz de implantar um Estado de bem-estar social, que promoveu uma ditadura (Estado Novo) e, mesmo em relação aos direitos trabalhistas, não garantiu as mesmas condições de acesso aos direitos para os trabalhadores rurais. É de suma importância considerar que os avanços em relação às questões trabalhistas durante a Era Vargas tinham como princípio motor o desejo de estabelecer um Estado autoritário para dominar o movimento operário, assim como havia feito com os setores empresariais.

¹ O anarcossindicalismo teve sua atuação iniciada durante as últimas décadas do século XIX; naquela época, havia um grande descrédito na política, devido ao predomínio de práticas coronelistas, levando os trabalhadores a adotarem um posicionamento mais anarquista de fato.

De acordo com Teones França (2013) o que é considerado avanço em relação à legislação trabalhista que passou a respaldar o trabalhador a partir do governo Vargas, na verdade, representa um retrocesso no que diz respeito à atuação sindical no país. O exercício sindical a partir de 1930 passou a ser controlado em todos os âmbitos; as formas de organização começaram a ser determinadas pelo Estado, assim como seus estatutos e leis específicas de funcionamento. Desse modo, a fim de impulsionar a expansão do sistema econômico capitalista no Brasil, o movimento sindical sofreu o controle e a tutela por parte do Estado e a exploração dos trabalhadores passou a se efetivar de forma mais intensa. A respeito da estrutura sindical no país, Vito Giannotti afirma tratar-se de:

[...] um corpo de leis muito coerentes, amarradas entre si por um cimento ideológico claro: a colaboração das classes entre si e com o Estado. [...] longe de ser uma colcha de retalhos, é um tecido muito bem costurado e que em nenhum momento perde de vista o objetivo: garantir um sindicalismo dócil, manso, incapaz de atrapalhar a acumulação de capital do país (GIANNOTTI, 1988, p.9).

Em continuidade às suas reflexões, França afirma que ainda que a década de 1940 represente uma grande conquista trabalhista, com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), as primeiras leis trabalhistas surgiram ainda no período da República Velha:

A lei de acidentes de trabalho de 1919; a formação das Caixas de Aposentadoria e Pensões em 1923; a criação de um Conselho Nacional do Trabalho, também em 1923; a lei de férias de 1925; e o Código de Menores de 1926, estão dentro de um contexto internacional de preocupação com a questão operária, que teve origem com o Tratado de Versalhes de 1919, no qual recomendava-se a instituição do direito do trabalho, o abandono dos princípios liberais e o início da intervenção do Estado nos assuntos trabalhistas (FRANÇA, 2013, p.91).

Em relação aos governos populistas (pós-Estado Novo) Armando Boito Jr. (2005) revela que o movimento sindical se tornou menos combativo, já que se subordinou a muitas regras do governo e, dessa forma, as ações do movimento ficaram limitadas, dificultando a capacidade de luta e de reivindicação. Contudo, de acordo com Carmo e Nakane (2017) a partir das análises de Boito Jr., o movimento sindical não se tornou passivo e desmobilizado, pois continuaram a participar das

lutas reivindicativas. Como exemplo daqueles trabalhadores que não se aliaram ao populismo, houve a greve dos 300 mil em São Paulo, no ano de 1953, e que foi responsável por abalar as estruturas da política populista, como também a criação dos sindicatos clandestinos.

[...] a grande complexidade no relacionamento entre o movimento sindical e os governos populistas levanta uma série de debates como, por exemplo, a real força do movimento sindical, sua dependência frente aos governos populistas, seu apego à estrutura sindical corporativa de Estado, a amplitude e importância dos movimentos de base, entre outros. Porém, apesar dessas questões, o movimento sindical teve grande importância política no período populista, interferindo, mesmo que indiretamente, nos rumos políticos do país. O movimento sindical foi responsável por criar instabilidades e aprofundar crises que levaram à queda de alguns governos populistas (CARMO; NAKANE, 2017, p.24).

O movimento sindical, apesar de não se tornar totalmente subordinado ao governo populista e ter agido em uma perspectiva combativa em alguns aspectos promovendo até mesmo certa instabilidade na política, não conseguiu a transformação esperada pela classe trabalhadora.

De acordo com Carmo e Nakane, já no período da ditadura civil-militar (1964-1985), a situação se configurou de modo diferente; o movimento sindical passou por uma transformação e começou a se organizar no plano sindical e partidário, aumentando sua capacidade de intervenção na política nacional e ampliando a conscientização dos trabalhadores sobre o caráter antipopular do Estado, contribuindo para o agravamento da crise da ditadura no país.

Durante os governos militares, algumas ações foram bastante impactantes para a realidade dos trabalhadores, como por exemplo, a criação em 1966 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que extinguiu a estabilidade no emprego, e também do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que tinha como objetivo uniformizar a prestação dos serviços previdenciários, bem como a criação em 1971 do Fundo de Assistência Rural, que incluía os trabalhadores rurais no sistema de previdência.

Na visão de França (2013) durante o regime militar o movimento sindical não sofreu mudanças em sua estrutura vigente; no entanto, o cerco se fechou para os sindicatos, fazendo com que muitos se tornassem essencialmente assistencialistas,

porém, por outro lado, impulsionou alguns sindicatos para uma prática mais combativa, como será visto no tópico a seguir.

2.3 A ASCENSÃO DO NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO

Emergido da ditadura civil-militar, com viés combativo, classista, não colaborativo, antiempresarial e anticapitalista, um “novo sindicalismo” brasileiro marcou a década de 1980. Esse momento do movimento sindical teve suas raízes inauguradas pelas inúmeras greves realizadas no final dos anos 1970, como a greve de 1978 no ABC paulista organizada pelos trabalhadores da Scania em São Bernardo do Campo (SP) e que, gradativamente, se estendeu para outros cantos do território nacional, configurando um novo momento no país, em que o trabalhador passaria a ganhar visibilidade em sua luta.

Para Ricardo Antunes o sindicalismo classista voltava à cena:

Entre as décadas de 1970 e 1980, um espectro rondou o movimento sindical brasileiro. O espectro do “novo sindicalismo”. O movimento operário e sindical brasileiro viveu na transição daqueles anos um momento de extrema importância para sua história. Após o duro impacto do golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco espaço de ação, o sindicalismo de corte classista voltava à cena cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. No cenário político mais amplo, a reemergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados sem levá-lo em consideração (ANTUNES, 2018, p.201).

O novo sindicalismo surgiu, portanto, imbuído de um desejo revolucionário, como resposta aos governos militares e como desdobramento do movimento grevista do final da década de 1970. A esse respeito Antunes afirma,

A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. Era o reemergir do trabalho na cena social e política (ANTUNES, 1995, p.12).

Ainda de acordo com Antunes, os anos de 1978/79 colocaram mais de meio milhão de trabalhadores em greve no país, mas a partir dos anos 80 houve uma grande redução no número de grevistas, que caiu para 800 mil, configurando um grande refluxo. Na visão do referido autor, os motivos que levaram a esse refluxo foram respectivamente:

[...] a derrota da greve, de 41 dias no ABC paulista, no início de 1980, quebrando aquele que se colocava como pólo mais avançado das lutas sindicais em nosso país. Acentuação do quadro recessivo do início do ano, jogando a ação dos trabalhadores para o universo da preservação do emprego, também acrescentou um elemento de defensividade à ação sindical. E é bom lembrar, em novembro de 1979 foi introduzida a então designada “nova política salarial” que objetivava conter e refluir o movimento reivindicatório (ANTUNES, 1995, p.12/13).

Com a nova política salarial implantada, algumas mudanças foram realizadas, como reajustes semestrais de salários, uma sistemática para a correção salarial e estabelecimento da possibilidade de negociação direta com os patrões. Dessa forma, tal política tinha como principal objetivo afastar a base de trabalhadores do novo sindicalismo brasileiro.

A partir de 1983 as ações reivindicatórias grevistas foram retomadas, apresentando muitos trabalhadores protagonizando greves. Para Antunes (1995), na primeira metade da década de 1980 a maior parte das greves foi organizada pelo operariado, porém, gradativamente houve aderência das demais categorias de trabalhadores assalariados, como os trabalhadores do setor de serviços.

No que tange às greves no setor industrial do período, a metalurgia ganhou destaque com 70,9 % das greves no setor ou, ainda, 34,8% do total geral de greves; em segundo lugar, o setor dos trabalhadores químicos contou com 6,7% do total de greves. Nas palavras de Antunes:

É necessário ressaltar que a maior ocorrência de greves na indústria foi, entretanto, suplantada pelo maior número de jornadas não trabalhadas junto aos assalariados médios, onde as greves foram marcadas por maior longevidade, além de abrangerem um amplo leque que compreende médicos, professores, funcionários públicos, etc. (ANTUNES, 1995, p.14).

Pode-se notar com base nas reflexões de Antunes que as greves iniciadas pela categoria de trabalhadores essencialmente da indústria passaram a ser organizadas e realizadas por diferentes tipos de categorias e assalariados.

Para Antunes outra característica presente no movimento grevista da época foi o aumento das greves por empresas em substituição às greves por categorias, chegando ao número de 75,5% do total de greves em 1984 e 60,8% em 1985. Vale ressaltar que tal aspecto começou a se tornar aparente na realidade sindical exatamente no momento em que o “sindicalismo de resultados” começava a despontar, e nesse tipo de organização uma das prerrogativas era o incentivo à greve por empresas, como objetivo de diminuir o embate já estabelecido (se opondo às greves metalúrgicas realizadas no ABC em 1978/1979).

No segundo período da época de efervescência do novo sindicalismo, a partir de 1985, o movimento combativo e grevista continuou com o mesmo ímpeto do início dos anos 80, e até pode-se considerar certo crescimento no número de paralisações e greves, contando com a aderência dos movimentos rurais a partir desse momento.

De acordo Antunes (1995) as greves tiveram um aumento expressivo no ano de 1987 e em 1988 atingiram o ápice do movimento grevista, contabilizando 63,5 milhões de jornadas de trabalho perdidas. Para o referido autor, um dos aspectos essenciais para que houvesse tal perda de jornada foi a longevidade das greves (nesse período as greves possuíam um enorme potencial de duração: em 1988 foi de 8,9 dias e em 1987 de 7,1 dias).

Com o ingresso das demais categorias no movimento grevista, as greves passaram a ser relevantes em cada uma delas, tornando-se o maior instrumento de luta do período. Nesse contexto, o funcionalismo público foi responsável em 1988 por grande perda de jornada de trabalho (46 milhões de jornadas), 65,2% a mais que no ano anterior. A categoria dos operários industriais teve 8,3 milhões de jornadas perdidas. Os assalariados ligados à educação foram responsáveis por 10,5 milhões de jornadas não-trabalhadas.

Mais adiante em suas reflexões, Antunes destaca algumas das greves mais expressivas realizadas durante os anos de sindicalismo combativo: a) greve dos bancários, que ocorreu entre 11 e 13 de setembro de 1985, que atingiu dimensão nacional, durando 3 dias, com 700 mil trabalhadores e 30 mil estabelecimentos

bancários; b) greve dos professores universitários do ensino superior, que contou com inúmeras paralisações e greves por quase um mês, com 45 mil trabalhadores entre professores e funcionários das universidades federais.

No entanto, diferente do que possa parecer, as categorias que não realizaram greves tão expressivas em número de base social mobilizada, também tiveram grande relevância nacional, como foi o caso das greves organizadas pelos portuários marítimos, médicos, professores secundários, trabalhadores rurais, funcionários da Previdência Social etc. Já no que se refere às possibilidades de greves gerais, Antunes afirmou:

Os anos oitenta marcaram também o ressurgimento das greves gerais que procuravam assumir dimensão nacional, experiência intentada nos anos sessenta e que ressurgiu em várias oportunidades, ainda que muito distintas na abrangência e efetividade das mesmas. A primeira delas, deflagrada em 21 de julho de 1983, contrária aos Decretos-Leis 2024 e 2036, que intensificavam o arrocho salarial, paralisou cerca de 3 milhões de trabalhadores e foi marcada por muita confrontação (ANTUNES, 1995, p.16).

A partir de então, algumas outras tentativas de greves gerais que intencionavam alcançar dimensão nacional ocorreram, tais como a greve organizada conjuntamente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 12 de dezembro em 1986 que procurava desmascarar os aspectos nefastos do Plano Cruzado. Essa greve paralisou 80% do ABC, mas não paralisou os meios de transportes; cerca de 10 milhões de grevistas foram contabilizados.

Em 20 de agosto de 1987, a CUT e a CGT novamente convocaram uma greve, porém menos expressiva, contando com a aderência de 60% dos trabalhadores da indústria e 50 % dos condutores. No ano de 1989, outra greve geral foi organizada e a reivindicação era pela reposição das perdas salariais provocadas pelos Planos Cruzados e pelo Plano Verão (que eram de aproximadamente 49%), exigindo também mudanças na economia em benefício aos trabalhadores do país. A greve atingiu 35 milhões de assalariados, configurando-se como a maior greve já realizada nos anos 80, por ter paralisado diversos setores em quase todo o território nacional.

Antunes (1995) também comenta a respeito das greves realizadas com a ocupação de fábricas, as quais se tornaram uma das tendências da década de 1980 e foram consideradas como uma das ações mais radicais que os trabalhadores poderiam realizar. Alguns exemplos foram: a greve de 1985 dos metalúrgicos da GM em São José dos Campos (SP) que durou 28 dias, quando os operários ocuparam a fábrica exigindo a redução da carga horária de 60 horas para 40 horas por semana; o segundo exemplo de greve realizada com a estratégia de ocupação foram as greves das siderúrgicas Belgo-Mineira e Mannesmann, que também acabaram atingindo outras indústrias da região; por fim, ocorreu a greve dos metalúrgicos da CSN de Volta Redonda. Vale ressaltar que todas essas greves enfrentaram grande oposição das empresas que contavam em sua maioria com o apoio da polícia e do exército e que não mediam esforços para rechaçar as atitudes dos grevistas.

Uma das principais características das greves dos anos 80 exemplificadas por Antunes dizia respeito à longevidade ou duração das paralisações. O referido autor citou a greve realizada pelos professores do ensino médio da rede pública de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, e também por professores das universidades paulistas entre setembro e outubro de 1988, além de greves dos professores das universidades federais e dos previdenciários, que conseguiram paralisar suas atividades por 30 dias ou mais.

Porém, nem sempre os movimentos grevistas conseguiram atingir seus objetivos conquistando as reivindicações dos trabalhadores. Nesses casos, predominava a ideia de que diante de uma derrota dos sindicatos em suas lutas, seria necessário buscar formas alternativas para a situação, mas isso apenas como uma saída defensiva e não como uma concepção sindical, ao menos em relação ao sindicalismo combativo, porque no contexto de outras frações do movimento sindical, como o sindicalismo de resultados, essa prática se tornou uma das principais prerrogativas.

De maneira geral, Antunes afirma que a década de 1980 foi “uma década de avanço orgânico sindical, para um conjunto expressivo de assalariados” (ANTUNES, 1995, p.21). Por fim, apresenta um balanço do período sindicalista combativo, enfatizando as diversas greves e paralisações, dando destaque para os principais aspectos do movimento grevista:

Pensamos que seja necessário enfatizar, para concluir este primeiro item, que a onda grevista que se expandiu ao longo dos anos oitenta, apesar das inúmeras singularidades que marcaram suas formas de ser - greves parciais ou greves por categorias ou por empresa, mais defensivas ou ofensivas - tiveram, como eixo principal, contra a crescente degradação país. Pilar fundante de uma política econômica baseada no arrocho salarial, que particulariza o capitalismo brasileiro, os trabalhadores viam nas greves a possibilidade de obstar tal processo. No caso das greves operárias, estas expressavam a rebeldia frente a um cotidiano marcado pela redução salarial e pela intensidade taylorista do trabalho fabril, pelo despotismo da fábrica. Superexploração que é expressão da intensidade extenuante do trabalho, do incremento da produtividade, acrescido ainda de um prolongamento da sua jornada, síntese das formas relativa e absoluta da extração do sobre-trabalho (ANTUNES, 1995, p.23).

Dentre todas as particularidades das categorias que se organizaram em greves durante a década de 1980, assim como as características de cada greve ou paralisação realizadas no período, Antunes (1995) comenta a respeito de aspectos que foram similares. Vimos que o referido autor afirma que a luta contra a degradação do país era uma das pautas comum a todos e, para os operários, as reivindicações eram voltadas para que não houvesse perdas nos salários, que a jornada de trabalho não fosse tão exaustiva e que, em suma, fossem entendidas como uma luta contra a superexploração da força de trabalho.

É possível notar que as lutas efetivadas pelos grevistas tinham um caráter defensivo, configurando uma ação contra o desgaste trabalhista e salarial, tornando possível a sobrevivência do trabalhador. Portanto, a centralidade das greves da década de 1980 era econômica e, especificamente, relacionada à questão salarial.

Antunes afirma que os movimentos grevistas dos anos 80 possuíam a luta econômica, em especial contra o arrocho salarial, como princípios norteadores. No entanto, de acordo com Marx em sua carta à Bolte, “todo movimento em que a classe operária se apresenta como classe contrária às classes dominantes e procura impor-se por pressão externa, é um movimento político” (*apud* ANTUNES, 1995, p.25). Dessa forma, reconhecemos que os movimentos grevistas também eram políticos em sua natureza e essência.

2.3.1 A questão da estrutura sindical e a criação da CUT

De acordo com Teones França (2013) o novo sindicalismo brasileiro, inaugurado em fins da década de 1970 e consolidado na década posterior, já fornecia indícios de que haveria uma grande luta para dar cabo à desmobilização sindical iniciada por Getúlio Vargas. O movimento sindical tinha como principal objetivo romper com a lógica existente e seus principais expoentes de luta se articulavam em torno do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP) e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SMSBC). Em um congresso ocorrido em 1979, o MOSMSP definiu o seu entendimento a respeito do “antigo” sindicalismo e declarou sua intenção de romper com a então estrutura e concepção sindicais, como bem afirma França:

Como se vê, este não é um sindicato que sirva ao trabalhador. A atual estrutura sindical foi criada pelos patrões contra os operários e é por isso uma estrutura sindical antioperária. O papel da oposição sindical é dismantelar a atual estrutura e constituir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização da fábrica (FRANÇA, 2013, p.99).

Para além do caráter mobilizador e reivindicativo do novo sindicalismo que surgia, França (2013) afirma que o novo sindicalismo se equivocava ao pensar que a estrutura sindical antiga só se mantinha por conta dos governos autoritários e que por meio do surgimento do novo regime democrático ele ruiria como consequência. Toda essa concepção caiu por terra ao se analisar o balanço dos anos 1970/1980 e notar que a luta democrática conseguiu apenas abalar a antiga estrutura sindical e não transformá-la por completo.

Para Armando Boito Jr. (1991) a única maneira de romper com a lógica da estrutura sindical seria criando uma nova estrutura sindical e não apenas reformando a estrutura vigente. No entanto, desde a retomada das lutas sindicais, passaram a se estabelecer intensos embates internos entre os diversos grupos de sindicalistas - entre aqueles que desejavam uma mudança completa e aqueles que ainda estavam ligados às direções sindicais que comandavam desde 1964 - em relação à quais deveriam ser os procedimentos relativos à estrutura sindical brasileira.

Em meio a esse processo de discussão, combinado com as lutas e movimentos grevistas nas mais diversas categorias trabalhistas, alguns setores sindicais passaram a se organizar em prol da construção de uma central única de trabalhadores, que passaria a lutar veementemente contra a estrutura sindical vigente. Nesse sentido, ocorreu em 1980 o Encontro Nacional de Trabalhadores em oposição à atual Estrutura Sindical (Entoes) que se manifestou contrário à estrutura sindical e apresentou e aprovou como uma de suas resoluções a necessidade de construção de uma central sindical que, em linhas gerais, deveria ser:

Vinculada às bases e não à estrutura sindical e eleita de forma direta, por todos os trabalhadores”, pois se deveria “ter a preocupação de construir um movimento sindical unitário e não pedirmos ao Estado que garanta através da legislação, um sindicato único por categoria”. Criticava-se também a Unidade Sindical, definindo que deveriam combatê-la “enquanto um instrumento que vem servindo a uma prática cupulista, burocrática, pelega e autoritária e que por esse caminho pretende-se transformar num Comando ou numa Central Sindical sob controle dos reformistas e pelegos” (FRANÇA, 2013, p.106).

Bem distanciada do que pregava o novo sindicalismo combativo, que se constituiu nas bases para a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), viria ocorrer a fusão em 1983 entre sindicalistas conhecidos por práticas pelegas e a Unidade Sindical. A intenção desse grupo era ocupar a diretoria sindical e, dessa forma, ditar o que deveria ser ou não feito para os trabalhadores; dentre suas perspectivas estava não romper com a antiga estrutura sindical e atuar de forma pelega, promovendo a “conciliação das classes” e diminuindo os conflitos e embates entre patrões e empregados.

De acordo com França (2013) estava consolidado o embate entre os novos sindicalistas dispostos a romper com a lógica e estrutura sindical e os sindicalistas pelegos que, na verdade, eram os mesmos de outrora e pretendiam manter tudo aquilo de que se beneficiava o capitalismo dentro da realidade sindical.

De um modo geral, o movimento sindical passou a lutar pela criação de um novo Código do Trabalho; no entanto, até que se tornasse realidade, a luta se limitava à revogação do Título V da CLT, o cumprimento dos demais itens da CLT e das outras leis que protegiam os trabalhadores, como também a revogação de toda norma e lei que limitasse de algum modo os direitos trabalhistas. Também se

defendia a perspectiva de que os sindicatos deveriam atuar de maneira independente do Estado, dos empregadores, das instituições religiosas, de partidos e associações políticas, e que todo trabalhador teria o direito de se sindicalizar, fortalecendo o sindicato para que não houvesse nenhum tipo de dependência por parte do Estado.

Nesse contexto, em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo (SP), durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (como representante de parte dos sindicatos). Para França (2013), as declarações e resoluções referentes à transformação da estrutura sindical oficial ficaram um tanto genéricas, marcadas pelo discurso da liberdade e autonomia sindicais. No entanto, de acordo com Vito Giannotti e Sebastião Neto, poder de se organizar de forma livre em prol da luta dos trabalhadores deve ser considerado como uma conquista histórica:

Nunca a classe operária tinha assumido tão decididamente em suas mãos o direito de organizar-se livremente como naquele momento. A lei fascista de Getúlio Vargas, que proibia a unificação dos trabalhadores em uma central sindical, é desrespeitada pela vontade unânime de quem participou desse Congresso. Quem foi até São Bernardo para aquele congresso estava decidido a criar um novo instrumento para a luta dos trabalhadores brasileiro (GIANNOTTI; NETO, 1990, p.9).

É importante ressaltar que os trabalhadores brasileiros haviam vivenciado um longo período de repressão e desmobilização. O regime civil-militar havia conseguido impedir a unificação dos trabalhadores em uma central por muitos anos, o que atrasou a construção da CUT, que veio acontecer apenas em 1983.

De acordo com Giannotti e Neto (1990), ainda durante o Congresso de fundação da Central Única de Trabalhadores, foram definidas algumas diretrizes e direcionamentos, dentre eles, negar a dependência ideológica do governo e da elite burguesa brasileira e, inclusive, negar o pacto social, além de afirmar um sindicalismo de efetiva mobilização de massas, um sindicalismo comprometido com a perspectiva classista e livre, um sindicalismo que não se acomoda e muito menos adere à lógica capitalista e, por fim, um sindicalismo que considere e aponte o socialismo como forma de superação da superexploração do homem pelo homem.

Nesse sentido, no artigo 2 do Estatuto de fundação da CUT, ficou definido que “A CUT é uma central sindical unitária e classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica” (*apud* GIANNOTTI; NETO, 1990, p.9). No referido documento também ficaram elencadas suas principais características: a) Sindicalismo classista e não de conciliação de classe; b) Sindicalismo enraizado na base e não cupulista; c) Sindicalismo livre da interferência do Estado; d) Autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos; e) Democracia interna nas instâncias da central; f) Internacionalismo sem alinhamentos; g) Socialismo como objetivo final da luta sindical.

Giannotti e Neto (1990) chegam a classificar a Central Única dos Trabalhadores como um divisor de águas na história sindical do país e não apenas como um capítulo de mudanças. Portanto, após a criação da CUT, as lutas do âmbito sindical se dividem entre antes e depois de sua fundação. Vale salientar que a CUT trazia uma postura de luta contra a lógica existente e buscava a mudança da estrutura sindical vigente, defendendo a independência da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores se uniam em uma perspectiva grevista, de tensionamento e luta, criando a CUT, o Partido dos Trabalhadores (PT) se fortalecia, e ambas as organizações se colocavam ao lado da classe trabalhadora, agindo em uma perspectiva anticapitalista e, não por acaso, as bandeiras da CUT e do PT têm a mesma cor vermelha.

França aponta que, em 1984, as lutas políticas da CUT se tornaram mais enfáticas; o discurso que pretendia a ruptura com a estrutura sindical antiga permanecia, porém, acrescida de outras reivindicações como reconhecimento do direito à greve e revogação do título V da CLT, além da luta pela aceitação da Central Única dos Trabalhadores como o órgão máximo e oficial de organização e representação dos trabalhadores. Foram apresentados também alguns princípios que deveriam nortear a nova estrutura sindical. Havia também a defesa da criação de um Código Mínimo do Trabalho que pudesse dar conta dos problemas contidos na legislação trabalhista, considerada obsoleta.

O período posterior à criação da CUT foi de intensas crises, afinal a sociedade vivenciava a transição do período civil-militar para um regime que tinha como objetivo a democracia e a constitucionalidade, mas que, como era sabido, não

representava uma efetiva ruptura política e econômica. Nesse período, a população sofreu com um dos maiores arrochos salariais da história em que o valor real dos salários perdeu muito de seu poder aquisitivo; o desemprego se intensificou e a classe trabalhadora empobreceu gravemente.

Giannotti e Neto (1990) comentam que a CUT nasceu num contexto turbulento e que, já no ano de sua fundação, realizou congressos que buscavam avançar em suas definições políticas, se estruturar enquanto central e organizar campanhas de lutas nacionais, como por exemplo, as greves gerais. No ano seguinte, um plano de lutas foi elaborado pela CUT e as principais bandeiras eram: a luta contra o desemprego e arrocho salarial, a luta por 40 horas semanais, reforma agrária e liberdade sindical. Em 1985 as greves se intensificaram e garantiram a conquista de um aumento salarial de 10%, que aliviou a questão do arrocho salarial, além de conquistar a redução da jornada de trabalho e a intensificação da luta pela reforma agrária.

Com o fim dos governos militares em 1985 e a ascensão da Nova República com a implantação do governo Sarney, o então ministro do Trabalho Almir Pazzianotto promoveu uma importante reforma sindical; no entanto, segundo França, no que dizia respeito às suas medidas, havia um caráter liberal:

Anistiou as lideranças sindicais afastadas de seus cargos por força de intervenção, extinguiu o modelo rígido e detalhado do estatuto-padrão, suspendeu o controle das Delegacias Regionais do Trabalho sobre as eleições sindicais e reconheceu politicamente as centrais sindicais (FRANÇA, 2013, p.117).

Em 1986 a CUT se negou a participar de qualquer pacto social com o governo, não aceitando os projetos de conciliação de classe e se posicionando contra o Plano Cruzado, definido como ilusório e demagogo (GIANNOTTI; NETO, 1990). A referida Central assumiu um posicionamento de constante luta contra o Plano Cruzado e seguiu não aceitando as investidas do governo. Paralelamente, por meio da Assembleia Constituinte, os sindicalistas tentavam se livrar da antiga estrutura sindical ligada ao governo. Apesar de não conseguir romper com a estrutura sindical criada durante o governo Vargas, houve uma importante conquista que foi o reconhecimento da central sindical como uma instância da estrutura sindical, tirando a CUT e as demais centrais da “ilegalidade”.

Como continuidade de suas ações organizativas, em 1989 é convocada uma nova greve geral. Nesse momento, no entanto, a Central Única dos Trabalhadores já começava a abandonar seu posicionamento mais combativo e crítico, resultando em uma verdadeira virada ideológica. A CUT passou a assumir como principal bandeira a eleição de Lula em 1989; como isso não se concretizou, a CUT passou a enfrentar inúmeros conflitos políticos e ideológicos internos e, com a vitória de Fernando Collor de Mello, a situação econômica e social do país se tornou ainda mais precária, marcada por altos índices de desemprego e forte arrocho salarial.

Vito Giannotti (1992) compreende o cenário desse período de forma radical, entendendo que a burguesia passou a enxergar na Nova República o mesmo que via durante a ditadura civil-militar, ou seja, uma oportunidade. Para o referido autor, o embate deveria continuar, porém reconhecia que tenderia a ser um tanto mais ameno e desmobilizado como fruto de uma central que focou sua luta apenas no processo de eleição em detrimento da luta política e sindical mais ampla. Como desdobramento desse novo posicionamento, a CUT passou a aceitar a interferência do Estado em alguns aspectos, como um interlocutor direto.

Nas eleições de 1989, apesar de reconhecer a importância de um representante da classe trabalhadora e sindical ter quase vencido as eleições, demonstrando a grande expressão do movimento sindicalista, a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva e a consequente vitória de Collor, como representante da classe burguesa no poder, fez com que as forças da esquerda, dentre elas a CUT, ficassem praticamente paralisadas e enfraquecidas.

Nesse período identifica-se a intenção da classe dominante e do governo em realizar um processo de conciliação de classes, representado por um pacto social, para que houvesse uma população “mansa” e desmobilizada que aceitasse os ataques do capital.

Para Giannotti (1992) a perspectiva anticapitalista, o seu posicionamento classista, antineoliberal e pró-socialismo da CUT, a colocou em um verdadeiro embate contra o governo Collor, ainda que nesse momento a referido central já estivesse menos combativa. Com base na ideologia da CUT, esta teria por obrigação ser contra um projeto neoliberal que pretendesse aprofundar a exploração capitalista; enfim, para Giannotti,

A CUT caracterizou-se, desde suas origens, como uma central que apontava a ruptura com o sistema capitalista. A CUT é o resultado do acúmulo das lutas que eclodiram no final dos anos 70, que se caracterizam pela marca da independência de classe e pelo confronto com a classe patronal. Sua característica é a radicalidade classista (GIANNOTTI, 1992, p.64).

Diante dessas reflexões, podemos considerar que a CUT, como uma das principais representantes do novo sindicalismo, é uma organização que foi criada com vistas a promover a superação do sistema econômico capitalista e o fim da exploração do homem pelo homem. No entanto, não se pode perder de vista a mudança de posicionamento visível na trajetória da central em que os processos de embate deram lugar às negociações.

2.3.2 A Constituição de 1988 e o novo sindicalismo

Quando se fala em sindicalismo combativo é impossível não mencionar algumas das questões que envolvem a Constituição Federal de 1988. De acordo com França, esse momento representa um grande marco à medida que mostra o “limiar entre o novo sindicalismo combativo e o seu momento derradeiro, em que passa a apresentar uma dinâmica cada vez mais propositiva e conformada com os limites estabelecidos pela ordem do capital” (FRANÇA, 2013, p.138).

De acordo com França (2013) a maioria dos setores e dirigentes de organizações que representavam a parcela que se opunha aos governos militar, concordavam e lutavam para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, desde o fim da década de 1970. No entanto, para alguns sindicalistas da CUT, a prioridade era a luta para a conquista de uma maior participação política por parte da população. Com a derrota da Emenda que propunha Eleições Diretas para presidente da República em 1984, a defesa de uma nova Constituição para o Brasil começou a integrar o projeto político dos setores combativos do movimento sindical e de outras forças políticas democráticas e de esquerda.

Para França não havia como adiar a necessidade de se constituir um novo período, com base em processos democráticos e de liberdade de expressão. A esse respeito, afirma o autor:

[...] naquele momento em que se iniciava um processo de transição no Brasil com o fim do regime militar, uma Constituição era necessária para estabelecer um novo cenário que deveria ser marcado pela liberdade de expressão e pela democracia. Mas, para tanto, um pleito em que se elegessem os deputados constituintes era reivindicado. Porém, acreditar que, mesmo com a mobilização dos trabalhadores, se pudesse evitar que um processo constituinte não viesse a ser “um instrumento de legitimação de poder do capital” soa um tanto ingênuo em se tratando de um Estado burguês (FRANÇA, 2013, p.139).

Como se pode verificar, o período exigia uma grande mudança no cenário político; no entanto, a lógica capitalista permaneceria e uma nova Constituição seria utilizada como um instrumento de legitimação do capital e do poder na sociedade. Nesse sentido, Antunes revela no que consistiu a implantação da Nova Constituição:

Pode-se dizer que a Constituição, promulgada em outubro de 1988 consolidou o trânsito da ditadura militar para o conservadorismo civil no Brasil. A maioria parlamentar dominante impediu que mudanças substanciais fossem conquistadas e manteve, no essencial, o caráter conservador da Carta Constitucional. Apesar disso, houve pontos de avanço para os trabalhadores que o capital e os seus representantes procuram obstar e inviabilizar através da legislação complementar (ANTUNES, 1995, p.42).

As organizações classistas da época não se deixaram levar pela ingenuidade e jamais romantizaram a nova Constituição. Acreditava-se, portanto, na possibilidade de mudanças e conquistas de alguns direitos para os trabalhadores, mas não em uma transformação política. Para França, até mesmo a conquista desses outros direitos seria consequência de uma pressão popular organizada, como greves e manifestações. “Havia uma consciência de que se enfrentava nesse processo uma recomposição das forças que durante anos sustentaram o regime militar e que apareciam, em meados da década de 1980, como um novo verniz e se dizendo opositores desse regime” (FRANÇA, 2013, p.139).

Sendo assim, havia uma grande desconfiança por parte dos sindicalistas ligados ao novo sindicalismo em relação à nova Constituição e todo o processo de redemocratização. Anos antes, a CUT era ainda mais cética e enxergava ideais burgueses nas bases da Constituição. No entanto, com o avançar do projeto da nova carta magna, o posicionamento que a Executiva Nacional da CUT resolveu adotar foi o de questionar os limites colocados pela Nova República em relação à

democracia e, ao mesmo tempo, conduzir a discussão no processo constituinte (presente apenas no âmbito parlamentar) para o seio da população.

Apesar de questionar a falta de democracia presente nesse processo e acreditar que melhores condições de vida para os trabalhadores não passariam apenas pela via institucional, a direção cutista acreditava que, com uma campanha massiva junto aos setores populares, poderia unir forças para constituir um projeto alternativo dos trabalhadores, que contrapusesse aos anseios burgueses com a Constituição (FRANÇA, 2013, p.140).

Daí em diante, a insígnia a ser trabalhada era a da “participação popular na Constituinte”. E a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tinha como prioridade apoiar e garantir a eleição de representantes dos trabalhadores que pudessem multiplicar a pressão popular sobre a Assembleia Constituinte. França (2013) aponta que foram eleitos como constituintes alguns sindicalistas ligados à CUT e ao PT, a saber, os deputados Carlos Santana, Paulo Paim, Olívio Dutra, Djalma Bom, além da liderança mais emblemática de todas, o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva.

Muitas emendas populares foram entregues na Assembleia Nacional Constituinte contendo assinaturas de sindicalistas de todo o território nacional. França traz ao nosso entendimento que o capítulo que mais interessava aos sindicalistas era a sessão de direitos trabalhistas, pois ali estavam presentes questões relacionadas ao salário mínimo, jornada de trabalho, lei de greve, liberdade e autonomia sindical, dentre outras.

No balanço realizado pelo Congresso Nacional da CUT (Concut) realizado em 1988 os sindicalistas alegavam que muitas reivindicações não foram alcançadas, no entanto, não era possível não reconhecer determinados avanços, conforme analisa França:

A avaliação feita no Concut de 1988 observava que muitas reivindicações dos trabalhadores não foram alcançadas como, por exemplo, no que diz respeito à estrutura sindical que, muito embora tivessem sido registradas algumas modificações, continuava a não assegurar a ampla liberdade de organização para a classe. Mas, no balanço cutista, seria impossível não reconhecer que houve conquistas, “resultado do inteligente e firme trabalho desenvolvido pelos parlamentares identificador com a causa da classe trabalhadora, respaldados pelo amplo processo de mobilização que a CUT e demais entidades populares levaram a cabo” (FRANÇA, 2013, p.145).

Sendo assim, de acordo França (2013), algumas conquistas da nova Constituição merecem destaque:

O direito de greve, mas houve outras, como a redução da jornada de trabalho, o salário-férias de um terço, extensão para cinco anos do prazo para prescrição de ações trabalhistas, licença-paternidade, aumento licença-maternidade, máximo de seis horas para turnos ininterruptos, verbas vinculadas para o seguro-desemprego, aposentadoria com salário integral e direitos trabalhistas iguais para os trabalhadores rurais e urbanos (FRANÇA, 2013, p.146).

França afirma que as possibilidades de conquista para a classe subalterna pela via institucional tiveram grande crescimento desde o fim do período da ditadura civil-militar. Nesse período, começava um processo de institucionalização do movimento sindical e também, na concepção da maioria, de um Estado pautado em valores mais democráticos.

Não é unânime a concepção de que a Constituição de 1988 seja tão democrática e que tenha representado mais mudanças para o país do que qualquer outra e que, por este fato, mereça a alcunha de Constituição Cidadã. Porém, para José Murilo de Carvalho, é exatamente este o caso: “[...] essa é a Constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo o nome de Constituição Cidadã, embora, mesmo com todo o avanço no campo dos direitos políticos, não tenha resolvido os problemas econômicos mais sérios do país” (CARVALHO *apud* FRANÇA, 2013, p.147).

França explica que para além das conquistas no âmbito trabalhista os avanços nos setores sociais foram de igual impacto:

Fixou em um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões, ordenou o pagamento de pensão a todos os deficientes físicos e aos maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência, elevou a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Direitos civis recuperados, com liberdade de imprensa, expressão e organização, outros criados, como o direito a habeas data, em virtude do qual qualquer pessoa pode exigir do governo informações sobre ela nos registros públicos (FRANÇA, 2013, p.147/148).

Contudo, França faz uma ressalva à tendência de alguns estudiosos ao fato de eles resumirem o movimento grevista do final dos anos 70 a uma organização que apenas buscava a cidadania. O autor enfatiza que o novo sindicalismo, ao contrário do que possa ser dito por muitos, movia-se pelo desejo de se posicionar em relação à luta de classes.

2.4 O DESCENSO DO NOVO SINDICALISMO

Depois de se constituir como uma das principais experiências de organização e luta da classe trabalhadora na história do Brasil no período pós-ditadura, o movimento sindical signatário do novo sindicalismo começou a apresentar certo esgotamento. Para Antunes (2018), após a derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1989 se iniciariam os reveses da classe trabalhadora:

Apesar de tudo, impulsionado por uma “década sindical” vitoriosa, em 1989, um digno representante do novo sindicalismo chega às primeiras eleições diretas para presidente, pós-1964, como uma forte opção, propondo um projeto alternativo de condução do país. Contudo, a sua derrota no pleito já indicava que a década futura seria marcada por reveses para os trabalhadores. Tanto o PT quanto a CUT começaram a alterar o que, até então, pareciam ser suas características definidoras. O partido se institucionalizava e, entre outras coisas, não só mudava sua estrutura interna como ia assumindo alianças mais amplas, o que ele sempre negara. O novo sindicalismo também se institucionalizava, alterava sua estrutura e passava a questionar, por exemplo, a validade da greve como instrumento de luta imediata. Chegava a época do chamado “sindicalismo propositivo” e da “cooperação conflitiva” (ANTUNES, 2018, p. 203).

Em seu livro *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*, Antônio Cruz (2000) apresenta algumas importantes reflexões sobre a trajetória do novo sindicalismo no Brasil, desde sua emergência até o final da década de 1990 quando, segundo o autor, o novo sindicalismo passou a enfrentar uma crise discursiva na medida em que o discurso norteador do referido movimento se perdeu ao chocar-se com um futuro que não foi promissor, como presumiam os sindicalistas.

Para iniciar suas reflexões, Cruz afirma que “o discurso fundador do Novo Sindicalismo obteve uma eficácia discursiva efetiva no início da década de 80, e

tornou-se capaz de hegemonizar a ação do movimento sindical brasileiro ao longo do período que se seguiu” (CRUZ, 2000, p.92). Foi proporcionado crescimento à classe trabalhadora, o que aumentou suas possibilidades de enfrentamento frente aos ataques capitalistas; no entanto, gradativamente, se verificou uma mudança na perspectiva combativa inaugural do novo sindicalismo, combinada com uma queda da atividade grevista e um aumento nos processos de negociação trabalhista, sob influência da conjuntura social e política, que resultaram no estabelecimento de uma grave crise dessa expressão do movimento sindical.

De acordo com Cruz (2000) não foi apenas a diminuição das atividades grevistas que caracterizaram o início do descenso do novo sindicalismo, mas esse fenômeno se constitui como um dos fatores relevantes, associado à incapacidade do novo sindicalismo em enfrentar a conjuntura desfavorável aos trabalhadores. Essa realidade pode ser entendida como um refluxo mundial da mobilização sindicalista, mas também como consequência de princípios norteadores referentes à época histórica.

Apesar do crescimento do potencial de mobilização dos trabalhadores e o vigor presente nos processos de luta proporcionados pelo novo sindicalismo, bem como a criação de entidades como a CUT e o crescimento eleitoral do PT, esse movimento não conseguiu aprofundar a luta política da classe trabalhadora no período. Cruz comenta sobre as mudanças que afetaram o novo sindicalismo:

Ocorre que o conjunto de resoluções produzidas pelo V Congresso da Central Única dos Trabalhadores traz as marcas do processo histórico (no seu tempo e lugar precisos) em que se situava, em um novo período para o Novo Sindicalismo brasileiro: a última década do século XX marcada por uma economia dependente e industrializada, cujos setores dirigentes têm buscado desesperadamente inserir-se com sucesso, ainda que como sempre subordinadamente, na nova ordem globalizada do capitalismo mundial, gerando “uma terra de contrastes” muito maiores que aqueles do tempo do formulador da frase, o Prof. Roger Bastide (CRUZ, 2000, p.142).

De acordo com o referido autor, a transição da ditadura civil-militar para a Nova República não foi capaz de realizar a transformação dos problemas decorrentes da hegemonia do capital. A situação social e as condições de vida da população se tornaram mais precárias, o que ocasionou um processo de enfrentamento de tais condições.

O Partido dos Trabalhadores passou a crescer em relação ao processo eleitoral e a CUT se tornou um dos principais expoentes e representantes do sindicalismo brasileiro; nas palavras de Cruz, tratava-se de uma grande “força interlocutora” no embate contra a hegemonia do capital. A CUT permaneceu firme mesmo quando as forças capitalistas tentavam desmoralizá-la e, como reação, três grandes greves foram organizadas no período do governo de Sarney (1985-1990) com objetivo de enfrentar os ataques realizados por suas políticas de governo.

Sobre o período, Cruz (2000) comenta que o governo Sarney não agradou nem a burguesia nem a classe trabalhadora; o quadro internacional estava indefinido e o mundo enfrentava uma grande recessão, enquanto o governo decidia dar continuidade à política exercida pelos militares. Portanto, o governo de Sarney não conseguiu dar conta das políticas sociais e nem de seus compromissos financeiros, aprofundando a dívida pública do país com o Plano Cruzado, que causou um grande choque econômico.

Segundo o autor, o crescimento da luta política dos trabalhadores e do sindicalismo, e a expressividade do CUT e do PT, encaminharam as forças de esquerda para um embate em relação à Constituição e às eleições de 1989. No entanto, nesse contexto, o movimento sindical combativo apresentou grandes fragilidades que, combinado com a perda das eleições, gerou frustrações e acabou proporcionando uma revisão nos princípios políticos e de ação dos principais protagonistas do novo sindicalismo.

Mais adiante, com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, tivemos a consolidação do neoliberalismo no país. Diante disso e de toda a conjuntura internacional o ano de 1989, segundo Cruz, representou uma ruptura histórica:

Se nos lembrarmos bem, foi em 1989 que a história acabou, segundo Francis Fukuyama. Aquele havia sido o ano da queda do muro de Berlim e da aparição política de Bóris Yeltsin na União Soviética, como força de defesa da transmutação da *perestroika* em reforma pró-capitalista. Foi no início de 1989, também, que o massacre da Praça da Paz Celestial em Pequim pôs em dúvida as esperanças de juntar socialismo e democracia em alguma experiência política de final do século XX. Na Nicarágua - símbolo da nova esquerda latino-americana, revolucionária e democrática - Violeta Chamorro derrotava eleitoralmente (!) Daniel Ortega, depois de dez anos de erros e esperanças do governo da Frente Sandinista. No ano

anterior, a reeleição de Ronald Reagan para a Casa Branca acenava para a firme continuidade da era *yuppie* da especulação, da concentração da renda e da exclusão social (CRUZ, 2000, p.113).

A conjuntura internacional se configurava desfavorável para as forças de esquerda e o governo Collor sinalizava que o neoliberalismo havia chegado para fincar raízes. “E é possível dizer também que, agora, no final da década de 90, a velocidade, o poder avassalador e os resultados acachapantes da avalanche neoliberal foram coisas impressionantes, embora não surpreendentes, neste Brasil dos anos 90” (CRUZ, 2000, p.114).

A tal avalanche neoliberal tornaria possível também a eleição, em 1994, do candidato da burguesia, Fernando Henrique Cardoso, que, enfim, consolidaria o modelo neoliberal de capitalismo no país. Essa situação representou uma grande perda para os trabalhadores brasileiros; as alterações no universo do trabalho foram inúmeras e extremamente nocivas com desemprego em massa, flexibilização do trabalho, terceirização, contrato temporário de trabalho e aumento da competitividade entre os trabalhadores. Desse modo, as mudanças ocorridas agravaram a crise econômica e impediram a mobilização e união dos trabalhadores, dificultando o entendimento e a apreensão do discurso realizado pelo movimento sindical. Portanto, Cruz conclui em sua análise:

[...] daí em diante o conjunto de alterações iniciadas ainda nos anos 80 e que fora impulsionado pelo governo Collor, ganhou rapidez e dramaticidade em relação aos trabalhadores. Nas grandes cidades brasileiras, basicamente três elementos diferentes de desestruturação da identidade dos trabalhadores ganharam forma e conteúdo: 1) o desemprego em suas variadas expressões; 2) a flexibilização da contratação do trabalho; 3) a introdução massiva - nas grandes empresas - da automação (CRUZ, 2000, p.122).

Não foi apenas a crise do desemprego que possibilitou a queda do discurso do novo sindicalismo. É preciso entender que houve diversos fatores que influenciaram nessa questão e admitir que, em razão da crise econômica, as elevadas taxas de desemprego e a instabilidade em que se encontravam os trabalhadores, bem como o medo de se filiar a um sindicato, se constituíram com fatores relevantes.

Outro aspecto abordado por Cruz (2000) diz respeito à baixa expectativa de emprego no período, que passou a acuar o trabalhador deixando-o sem esperança, individualista e competitivo, influenciando a não se sindicalizar. As mudanças no mundo do trabalho durante a década de 1990 foram muitas: flexibilização das formas de contratação; tendência de automação das indústrias; alteração das políticas de gestão das empresas; crise do capitalismo mundial; reformas estruturais do Estado; mudanças drásticas no meio rural, como a diversidade/fragmentação típica da mão-de-obra rural brasileira e a aplicação de uma política agrícola voltada ao crescimento produtivo das grandes propriedades. No caso das mudanças no meio rural, esse fenômeno resultou em um importante êxodo rural; por outro lado, para aqueles que seguiram sua vida no campo, a crise tornou a situação ainda mais precária. A esse respeito, Cruz afirma:

A desregulamentação do trabalho do modelo de Estado neoliberal veio juntar-se ao inferno laborial dos trabalhadores rurais. Se a constituição de 1988 inaugurou o direito de aposentadoria para os trabalhadores rurais, a população rural economicamente ativa, em compensação, foi submetida a ainda mais duras condições de sobrevivência (CRUZ, 2000, p.142).

Além da submissão da população rural às duras condições de sobrevivência, somou-se a isso a imposição (velada) de atividades análogas ao trabalho escravo. Cruz (2000) alerta também para o processo de fragmentação da classe trabalhadora na virada da década de 1980 para a década 1990, quando os trabalhadores urbanos enfrentaram a desconstituição de sua identidade e alteridade.

Empregados/desempregados, formais/informais, assalariados/terceirizados/subcontratados, qualificados/desqualificados; categorias de diferenciação sobrepostas àquelas que o próprio discurso do Novo Sindicalismo já havia captado no mundo desigual do trabalho e que era objeto desse discurso: urbanos/rurais, indústria/serviço/profissionais liberais, brancos/negros, homens/mulheres. E nos interstícios da fragmentação, funciona o *evangelho de produtividade*. (CRUZ, 2000, p.145).

É importante ressaltar os detalhes do processo que ocasionou a derrocada do discurso do novo sindicalismo. Conforme Cruz, “o discurso fundador do Novo Sindicalismo, orientado por uma visão de totalidade social, inflexionou-se largamente

diante das transformações sociais que se operaram na virada dos anos 80 aos 90” (CRUZ, 2000, p.147). Dessa forma, é por meio da compreensão a respeito das mudanças ocorridas no mundo do trabalho que se pode entender o posicionamento do novo sindicalismo diante da conjuntura política. De acordo com Cruz, tais fatores colocaram o novo sindicalismo como sujeito coletivo e objeto das relações sociais.

As crescentes transformações do mundo do trabalho, a construção internacional da hegemonia neoliberal (ajudada pela crise do socialismo real), as mudanças na estrutura social da América Latina e do Brasil, a persistência da estrutura sindical corporativista, enfim uma evolução marcada pela instabilidade e pela fragmentação/dissolução dos padrões anteriores de acumulação e de regulamentação social, vergaram o Novo Sindicalismo em direção a uma realidade na qual ele se constituía como sujeito coletivo, mas também como objeto das relações sociais (CRUZ, 2000, p.147).

Cruz, mais adiante em seu texto, reafirma que os últimos anos da década de 1980 foram decisivos para a guinada do novo sindicalismo, indicando que 1989 representou uma perda de força do movimento esquerdista, com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais, e que somada a uma gama de acontecimentos internacionais conseguiu abalar ainda mais o movimento sindical e fortalecer o discurso neoliberal que surgia e se firmava. Portanto, as resoluções das plenárias e congressos da CUT pós-1989 demonstraram todo o processo de crise do discurso do novo sindicalismo.

Nesse mesmo sentido, Antunes afirma que os indícios regressivos da década de 1980 começaram a se revelar com a vitória de Collor e que o novo sindicalismo passaria a enfrentar um contexto adverso:

Foi, como vimos, nos últimos anos da década de 1980, e especialmente na seguinte, que as primeiras manifestações regressivas começaram a se revelar no país, sobretudo com a vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989. Pouco a pouco, o novo sindicalismo seria confrontado por um contexto bastante adverso e começaria a esbarrar em dificuldades e desafios que contrariavam suas bandeiras originais. A forte pressão interna e externa exigida pelos capitais, visando o deslanche da reestruturação produtiva, a financeirização ainda maior da economia, a livre circulação dos capitais, a privatização do setor produtivo estatal, a flexibilização da legislação trabalhista, em suma, a pressão para uma nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho que se desenvolvia sob a hegemonia neoliberal começava a afetar mais intensamente o país (ANTUNES, 2018, p.208).

Nesse contexto, a prática discursiva da CUT aprofundou a tendência ao abandono progressivo da posição de combate em relação aos setores patronais e ao governo, valorizando a negociação como método e deixando de lado a ideia de totalidade dos trabalhadores, substituindo-a por uma lógica de fragmentação.

Por sua vez, para Alexandre Aranha Arbia (2013), após a promulgação da Constituição Federal de 1988, das eleições de 1989 e de todo processo de redemocratização política se findou um período político caracterizado pelo estrangulamento econômico e político dos trabalhadores. E como uma das consequências disso, também houve um refluxo na atuação combativa do novo sindicalismo. A esse respeito, afirma Arbia:

Com o crepúsculo dos anos 1980, esgota-se a fecundidade típica do solo que fez brotar e germinar o “novo sindicalismo” no Brasil. Daí, o que presenciamos é o seu definhar agonizante, que atravessará toda a década de 1990 e culminará na sua plena exaustão no início deste século (ARBIA, 2013, p.483).

Para o autor, com a chegada da década de 1990 novas circunstâncias e desafios surgiram com a implantação do neoliberalismo, resultando na consolidação da política de desmonte dos direitos trabalhistas e no aumento das taxas de desemprego que contribuíram diretamente para desestruturar o novo sindicalismo.

Diante disso, portanto, é possível constatar que no início dos anos 90 o novo sindicalismo começou a perder sua força combativa e se entregou à lógica capitalista de mercado. A mudança de posicionamento discursivo do movimento veio combinada com a crise de leitura da realidade e também de orientação para a ação social, conforme assinalou Cruz:

A unidade que duramente se havia constituído ao longo dos anos 70 e início dos anos 80, sintetizada do Novo Sindicalismo e mais tarde da CUT, começava aqui a romper-se. Não enquanto ruptura de forças políticas que se expressava em matrizes descontínuas, como nos mostrou Éder Sader, mas ruptura interior, por assim dizer, do discurso da unidade: da dispersão e da desidentidade entre trabalhadores do campo e da cidade, entre proletariado e setores médios, entre campesinato e proletariado rural, entre reivindicações políticas e reivindicações da classe trabalhadora, contra um inimigo que fora até então também unitário - unidade anteriormente

pressuposta entre Estado, capital monopolista e latifúndio (CRUZ, 2000, p.171/172).

Sendo assim, na visão de Cruz, se iniciava o afastamento ideológico do novo sindicalismo, em que o discurso se tornava mais ameno, ocorria a disposição às negociações entre sindicalismo e governo, e também a incapacidade de enfrentamento e de organização.

Cruz (2000) recapitula os princípios do novo sindicalismo, quando havia um urgente desejo em romper com a antiga estrutura sindical, em que oposições sindicais e sindicalistas formavam um grupo com o objetivo de superar os erros e problemáticas ocorridas durante a ditadura-civil-militar. O momento descrito se configurava por forte crítica ao sindicalismo de cúpula e investimento no sindicato de base, rompendo com os modelos corporativistas. No entanto, em qual momento que o novo sindicalismo e seu discurso começaram a se descolar dessa ideia? O autor reúne documentos e declarações da Central Única dos Trabalhadores, da CONCUR, CUT etc. fazendo uma excelente comparação entre o que foi dito na década de ouro e o que mudou na década seguinte.

Por fim, Cruz explica que o movimento que antes era reconhecido por sua unidade e força ideológica passava a se dissolver em corporativismo e até mesmo em um tipo de política verticalista e fragmentadora (transformando o sindicato em sindicato por ramos de atividade) que se afastava totalmente dos princípios norteadores do novo sindicalismo. Para encerrar suas reflexões sobre o novo discurso do movimento sindical no contexto da crise do novo sindicalismo, Cruz afirma: “Mais, ainda: apaga o elemento discursivo fundante, enquanto tal, do discurso original do Novo Sindicalismo, deslizando a constituição da organização de base dos trabalhadores para *uma* (provavelmente dentre muitas) „estratégia sindical” (CRUZ, 2000, p.180).

3. A IMAGEM COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Para analisar a imagem como fonte histórica, recorreremos aos escritos de Peter Burke (2004) em seu livro *Testemunha ocular: história e imagem*. No referido livro, o autor se incumbiu de encorajar o uso de imagens como documentos, defendendo sua relevância histórica.

Para isso, Burke inicia suas reflexões discutindo a possibilidade de uma invisibilidade do visual, ou seja, ele promove uma crítica contundente ao fato de os historiadores não reconhecerem as imagens como fonte de informação e conhecimento, reduzindo o uso destas a mera ilustração, que serviriam apenas para confirmar conclusões previamente estabelecidas. Nas palavras de Burke:

Relativamente poucos historiadores trabalham em arquivos fotográficos, comparado ao número desses estudiosos que trabalham em repositórios de documentos escritos e datilografados. Relativamente poucos periódicos trazem ilustrações e, quando o fazem, poucos colaboradores aproveitam essa oportunidade. Quando utilizam as imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários. No caso em que as imagens são discutidas no texto, essa evidência é frequentemente utilizada para ilustrar conclusões que o autor já havia chegado por outros meios, em vez de oferecer novas respostas ou suscitar novas questões (BURKE, 2004, p.12).

Com isso, é possível perceber que a imagem não é reconhecida como protagonista nas grandes reflexões acadêmicas. Ao longo da história, ensinou-se a enxergar a imagem com certa inferioridade em relação aos textos e, como consequência, elas passaram a não ser utilizadas como fontes principais. No entanto, Burke relembra importantes descobertas históricas que só foram possíveis em razão do auxílio das imagens, como o testemunho das pinturas nos túmulos no Egito antigo, ou mesmo as pinturas rupestres da época “pré-histórica”.

Burke comenta a respeito de alguns historiadores, pintores e estudiosos que há muito já entendiam a importância das imagens, e as utilizavam como fonte documental e histórica. O autor não só defende o uso das imagens, afirmando que elas oferecem indícios valiosos tanto quanto os textos, mas que elas também poderiam ser consideradas “o melhor guia” possível:

Como sugerido pelo crítico Stephen Bann, nossa posição face a face com uma imagem nos coloca face a face com a história. O uso de imagens em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se como melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosas e política de culturas passadas (BURKE, 2005, p.17).

No entanto, Burke acredita que não basta situar a imagem como protagonista histórica; é preciso ter consciência de suas fragilidades. Desse modo, não se deve abandonar o senso crítico ao utilizar uma imagem como fonte. A esse respeito, afirma o autor:

É desnecessário dizer que o uso do testemunho das imagens levanta muitos problemas incômodos. Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras seu testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as pinturas nas entrelinhas e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando. Há perigos evidentes nesse procedimento. Para utilizar a evidência de imagem de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fontes, estar consciente das suas fragilidades (BURKE, 2005, p.18).

Com base na reflexão acima é preciso estar consciente diante de uma imagem, não apenas considerando-a como fonte histórica, mas também entendendo como e por que ela poderia ser assumida como documento.

Mais adiante em suas considerações, Burke relembra um conhecido trecho de Olavo Bilac sobre as imagens, em que este afirma que a fotografia logo substituiria a descrição por meio da escrita de qualquer recente acontecimento. Burke, porém, faz uma ressalva: “A quantidade dessas imagens e a velocidade com o qual elas se transmitem, são novidades, mas a revolução televisual não nos deve fazer esquecer a importância de imagens de acontecimentos anteriores” (BURKE, 2005, p.209).

É importante compreender que vivemos em uma época onde a imagem prevalece, configurando-se como uma sociedade imagética. No entanto, de acordo com Burke, apesar da proliferação das imagens na sociedade é necessário reconhecer a relevância das imagens que se referem a épocas anteriores, as que retratam revoluções, momentos políticos, históricos e sociais importantes, pois são

exatamente estas que fazem o serviço de conscientização e politização de uma classe. Nas palavras do referido autor:

O papel das imagens como agentes é ainda mais óbvio no caso das revoluções. Revoluções sempre foram celebradas, por meio das imagens, desde que obtivessem sucesso, como as de 1688, 1739, 1830, 1848, e assim por diante. Entretanto, pode-se argumentar que a função das imagens é ainda mais importante enquanto a revolução está acontecendo. Elas têm muitas vezes servido para politizar pessoas comuns, especialmente, mas não exclusivamente, em sociedades pouco letradas (BURKE, 2005, p.182).

Da mesma forma como as fotografias, filmes, pinturas e imagens em geral devem ser encaradas como documentos; nesse sentido, defendemos a possibilidade de utilizar as charges e cartuns como fontes históricas, em especial pelo seu potencial em registrar e denunciar acontecimentos em evidência durante determinado momento histórico.

Pode causar estranhamento analisar o passado sob a visão de um chargista ou cartunista, entretanto, todas as outras fontes imagéticas também passam pelo olhar de quem as produz. Nesses casos, os produtores de imagens produzem suas narrativas, retratando a seu modo o contexto em que estão inseridos. Sendo assim, as charges e cartuns são importantes fontes que podem e devem ser usadas para construir uma reflexão e análise a respeito do passado.

Defende-se aqui, portanto, o potencial da charge e do cartum para se compreender a história e protagonizar estudos, configurando-se como um importante instrumento para analisar uma determinada realidade social, política e cultural.

3.1 O INÍCIO DA SÁTIRA POLÍTICA E O LUGAR DAS CHARGES E CARTUNS

A utilização de recursos como a satirização e a ridicularização, por meio da representação de charges e cartuns, não se restringe ao tempo contemporâneo, mas data de há muito tempo. A crítica presente nesses objetos quase sempre se voltava ao poder. Nesse sentido, George Balandier, em sua obra *O poder em cena* (1980), relata como acontecia o processo de crítica e ridicularização.

De acordo com o autor, os elementos satíricos e irônicos que se reconhece nas charges nos dias de hoje se iniciaram com um personagem conhecido como „Bufão’, uma espécie de palhaço doméstico, contratado pelas famílias mais abastadas com o objetivo de diverti-los durante as refeições; no entanto, com o passar dos anos, o referido personagem se transformou em bobo da corte, passando a voltar sua gama de sátiras aos membros do poder.

A ironia, paródia e transgressão eram os pilares de tais personagens. De acordo com o autor, “o bufão não respeita nada nem ninguém; sua licença é total, sua impunidade a mais completa e seu ataque é tanto mais forte que o objeto que visa” (BALANDIER, 1980, p.28). Com base nessa afirmativa, podemos verificar o modo como a charge trabalha com os mesmos elementos presentes nos personagens descritos por Balandier. A charge busca o riso desabrido, mas não deixa de se constituir como um contundente elemento de crítica, transgredindo as regras de forma irônica.

Mesmo com o desaparecimento de figuras como os bufões, a sátira não teve seu fim, perpetuando sua existência nos novos meios de expressão que puderam favorecer a continuidade da sátira ao poder e estendendo-a aos problemas sociais e políticos. Desaparece o Bufão e entra em cena as representações por meio do humor gráfico.

Segundo Balandier, desde os tempos da Monarquia de Julho (1830-1848) até 1968, a caricatura e a charge política puderam conservar sua eficácia. A esse respeito, afirma o referido autor:

É preciso observar que os meios de expressão, difundindo-se, e multiplicando-se, abrem novos espaços aos jogos da liberdade devastadora da ordem e conformismo. A princípio com a imagem, sátira, a caricatura, cujo progresso no fim do século passado resulta da grande imprensa e do reconhecimento da liberdade de opinião, não obstante os azares de que foram vítimas os satiristas políticos. Na França, depois do nascimento explosivo da chocarrice gráfica, em princípios de Monarquia de Julho até aos renascimentos de 1968 e dos anos recentes, a caricatura política pode conservar sua eficácia corrosiva, sua carga de ironia violenta e, às vezes, desabrida, chegando até a agressividade sexual (BALANDIER, 1980, p.37).

O retrato-charge transforma, portanto, os membros do poder em bufões do povo. E segue o autor:

E depois a caricatura -, na linguagem comum - é também, sobretudo, o retrato-charge que ridiculariza os membros do poder e os transforma em bufões do povo, como o fez André Gill metamorfoseando Thiers em „filha de Madame Angot“. O imaginário satírico se introduz a sua maneira, no conhecimento do grande jogo da ordem e da desordem, da conformidade e contestação. Como no cerimonial bufão, ele recorre à inversão das situações, à irreverência e a todas as espécies de licenças. Ele passa à ofensiva, utilizando as forças do cômico e do ridículo, com a mesma ambigüidade, pois libera uma crítica que é desarmada pelo riso (BALANDIER, 1980, p.37).

Esse potencial crítico do humor gráfico foi se consolidando ao longo dos tempos e definindo as especificidades conceituais de cada uma de suas modalidades. Para nossas reflexões vão nos interessar, principalmente, as charges e os cartuns, dos quais passamos a apresentar algumas considerações teóricas.

A respeito das charges, Rozinaldo Antonio Miani (2000) afirma que é preciso considerar que aquilo que outrora era entendido como caricatura, na verdade é o que hoje denominamos como charge. Ou seja, os artistas e mesmo os estudiosos, desde a segunda metade do século XIX, chamavam de caricatura aquilo que se convencionou, em tempos mais recentes, definir como charge. A obra de Ana Maria de Moraes Beluzzo (1992) confirma essa percepção na medida em que a autora apresenta as características da charge, mas a chama de caricatura: vejamos:

Efetivamente, a caricatura veio preencher o espaço da comunicação doméstica. Em sua primeira fase (1844-1895) revelou um caráter combativo, e nos melhores casos, uma intensa participação na vida social e política do Segundo Reinado. Marcou uma nova posição do artista, face à sociedade (BELUZZO *apud* MIANI, 2000, p.59).

Portanto, para Miani, a charge deve ser entendida como uma herdeira da caricatura, na medida em que aquela carrega as mesmas características e funções outrora atribuídas à caricatura. A esse respeito, afirma o referido autor:

A partir desta rápida análise, chegamos à conclusão de que a charge, da forma como está apresentada neste trabalho, e como acreditamos deva ser entendida, enquanto uma representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico, é “herdeira da caricatura”; mudou de nome, mas continua a mesma em significado e função (MIANI, 2000, p.61).

Posto isto, Rozinaldo Miani afirma que a charge se popularizou em jornais e periódicos, passando a estimular a venda desses impressos, ganhando espaço como material de opinião e, desde os primeiros momentos, dando sinais de seu potencial político e ideológico. A charge passou a conquistar espaço no meio jornalístico, significando “um desenho humorístico de natureza política, predominantemente vinculado à produção comunicativa impressa, como objetivo de ilustrar e/ou apresentar uma opinião a respeito de determinado acontecimento histórico” (MIANI, 2012, p.3).

Ainda de acordo com Miani (2000), o primeiro “jornal de caricaturas de São Paulo” foi o *Diabo Coxo*, criado no ano de 1865 por Ângelo Agostini. No entanto, antes mesmo de esse veículo utilizar caricaturas (charges), a história da caricatura já demonstrava que ela se constituía como um elemento de crítica aos costumes da época e da política, e que tinha o riso, a ironia e sátira como prerrogativas. O referido autor se embasa nas considerações de Antonio Luiz Cagnin para suas conclusões:

As armas dessa caricatura era, não raro, a sátira ferina, escancarada no riso destruidor e dos ataques pessoais. Amenizou-se pelo fim do século. Tornou a crescer no começo deste, com a Primeira República, para depois ser calada pela ditadura, primeiro de Vargas, depois da gloriosa de 1º de abril. Mas ela não se calou de todo. Disfarçou as farpas, sob um sorriso fino, inteligente, mas ferindo da mesma forma que o riso escrachado (CAGNIN *apud* MIANI, 2000, p.60).

Passemos agora a apresentar algumas especificidades e particularidades das charges e cartuns que irão contribuir para as nossas reflexões e análises. De acordo com Miani (2000) a charge é uma das modalidades do humor gráfico, assim como o cartum, a caricatura e as histórias em quadrinhos, consideradas formas de representação iconográfica produzidas por meio do traço humano. De maneira específica vão nos interessar as charges e os cartuns por se tratarem de formas de expressão iconográfica de natureza dissertativa (MIANI, 2000; 2012).

Certamente, Cagnin está entre os principais autores de referência para esse debate. Para o referido autor, a charge é “o desenho que se refere a fatos

acontecidos em que agem pessoas reais, em geral conhecidas, com o propósito de denunciar, criticar e satirizar” (*apud* MIANI, 2000).

Um dos pontos principais para a diferenciação das charges como modalidade específica do humor gráfico é o recorte temporal que pode ser feito a partir dela. A esse respeito, Edson Carlos Romualdo afirma que a charge é “o texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal” (ROMUALDO, 2000, p.21).

Apesar de a charge servir como memória histórica, como afirma Miani, ou como uma bela retratação do passado, seu recorte temporal é inevitável. Ela diz respeito a fatos específicos e a momentos particulares da nossa história. Portanto, não se pode afirmar que uma charge tenha um “prazo de validade”, porém é inegável que seu sentido tem relação direta com a realidade e com os contextos do momento em que foi produzida. Miani apresenta uma boa sistematização a respeito da charge:

[...] é uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma ideia, portanto, de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. Outro elemento importante a destacar é a efemeridade da charge, que geralmente é esquecida quando o acontecimento a que se refere se apaga de nossa memória individual ou social (porém, ela permanece viva enquanto memória histórica) (MIANI, 2012, p.3).

Em relação à estrutura de uma charge, Miani (2012) explica que, geralmente, um chargista consegue expor a sua ideia compondo apenas um quadro, ao contrário dos quadrinhos que necessitam da construção de uma sequência de quadros, com presença de espaço entre eles. No entanto, é necessário realizar uma ressalva, pois uma charge também pode apresentar mais de um quadro, ainda que seja menos comum e corriqueiro.

A respeito de sua função social, Aucione Torres Agostinho entende que a “charge se constitui realidade inquestionável no universo da comunicação, dentro do qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão” (AGOSTINHO *apud* MIANI, 2000, p.64). Também a esse respeito, Cagnin afirma que o objetivo de uma charge é:

[...] expor uma ideia, dissertar sobre um tema. Ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento e o represente de alguma forma, sua preocupação ou a do chargista, não é o acontecimento, mas o conceito que faz dele, ou mais comumente a crítica, a denúncia do fato, quando não procura aliciar o leitor para os seus arrazoados, princípios, programas ou ideologia (CAGNIN *apud* MIANI, 2000, p.65).

Para Miani, a charge tem o poder de se constituir como instrumento de persuasão, intervindo no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, por meio da sedução pelo humor, e criando um sentimento de adesão que pode culminar com um processo de organização e mobilização (MIANI, 2000). Nesse sentido, a charge pode não só levar aos processos reflexivos e de conscientização, mas também potencializar um processo de tomada de consciência por parte do leitor da imagem e receptor do respectivo processo comunicativo.

Miani também apresenta alguns dos elementos necessários para a composição de uma charge. Afirma o referido autor:

Quanto aos elementos estéticos e de linguagem constitutivos da charge, como tradicionalmente é apresentada, em desenho, podemos citar a linha, o espaço, o plano, o ponto de enfoque, o volume, a luz e a sombra, o movimento, a narrativa, o balão, a onomatopeia e o texto verbal, não aparecendo, necessariamente, todos estes elementos em todas as charges (MIANI, 2000, p.65).

Para complementar essa “caixa de ferramentas”, Miani se vale das reflexões de Agostinho que apresenta outros elementos estruturantes de uma charge:

[...] os elementos que estruturam a charge podem ser materiais - que constituem a estrutura objeto - ou pertencentes a outros níveis de elementos, tais como: sistema de referência ao qual a charge recorre, ou ainda, aos sistemas de reações psicológicas contidas no desenho. Estes níveis podem também se subdividir em tantos outros, como os níveis de ritmo, de sons, de enredo, de ideologia etc. (AGOSTINHO *apud* MIANI, 2000, p.65)

Alem disso, Miani (2012) comenta que a charge ainda se vale de elementos verbais para expressar uma ideia ou apenas com o objetivo de complementar ou reforçar algo que já tenha aparecido no contexto dos elementos visuais. No entanto, é preciso considerar esses elementos verbais também em sua condição visual,

afinal, são “palavras desenhadas” e, portanto, têm significações como signo verbal e também como signo visual.

É preciso considerar que para que se compreenda uma charge em sua complexidade é preciso se amparar tanto nas imagens (com seus elementos visuais e verbais) quanto nos textos que as acompanham, bem como associá-los aos respectivos contextos discursivos, pois não é possível realizar uma análise chárstica sem considerar a sua totalidade. A esse respeito, afirma Miani:

Invariavelmente a charge participa de um contexto comunicativo maior que é o jornal, revista ou outro veículo impresso qualquer e sua significação se assenta em intersecções de sentido com a produção textual verbal, caracterizando-a como uma produção intertextual. As charges se integram, dão sentido e compõem os textos e essa unidade não deve ser quebrada (MIANI, 2012, p.5).

Miani alerta também para a necessidade de o leitor buscar maior conhecimento a respeito do tema a que se refere uma charge, buscando os textos que geralmente acompanham as charges para que haja a devida apropriação do sentido da mensagem, como também outras imagens que podem dialogar com a charge em análise. Dessa forma, a charge favorece e estimula a leitura dos demais conteúdos noticiosos presentes nos respectivos veículos onde a imagem foi publicada.

Ainda quando ocorre a produção de uma charge que não esteja ligada diretamente a nenhum texto específico e constitua por si só a informação por completo, ainda acontece um processo de intertextualidade com textos relacionados à edição em que a imagem tenha sido veiculada (MIANI, 2005, 2012).

Como, além de charges, também selecionamos alguns cartuns para a realização das análises é necessário inserir aqui alguns apontamentos a respeito dessa outra modalidade do humor gráfico. Nesse sentido, quase toda a reflexão a respeito da charge apresentada até o momento também vale para compreender o cartum, afinal, esta produção iconográfica também se define como uma modalidade do humor gráfico de natureza dissertativa. Em linhas gerais, o que difere a charge do cartum é o fato de que este último aborda uma temática atemporal. Camilo Riani explica bem essa diferença:

O cartum, também chamado de *caricatura de costumes*, é freqüentemente confundido com a charge, principalmente pela semelhança visual de ambas. É especialmente na temporalidade e no fato retratado que essas categorias se distinguem: enquanto a charge está baseada em fatos reais (ou com personagens reais), ocorridos recentemente na política, economia, cultura etc., o cartum trata de temas mais gerais e universais, não sendo uma citação a um caso específico (RIANI, 2002, p.29).

Para Jorge Mtanios Iskandar Arbach (2007), as primeiras aplicações do termo cartum aconteceram por volta de 1840 na revista *Punch*, onde foi publicada uma série de cartuns em uma paródia; esses desenhos eram verdadeiras sátiras dos acontecimentos da política econômica da época. Para o referido autor, o cartum é uma expressão gráfica da narrativa humorística e, na maioria dos casos, considera ser necessário recorrer à inserção de legendas, quadrinhos ou balões e também promover divisões de cenas (comuns nas histórias em quadrinhos) para cumprir seu propósito. Sendo assim, Arbach assim define cartum:

[...] uma anedota gráfica, uma crítica mordaz, que manifesta seu humor através do riso. Faz referências a fatos ou pessoas, sem o necessário vínculo com a realidade, representando uma situação criativa que penetra no domínio da invenção. Mantém-se, contudo, vinculado ao espírito do momento, incorporando eventualmente fatos ou personagens (ARBACH, 2007, p.212).

Outra importante referência para os estudos do humor gráfico, Antonio Luiz Cagnin (*apud* MIANI, 2000) afirma que o cartum tem a finalidade de produzir humor, de fazer rir e decifrar o significado do conceito presente na imagem. Para o autor, quando se trata de cartum, “o que interessa não é o fato representado, mas a graça do fato, a piada do momento, ou o jogo de símbolos figurativos, poeticamente trabalhados” (CAGNIN *apud* MIANI, 2000, p.62).

Após apresentarmos essas considerações, seguimos com nossas reflexões voltadas para compreender a condição ideológica das charges (e cartuns). A esse respeito, Miani afirma que é imprescindível que se reconheça que as imagens são ideológicas. O referido autor se apóia nos estudos de Mikhail Bakhtin (1997) que afirma que todas as formas de linguagem e de comunicação são ideológicas por natureza. Bakhtin se debruça no estudo dos signos e conclui que todos eles são

ideológicos, inseridos em uma realidade ideológica, e que se realizam por meio de uma interação verbal. Nas palavras do pensador russo:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. [...]. A existência do signo nada mais é do que a materialização de uma comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos (BAKHTIN, 1997, p.31/36).

Com base no trecho acima, reconhecemos que todo signo é ideológico e que reflete e refrata uma realidade. O signo reflete, pois retrata e elabora a respeito da realidade, e também refrata, pois está inserido em um sistema infinito de valores, onde alguns se sobressaem e outros se ocultam. Desse modo, um mesmo signo terá significações diferentes dependendo do contexto sócio-histórico do indivíduo, além do que todo discurso se configura como um diálogo.

Bakhtin nos apresenta o conceito de dialogia que presume que toda enunciação elaborada por seres humanos só será devidamente compreendida caso entendamos sua relação com outras enunciações. Para o autor, enunciação é um diálogo. Miani sistematiza essa ideia e afirma que:

Um enunciado jamais pode ser entendido como fato isolado, pois ele pressupõe uma conexão com todos aqueles que o antecederam e com aqueles que o sucederão; um enunciado configura-se como o elo de uma cadeia e só é possível a sua compreensão dentro desta cadeia (MIANI, 2012, p.7).

Dessa forma, é primordial entender que para Bakhtin toda enunciação deve ser encarada como um diálogo que se encontra dentro de um processo de comunicação que não tem fim. Miani (2012) afirma que, como se trata do estabelecimento de um diálogo, um enunciado não pode ser entendido sozinho, sem sua conexão com outros enunciados. No entanto, a relação não é apenas uma forma dialógica estática, mas diz respeito às diferentes formas de interação que podem ser muito mais complexas e heterogêneas. Miani exemplifica: “dois enunciados, aparentemente diferentes, emitidos em tempo e espaço diferenciados,

quando confrontados em relação ao seu sentido, podem revelar uma relação dialógica. E, mais do que isso, os mesmos pressupostos ideológicos” (MIANI, 2012, p.7).

Para melhor acessar essa compreensão é necessário trazer à tona o conceito de ideologia. Inserido na matriz marxista do conceito de ideologia, Miani apresenta a seguinte síntese:

Enfim, reconhecemos que a ideologia, enquanto fenômeno social, é a expressão das ideias dominantes de uma determinada época histórica, num contexto de solidificação de uma hegemonia (na sociedade capitalista, da hegemonia burguesa), mas também a expressão das concepções políticas de cada uma das classes fundamentais da sociedade capitalista, num contexto de disputa pela hegemonia (MIANI, 2012, p.9).

Miani (2012) ainda afirma que é de suma importância analisar como um discurso permeia uma ação social que pode se apresentar como um discurso ideológico. Portanto, o autor explica que, para Bakhtin, a ideologia acontece, se materializa e se propaga por meio da ação da linguagem (que deve ser entendida como um verdadeiro campo de guerra), onde a palavra é um dos principais “armamentos”. Nesse sentido, a palavra tem uma função primordial no processo de construção ideológica:

Verificamos, portanto, que através de um processo de comunicação, utilizando-se das várias formas de linguagem, e considerando a natureza ideológica dos signos - que constituem essas linguagens -, um determinado grupo que se situa como dominante, numa instituição, em relação ao seu conjunto, apresenta/impõe os pilares para a construção de uma formação ideológica para essa coletividade, através da sua prática discursiva. A charge, neste contexto e entendida como uma dessas práticas discursivas, ganha força como reveladora de ideias e expressão ideológica de uma determinada posição política que está no exercício do poder (MIANI, 2012, p.9).

Nesse sentido, é importante reconhecer que a comunicação se constitui como uma ferramenta imprescindível para o estabelecimento, controle e permanência de uma classe dominante. É por meio desse mecanismo que se propaga a ideologia dominante. Desse modo, a comunicação e suas múltiplas estratégias comunicativas são utilizadas há muito tempo como arma da classe que está no poder.

Porém, não é apenas a classe dominante que tem o “privilegio” de utilizar a comunicação como prática ideológica. As organizações das classes subalternas também se valem da comunicação para transmitir seus ideais e valores, sua própria ideologia, em uma perspectiva contra hegemônica.

Retomando a reflexão de Bakhtin a respeito de toda linguagem ser ideológica, se uma organização política e classista se propõe a disseminar uma comunicação, ela produzirá necessariamente um discurso ideológico. A comunicação dessa referida organização, além de ideológica, será permeada por um potencial persuasivo e é nesse contexto que o humor gráfico se colocará como estratégia significativa.

Portanto, consideramos que a utilização do humor gráfico tem papel decisivo para que uma organização política e classista (no caso específico desse trabalho, a organização sindical) conquiste o objetivo de persuadir seu público. Nesse sentido, Miani apresenta a seguinte reflexão a respeito da utilização do humor gráfico num contexto sindical e seu potencial persuasivo:

[...] a referida entidade fará uso da comunicação como importante aliado no processo de formação política de suas bases e, para tanto, fará de seu discurso um ato persuasivo. É preciso, com toda certeza, verificar os níveis de persuasão presentes nas produções comunicativas, de modo geral, e nas charges, de modo particular, utilizadas no âmbito do movimento sindical, mas é possível generalizar que essa ação persuasiva é incontestável (MIANI, 2012, p.10).

A partir dessa reflexão ancorada fundamentalmente nos estudos de Miani (2000; 2005; 2012) temos o gatilho para a análise de charges e cartuns em solo sindical - particularmente, no contexto do novo sindicalismo -, como produções ideológicas de alto potencial persuasivo.

4. ANÁLISE DA PRODUÇÃO CHÁRGICA DO NOVO SINDICALISMO

4.1 A UTILIZAÇÃO DO HUMOR GRÁFICO COMO ESTRATÉGIA DO NOVO SINDICALISMO

O movimento sindical signatário do novo sindicalismo, por meio de sua imprensa, investiu forte em materiais comunicativos, como cartilhas e boletins informativos. Essas produções comunicativas traziam situações do cotidiano dos trabalhadores e explicitavam de forma lúdica e perspicaz as condições econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores no contexto das relações de produção e de exploração próprias do mundo do trabalho capitalista. Nesses materiais se tornou bastante comum a presença de produtos do humor gráfico, principalmente, charges e cartuns.

As charges e cartuns publicadas nas produções comunicativas sindicais retratavam a importância dos sindicatos para os processos organizativos da classe trabalhadora e demonstravam a necessidade de os trabalhadores se sindicalizarem. Também esclareciam os trabalhadores a respeito da condição de exploração a qual eram submetidos; proporcionavam uma tomada de consciência e educação de classe; facilitavam a leitura de toda conjuntura política nacional e internacional; e, por fim, posicionavam a classe subalterna para a luta e a de seus próprios interesses.

Dada a sua importância e relevância para o novo sindicalismo e para a história do Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD) foi selecionado como uma das fontes das charges para análise neste trabalho. O referido sindicato produziu o jornal *Tribuna Metalúrgica*, que foi fundado em julho de 1971. De acordo com Rozinaldo Antonio Miani (2000), de 1971 até 1978 (ano em que se iniciou o processo de retomada das lutas sindicais no Brasil), circularam 45 edições do jornal. Do ano de 1978 até o ano de 1985 a produção se tornou mais vívida e ativa.

Segundo Miani (2000), as greves intensas desenvolvidas a partir de 1978 nas fábricas da região de atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema abriram espaço para o desenvolvimento de uma imprensa sindical que tinha como princípio promover a mobilização do trabalhador. O movimento sindical passou a divulgar toda a insatisfação com a recessão econômica

que assolava o país e, dessa forma, a imprensa sindical começou a denunciar as políticas desenvolvidas pelo governo e a registrar o processo transição democrática. O sindicato apresentava aos trabalhadores uma visão crítica a respeito dos problemas que, de alguma forma, envolviam os trabalhadores.

Porém, de acordo com Miani (2000), o jornal *Tribuna Metalúrgica* enfrentou inúmeras dificuldades por conta do regime militar; afirma o autor:

Como ainda se vivia sob uma ditadura, o jornal *Tribuna Metalúrgica* sofria intempéries das perseguições contra os dirigentes sindicais. Nos momentos de intervenção ao sindicato, ou não se produzia os jornais ou quando eram produzidos circulavam clandestinamente. Aliás, clandestino também era a TRIBUNA METALÚRGICA - SUPLEMENTO INFORMATIVO (MIANI, 2000, p.90).

Os boletins eram instrumentos de luta e de militância e circulavam de maneira cautelosa até ano de 1984. Miani (2000) explica que apenas com a conquista das comissões de fábricas e o fim da ditadura civil-militar (1964-1985) é que o sindicato pode circular seus boletins livremente. Para o autor, é nesse momento que a charge passou a ganhar espaço e posição estratégica nos jornais, por conta de sua ludicidade e humor. Dessa forma, o humor gráfico disseminava as mensagens combativas, sem se curvar à repressão.

O outro sindicato a ter seu jornal como fonte de charges selecionadas para este trabalho foi o Sindicato dos Químicos de São Paulo. De acordo com Miani (2000), o referido sindicato era amparado pelo próprio regime militar na década de 1970 e contava com integrantes interventores em sua direção. Posteriormente, o sindicato foi conquistado pelos sindicalistas adeptos do novo sindicalismo, por meio de eleições no ano de 1982. Miani (2000) considera que esses sindicalistas passaram a desenvolver convicções progressistas para as estruturas do sindicato, passando a conduzir um trabalho completamente oposto ao anterior.

A então nova diretoria implantou um departamento de imprensa e decidiu pela criação de uma publicação diária, que foi nomeada de *Sindiluta*. Conforme apresentação em sua primeira edição, esse veículo de comunicação tinha como prerrogativas e princípios:

Através do *Sindiluta* Diário a diretoria do Sindicato vai estar em contato com a categoria diariamente para informar, convocar,

denunciar, orientar, conclamar e levar suas palavras de ordem. E cada trabalhador vai poder comunicar seus problemas, suas preocupações assim como tomar conhecimento das lutas de outros trabalhadores. *Sindiluta* Diário será um porta-voz da classe trabalhadora contra os baixos-salários, a insalubridade, discriminação, as péssimas condições de trabalho, as arbitrariedades das chefias. Enfim, contra toda a exploração imposta pelo governo e pelos patrões. Mas o *Sindiluta* será, principalmente, um instrumento de luta dos trabalhadores. Sendo assim, não será um jornalzinho feito pelo Sindicato, mas um jornalzinho feito com os trabalhadores. Os trabalhadores é que fornecerão o material a ser publicado; definirá a maneira de se tratar cada assunto e, principalmente, cuidarão da distribuição, levando diariamente alguns exemplares para o seu local de trabalho e discutindo com os companheiros os assuntos publicados. *Sindiluta* Diário será, portanto, um jornalzinho do trabalhador e sendo assim depende de cada trabalhador (*apud* MIANI, 2000, p.110-111).

O *Sindiluta* iniciou suas atividades como imprensa diária no dia 07 de abril de 1983 e, de acordo com Miani (2000), o boletim surgiu como parte integrante do programa político da chapa de oposição. No entanto, havia uma produção jornalística anterior que não constava nos arquivos do sindicato, mas não tinha produção diária e nem contava com produção chágica. Sendo assim, a construção de um departamento de imprensa, a utilização de recursos visuais tais como a charge e os cartuns e a construção de personagens representativos da categoria, demarcaram uma mudança estrutural na imprensa do Sindicato dos Químicos de São Paulo do período.

Nesse viés, Valdeci Verdelho (1986), que foi jornalista no Sindicato dos Químicos de São Paulo, descreve a importância da implantação da charge como estratégia na imprensa sindical:

A este novo conceito, junta-se um estilo também novo, onde a linguagem utilizada é, ou procura ser, a própria linguagem do trabalhador. Daí a imprensa sindical diária recorrer frequentemente a imagens para transmitir uma ideia o abrir amplo espaço para recursos visuais, como ilustrações, charges, cartuns, fotos e quadros esquemáticos (VERDELHO, 1986, p.97).

4.2 SELEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CHÁRGICA SINDICAL

Para a realização da análise chágica proposta com este trabalho foi necessário selecionar o material e observar as minúcias de cada imagem. Após o

primeiro exercício, baseado na percepção de conteúdo das imagens, foram construídos eixos de classificação e análise (temas). Os eixos temáticos definidos foram: conjuntura política; auto-retratação do sindicato; comissões de fábrica; lutas sindicais.

No primeiro eixo, de “conjuntura política”, estão contempladas as temáticas relacionadas à realidade econômica, social e política do período de emergência e consolidação do novo sindicalismo. A ação dos sindicatos da época ia além das demandas trabalhistas, consideradas o foco da atuação sindical, se atentando para a conjuntura política nacional e ultrapassando os limites de suas tradicionais demandas. Os sindicatos tratavam constantemente de questões políticas que envolviam, inclusive, a problemática do capitalismo e o modo como ele se tornava nocivo à sociedade, bem como a luta pelo fim do regime ditatorial e em defesa das Diretas Já!

As temáticas e charges do eixo “auto-retratação do sindicato” dizem respeito à forma como o sindicato passou a se retratar, dialogando com o trabalhador, utilizando uma linguagem acessível e se constituindo como um verdadeiro defensor da classe. Ou seja, o novo sindicalismo se auto-retratava por meio de charges que carregavam suas principais características, definindo-se como uma figura fortalecida e fortalecedora. Fortalecida em razão do expressivo número de trabalhadores associados aos sindicatos de suas respectivas categorias e também fortalecedora dos trabalhadores que, finalmente, podiam contar com a união de seus pares. Sendo assim, o novo sindicalismo além de utilizar o humor gráfico como uma forma lúdica de se chegar à classe trabalhadora, também se promovia e conclamava os trabalhadores para a sindicalização.

A temática abordada pelo eixo “comissão de fábrica” tem relação direta com o trabalho de base, pois a solidificação do novo sindicalismo tinha como principal referência a atuação a partir da base. Portanto, para que o trabalho de base pudesse se concretizar foi necessária a criação de várias estratégias, como as comissões de fábrica.

Por fim, no eixo “lutas sindicais”, a abordagem das charges está relacionada às principais bandeiras de luta do novo sindicalismo no que diz respeito à defesa dos direitos e dos interesses econômicos e sociais do trabalhador. Portanto, esse eixo trata da luta por melhores condições salariais e por mais e melhores empregos.

4.2.1 Conjuntura política

A década de 1980 foi fortemente marcada por inúmeras greves e manifestações sindicais. O trabalhador passou a ganhar mais visibilidade em sua luta na medida em que diversas manifestações conseguiram adesão nacional, principalmente, a partir da greve dos trabalhadores da Scania no ABC paulista, em São Bernardo do Campo (SP), no ano de 1978. O momento se mostrava favorável ao sindicalismo que passava a reconhecer todo o seu potencial político, pois acordava de um sono profundo em que parecia estar submetido. Portanto, a efervescência das greves despertou o ímpeto combativo no sindicalismo brasileiro, e como resposta ao refluxo do movimento grevista, surgiu e se organizou o chamado “novo sindicalismo”.

De acordo com Alexandre Aranha Arbia (2013) o marco inicial do novo sindicalismo se deu em maio de 1978, momento em que aconteciam as grandes greves de massa no país, as quais tinham como característica principal as lutas contra o arrocho salarial. Para o autor, a politização no momento era considerável e as bandeiras de luta possuíam um cunho econômico. Naquele momento, a burguesia brasileira se sustentava sobre uma política de subordinação ao capital estrangeiro. Afirma o autor:

Por um lado, a intensificação na produção de bens de consumo duráveis exigia a viabilização de mercado interno para absorção desta produção - a estruturação de um setor privilegiado e restrito, apoiado nas altas camadas médias, que também servia de sustentáculo social ao regime. À insuficiência óbvia desta demanda é conjuntada toda uma forte política de incentivo às exportações (ARBIA, 2013, p.481).

O país se concentrava nas exportações para que a economia pudesse se sustentar e, a partir disso, a conclusão de Arbia (2013) é de que os grandes setores industriais em determinado momento acabariam obrigados a cederem aos capitais internacionais, ou seja, passando a receber investimentos externos para um funcionamento ideal. No entanto, se estabelecia uma grande competição entre os países subdesenvolvidos no que dizia respeito à exportação, e tal problemática podia ser entendida como uma superexploração do trabalho como estratégia dos capitais internacionais a fim de equacionar as taxas de lucro.

Em relação à política do arrocho salarial, além de garantir a existência e permanência de uma mão-de-obra quase gratuita, também cumpria um papel estruturante no modelo econômico implantado pelos governos militares. Com isso, Arbia (2013) afirma que o modelo de desenvolvimento econômico desenvolvido pelo regime ditatorial tornou-se “autofágico”,

[...] na exata medida em que, concentrado na ampliação da produção de bens de consumo duráveis, passa a requerer cada vez mais a importação de bens de capital e insumos básicos, invertendo suas expectativas de uma balança comercial favorável (ARBIA, 2013, p.482).

Posto isto, o déficit no balanço de pagamentos no Brasil dependia cada vez mais do endividamento para conseguir fechar as contas do governo. O orçamento era comprometido com amortizações e com a dívida externa, e dessa forma, novas dívidas eram realizadas para solucionar as dívidas anteriores, formando assim um círculo vicioso. E a conta dessa dívida acabava ficando nas costas dos trabalhadores, conforme podemos observar nessa charge publicada no *Sindiluta* (figura 1).

FIGURA 1



Fonte: *Sindiluta*, número 402, novembro de 1984. Autor: Bira

Ainda de acordo com Arbia (2013), se formava uma convulsão social que se configurava como a “crise do milagre econômico”, a qual, posteriormente, ocasionou a crise do capital, abalando a confiança no regime e proporcionando o avanço da “força unificadora da fome” que unia em solidariedade os diversos setores do

trabalho. Portanto, as lutas e movimentos grevistas do momento questionavam a política do arrocho e derrubavam na prática o sistema de proibição da organização de greves, abrindo uma fissura na estrutura do sindicalismo, pois as estratégias do movimento sindical diferiam do padrão sindical populista até então.

As greves iniciadas em 1978 representaram uma grande luta contra o arrocho salarial por meio da organização autônoma dos operários; no entanto, mesmo que toda luta tenha se iniciado por motivações econômicas, elas se transformaram em luta pela destruição da base de sustentação do regime militar, estreando uma luta pela construção da democracia no país. A esse respeito, afirma Arbia:

E é exatamente o que presenciamos quando acompanhamos todo interregno de 1983 a 1988: uma luta não apenas pela derrocada do regime autocrático, mas pela instauração de uma *democracia substantiva*, uma democracia sob o efetivo controle dos trabalhadores (ARBIA, 2013, p.483).

Naquele momento se tornava claro que o levantar das massas trabalhadoras no Brasil possibilitaria a construção da democracia. Arbia (2013) afirma que o movimento surgido em 1980 se tornou um ator efetivo no cenário sociopolítico nacional, o qual passou a criar obstáculos aos ideais antidemocráticos do presidente Sarney e até mesmo influenciar o processo de realização da Constituição de 1988.

Nessa conjuntura de visível fortalecimento do sindicalismo foi constituída uma das mais importantes centrais sindicais da história do país e, até então, a maior expressão de instrumento organizativo da classe trabalhadora: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). De acordo com Arbia (2013), a referida central foi fundada no ano de 1983 e logo se tornou o grande expoente do movimento dos trabalhadores, herdando os ideais do movimento e se tornando protagonista de resistência contra a ditadura civil-militar. Nesse sentido o autor afirma:

Nas atitudes da central encontramos exatamente o pôr consciente enquanto decisivo fator subjetivo de ação sobre causalidades sociais, ainda que se configurasse uma consciência em processo. O movimento das classes no Brasil, em luta para imprimir o direcionamento e a significação dos processos abertos na década de 1980, rebatia diretamente nos embates e construções internas da central, garantindo um rápido avanço na estruturação da consciência de classe (ARBIA, 2013, p.485).

A CUT se constituiu como uma organização que tinha como princípio rejeitar a conciliação de classes e as alianças com setores abastados, além de ajudar a classe trabalhadora a se unir e a se constituir como sujeito político autônomo que não se subordinaria aos interesses da classe dominante, sendo sua oposição permanente.

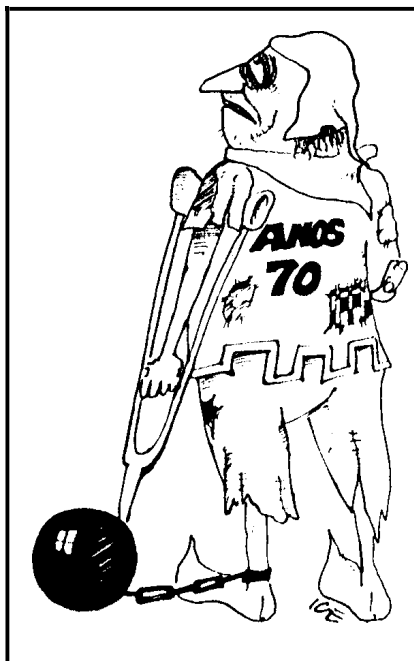
Nesse contexto, o movimento sindical se posicionava de maneira crítica em relação à conjuntura política nacional, ultrapassando os limites das demandas sindicais. Os boletins sindicais ilustrados com charges e cartuns não se dedicavam apenas a tratar de temáticas relacionadas diretamente ao mundo do trabalho, mas iam além, apresentando discussões que abordavam os aspectos políticos do período. O objetivo era esclarecer a massa trabalhadora a respeito do que estava acontecendo no país e a respeito da forma como a conjuntura política poderia afetar não só o ambiente de trabalho, mas toda a condição de vida dos trabalhadores. Diante disso, as imagens selecionadas para essa sessão terão como aspecto principal de análise a questão política, econômica e social do período.

Como visto acima, o período de efervescência do novo sindicalismo foi marcado pelo regime político antidemocrático e ditatorial. Nesse sentido, o *Tribuna Metalúrgica* abordava a questão em muitas de suas produções, alertando a respeito das políticas nocivas oriundas do regime, denunciando casos de repressão e torturas e, principalmente, trazendo constatações sobre a recessão econômica.

O novo sindicalismo iniciou suas lutas direcionadas à crítica à economia, mas logo a luta pela democracia se tornou uma das grandes preocupações do movimento e uma de suas principais bandeiras. O sindicalismo da década de 1980 passou a ser um movimento político em essência.

A primeira charge a ser analisada foi publicada na edição número 55 do jornal *Tribuna Metalúrgica*. O jornal trazia como manchete “Longos anos de obscurantismo político e cultural” e era acompanhada da referida charge que mostrava um personagem que representava uma síntese dos anos 70 (figura 2). Aparentemente, o personagem parecia ter levado uma surra, pois é representado com os olhos roxos, com suas roupas rasgadas e remendadas e utiliza uma muleta para se manter em pé. Por fim, como se não bastasse a situação deplorável do sujeito, ele se encontra aprisionado por uma bola de ferro em seus pés.

FIGURA 2



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, número 55, dezembro de 1979. Autor: Luis Gê

A referência é explícita aos anos de “obscurantismo político”. A crítica é direta à ditadura civil-militar que teria, literalmente, “acabado” com a década de 70, promovendo a violência e aplicando um modelo de desenvolvimento econômico e social ineficiente que colocou o país em uma recessão, ocasionando problemas graves e permanentes.

Na mesma perspectiva que o jornal *Tribuna Metalúrgica*, o boletim *Sindiluta* também expressava a luta pelo fim do regime militar e se ocupava de criticá-lo constantemente. Portanto, era um compromisso do Sindicato dos Químicos de São Paulo a luta pelo fim da ditadura e em defesa das “Diretas Já”!.²

Nesse sentido, o Sindicato dos Químicos de São Paulo realizava comícios, passeatas e manifestações e a próxima charge demonstra a efetivação dessa luta da categoria, pois se tratava de um apelo para que a classe trabalhadora se reunisse em mobilizações pelas “Diretas Já” (figura 3). A imagem retrata uma grande manifestação que parece contar com o apoio de toda a cidade, com placas por toda

² Trata-se de um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas que aconteceu entre 1983 e 1984. A apresentação da Emenda Constitucional pelo deputado federal Dante de Oliveira propunha a realização de eleições para a Presidência da República no país em 1985, porém a emenda foi rejeitada e o movimento apenas conseguiu uma vitória parcial com a eleição indireta de Tancredo Neves. As eleições presidenciais só aconteceriam em 1989.

a parte e grande apelo em defesa das eleições. Ainda podemos ver a presença de Chico Ácido - personagem criado pelo sindicato para representar a categoria química - que carrega uma faixa que pede pelas “Diretas já, sem negociação”.

FIGURA 3



Fonte: Sindiluta, número 250, abril de 1984. Autor: Bira

Na matéria que acompanha a charge, publicada na edição de 16 de abril de 1984, foi feito um convite para que os trabalhadores se dirigissem até a Praça da Sé para realizarem uma concentração; de lá seguiriam em passeata até o Vale do Anhangabaú onde haveria um comício. Portanto, a mensagem do boletim era sobre a importância da participação dos trabalhadores da categoria no processo de luta que exigia a realização de eleições diretas.

Constavam ainda no boletim as seguintes explicações sobre o conteúdo dos pedidos das manifestações:

Eleição direta em si não é a solução final, mas temos que lutar pelas diretas porque: 1 - É um direito que os militares arrancaram do povo e agora precisa ser reconquistado; 2 - É mais um passo na luta contra esse governo, esse regime e sua exploração; 3 - É a continuidade da luta da reforma agrária, direito de greve, autonomia e liberdade para o povo (SINDILUTA, nº 250, 1984).

Em outra edição do boletim *Sindiluta*, na edição número 275, a matéria explica que havia um mês a emenda Dante de Oliveira tinha sido rejeitada e o

sindicato, então, convocava mais uma vez os trabalhadores para irem às ruas manifestarem em prol das eleições gerais. A manifestação seria uma maneira de repudiar a atitude dos deputados que haviam impedido a aprovação da emenda e, claramente, uma forma de reivindicar eleições para presidente da República.

A charge que acompanha a referida matéria apresenta uma das manifestações comuns no período, em relação às Diretas Já! e pelo fim do regime militar (figura 4). Na imagem, a população está animada com a reivindicação e é perceptível que o sentimento de euforia toma conta de todos, desde o motorista e os passageiros do ônibus, os pedestres e as crianças, até o cachorro que, comicamente, parece engrossar as manifestações.

FIGURA 4



Fonte: Sindiluta, número 275, maio de 1984. Autor: Bira

A base das manifestações era o barulho que deveria ser feito da maneira mais enfática possível e, nesse sentido, na charge há diversas representações dos sons que estavam sendo feitos naquela ocasião. A indicação do sindicato era de que todo mundo deveria fazer muito barulho por meio de buzinas, rojões, baterem panela e piscar de luzes. A ideia era fazer um verdadeiro estardalhaço para que o governo finalmente “ouvisse” o povo.

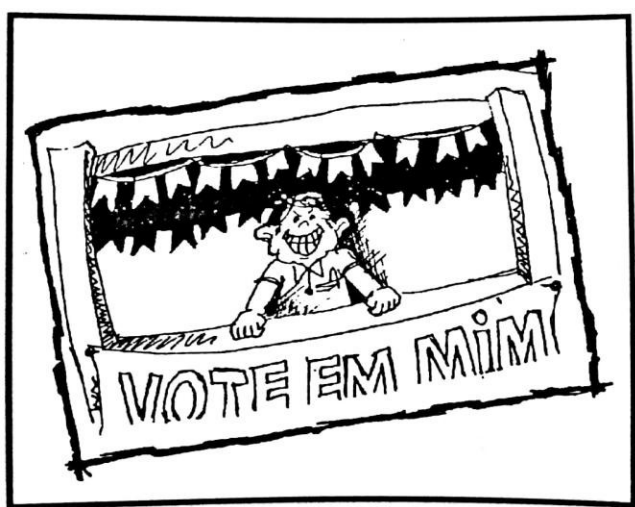
Nota-se também na imagem que por todos os lados há placas com o pedido de Diretas Já!; inclusive, em um estabelecimento há a seguinte frase: “não me venha com indiretas”, fazendo uma clara alusão crítica à forma como os governos se colocavam no poder, perpetuando o autoritarismo.

A próxima imagem foi publicada pelo jornal *Tribuna Metalúrgica* na edição número 48. A charge foi elaborada por Vargas e traz à tona a necessidade de

democracia no período. A imagem faz a representação de um suposto candidato realizando sua campanha eleitoral e conclamando: “Vote em mim” (figura 5).

A charge demonstra aos trabalhadores, de maneira sintética, a importância da luta pelas eleições gerais. Assim como no *Sindiluta*, o jornal *Tribuna Metalúrgica* trazia corriqueiramente a discussão em torno da democracia. Nesse sentido, os sindicatos buscavam demonstrar a necessidade de as eleições livres voltarem a acontecer para que o panorama político tivesse alguma melhoria.

FIGURA 5



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, número 48, novembro de 1978. Autor: Vargas

A próxima charge traz a discussão a respeito da situação de miséria e de calamidade em que muitos brasileiros se encontravam durante a década de 1980, em razão da ditadura civil-militar. A imagem tem como título “Abaixo a exploração” e foi publicada no boletim *Sindiluta* na edição número 405 de 04 de dezembro de 1984 (figura 6).

Na imagem há dois homens trajados socialmente com terno e gravata e um deles tem em suas mãos uma mala com um cifrão estampado representando a riqueza. Os sujeitos estabelecem um diálogo e dizem um para o outro para fingirem que a situação que enxergavam na calçada não seria com eles. Por sua vez, na calçada, há duas pessoas em situação de rua, jogados pelo chão, com roupas sujas e rasgadas, com olhar e semblante de humilhação; juntamente com os adultos há uma criança chorando de forma desesperada.

FIGURA 6



Fonte: Sindiluta, número 405, dezembro de 1984. Autor: Bira

A imagem remete ao problema estrutural da sociedade capitalista em que é necessário que existam pessoas em miséria absoluta para que se sustentem os lucros e a riqueza dos detentores do capital. Ao mesmo tempo em que dois homens caminham pelas ruas ostentando boa aparência, dinheiro e ótimas condições de sobrevivência, há pessoas vivendo à margem da sociedade, sem acesso ao mínimo necessário para sobreviver. Outro ponto interessante na charge é justamente a presença de uma criança, fazendo conexão com a matéria que acompanhava a imagem, onde se explicava que muitas crianças nascidas em famílias que enfrentavam a miséria, o desemprego ou até mesmo uma situação de rua, acabavam morrendo por falta de alimentos e acesso à saúde.

A referida edição do boletim *Sindiluta* tinha como manchete a “Miséria mata mil crianças por dia no Brasil”. No decorrer do texto, uma estatística apresentada pelo Ministério da Saúde dizia que 361 mil crianças de até 5 anos teriam morrido no país entre o mês de janeiro e de dezembro do ano de 1984. A conclusão apresentada era que 1000 crianças eram mortas por dia, 41 por hora e quase uma a cada minuto, e que a grande causa da mortalidade era a pobreza e que muitas crianças morriam por conta da desnutrição, de doenças como sarampo, disenteria e desidratação.

Nessa mesma edição, o *Sindiluta* trazia ainda uma reflexão a respeito de o Brasil ser considerado o quarto maior exportador de alimentos do mundo e, mesmo assim, enfrentar uma situação de miséria e de fome. Tratava-se de uma grande crítica à sociedade capitalista, à desigualdade e à miséria em que o país estava mergulhado. Por fim, a mensagem principal do texto era sobre a necessidade de lutar para que se conseguissem salários dignos, mais empregos, em defesa da reforma agrária e pelo fim do sistema capitalista e, conseqüentemente, das divisões sociais e do lucro em detrimento da miséria alheia.

A década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, exatamente pela crise da dívida externa do Brasil - situação econômica enfrentado pelo país no período que dizia respeito à má gestão do dinheiro tomado de empréstimo do exterior, resultando na estagnação do crescimento econômico.

Nesse sentido, o *Sindiluta* publicou uma charge que trazia a representação de um dos problemas econômicos mais sérios da referida década. Na imagem temos uma divisão de lados e, conseqüentemente, de interesses. De um lado, identificado por faixas como “governo dos trabalhadores”, “não pagamento da dívida externa” e “fora FMI”, vários trabalhadores unidos e decididos enfrentando os organismos internacionais, “botando-os para correr”. Do outro lado estão, justamente, os organismos internacionais e os representantes da burguesia internacional, que aparecem representados como monstros, para demonstrar a sua nocividade (figura 7). Também é possível notar que tais monstros (as referidas organizações) fazem referência ao governo estadunidense, como se pode verificar pelo chapéu da centopéia retratando as características da bandeira dos EUA, além da presença da água, importante símbolo dos Estados Unidos.

O objetivo da imagem era demonstrar a importância de os trabalhadores do país se unirem para exigir o não pagamento da dívida externa e o rompimento com o FMI para que, dessa forma, a classe trabalhadora deixasse de sofrer as nocivas conseqüências do imperialismo estadunidense.

A crise da dívida brasileira teve início com a crise do petróleo de 1973. Nesse período aumentaram os valores dos produtos de forma que os lucros ficavam apenas com os produtores de petróleo em seus países de origem. Os produtores, por sua vez, depositavam seus dividendos nos bancos ocidentais (os bancos que eram fontes de empréstimos para os países em desenvolvimento).

FIGURA 7



Fonte: Sindiluta, número. Autor: Bira

Com intenções nocivas, e prevendo antecipadamente grandes ganhos, esses bancos emprestaram dinheiro ao Brasil sem garantias de que o dinheiro seria devolvido, mas isso seria cobrado depois. Por sua vez, o Brasil que passava por um regime militar ditatorial, gastava abusivamente sem prestar contas desperdiçando todo o dinheiro emprestado.

A crise do petróleo, juntamente com a recessão experimentada pelos Estados Unidos da América, contribuiu para que o mundo capitalista passasse a enfrentar uma grande recessão. Essa situação fez com que os países desenvolvidos consumissem menos produtos de origem estrangeira, como o café e o cacau, prejudicando os países em desenvolvimento, exportadores desses produtos.

Os países em desenvolvimento se viram com grandes dívidas e com pouquíssimo dinheiro para quitá-las, já que os produtos antes exportados (principal fonte de receitas) não estavam vendendo como antes. Essa problemática formou o círculo da corrupção e da especulação, resultando em uma grande e grave crise de dívida no Brasil.

A situação se agravou ainda mais quando os Estados Unidos e, posteriormente, os demais países desenvolvidos, passaram a aumentar as taxas cobradas dos produtos importados, a fim de combater a inflação em seus

respectivos países. Nessa lógica, os países devedores foram forçados a pagarem suas dívidas e, como as vendas cessaram, esses países eram obrigados a pedirem mais empréstimos, se endividando ainda mais.

O México foi um dos países em desenvolvimento que enfrentou uma situação bem parecida com a do Brasil, mas em 1982 o governo mexicano se recusou a pagar sua dívida astronômica. Naquele momento o Brasil estava quebrado, contribuindo para levar ao declínio o regime militar. A solução para essa problemática era praticamente impossível; por isso, em 1983 o Brasil assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que permitia a rolagem da dívida com os bancos. Futuramente, a situação começaria a se estabilizar, no entanto, durante os anos 80, um grande mal-estar tomou conta da economia brasileira.

Diante disso, os sindicatos iam às ruas realizando paralisações e manifestações, pedindo que o governo se recusasse a pagar a dívida externa para que o país não enfrentasse uma recessão ainda pior. No entanto, a classe trabalhadora não era ouvida e o Brasil se prendia, cada vez mais, aos interesses estadunidenses, fazendo acordos com o FMI e outros credores internacionais. Os sindicatos entendiam essa situação como a grande causadora dos problemas econômicos enfrentados, principalmente, pela classe trabalhadora e, em razão disso, a luta pelo não pagamento da dívida externa se tornou mais uma das bandeiras de reivindicação do movimento sindical do período.

4.2.2 Auto-retratação do sindicato

O novo sindicalismo tinha como principais propósitos organizar o trabalhador e convencê-lo a respeito da importância do sindicato convocando-o para a luta e a sindicalização. Portanto, neste eixo de análise, serão analisadas charges e cartuns que demonstravam o compromisso do sindicato em fortalecer o trabalhador e suas organizações de classe e convocá-lo para a participação, como se pode verificar na charge publicada na edição número 290 do *Sindiluta* (figura 8). Também serão analisadas imagens que, além de apelarem para a sindicalização, exemplificam momentos de luta e de mobilização dos trabalhadores, demonstrando a efervescência grevista dos anos 80.

FIGURA 8



Fonte: Sindiluta, número 290, junho de 1984. Autor: Eton

Porém, antes de partirmos para as análises, é importante retomarmos as afirmações de Marx em relação ao potencial de agrupamento dos trabalhadores como objetivo do sindicato. Para Marx, a principal função sindical era exatamente realizar a junção dos trabalhadores dispersos, pois cada um, de forma individual, tinha seus objetivos e não agia - e sequer pensava - coletivamente; portanto, quando o sindicato consegue aglutinar os trabalhadores, estes podem utilizar de maneira efetiva a única força social que lhes corresponde, ou seja, a união da massa ³.

Além disso, para Ricardo Antunes (1995), o sindicato ainda agia de forma muito defensiva no período da chamada abertura política e as lutas sindicais passavam pela questão da defesa dos direitos. A palavra do momento era resistência e as lutas caminhavam na mesma perspectiva defensiva. Portanto, a sindicalização era necessária para que os sindicatos pudessem se fortalecer, impedindo que os setores patronais continuassem a impor constantes arrochos salariais.

Uma das principais características do novo sindicalismo era seu potencial grevista. Em razão da abertura política, muitos sindicatos, ainda que timidamente,

³ A esse respeito veja citação constante da página 16 (Conf. LOSOVSKY, 1989, p.35).

começaram a organizar os trabalhadores para a realização de paralisações ou greves. Porém, é necessário reconhecer que as pautas defendidas pelos movimentos grevistas da época tinham um caráter defensivo, configurando uma verdadeira ação contra a corrosão salarial e o não cumprimento dos direitos trabalhistas, tornando possível a sobrevivência do trabalhador. Por isso, havia uma urgente demanda por parte dos trabalhadores de se filiarem ao sindicato como forma de não sucumbir ao ataque empresarial e se defender da superexploração que se acentuava na sociedade.

De acordo com França (2013), durante o período da ditadura civil-militar, muitos sindicatos sofreram intervenção e voltaram suas atividades para práticas assistenciais. Com a abertura política, aqueles núcleos de militantes operários - que foram cerceados de sua atuação sindical sob o regime ditatorial, mas que permaneciam ativos e organizados - intensificaram suas ações políticas para a retomada das direções sindicais, sob algumas bandeiras políticas mais amplas.

Por sua vez, Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto (1990) afirmam que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no artigo 2 de seu estatuto, se auto define como uma central classista e que preza pela existência de um sindicalismo onde impere a democracia política, social e econômica. Nesse sentido, o sindicalismo que renascia dos escombros da ditadura deveria ser pautado pelos ideais de um sindicalismo classista e combativo e, para tanto, a organização dos trabalhadores em torno do sindicato deveria estar baseado, dentre outras condições, na mais ampla sindicalização.

A partir disso, passaremos a analisar algumas produções iconográficas representativas da concepção sindical própria do novo sindicalismo. Não poderíamos deixar de começar por uma imagem que traz à memória uma das figuras mais conhecidas no universo sindical (figura 9); trata-se do João Ferrador.

Nesse cartum, veiculado na edição número 62 do jornal *Tribuna Metalúrgica*, vemos a figura do João Ferrador, um importante personagem elaborado pela própria imprensa sindical metalúrgica, que estrelava as charges na época áurea dos sindicatos. João Ferrador era um trabalhador industrial e pode ser assim apresentado:

Através das mãos de Antônio Carlos Félix Nunes, João Ferrador nasceu em 1972 para driblar a censura imposta à imprensa pelo governo militar. Seus bilhetes indignados para ocupantes do alto

escalão do governo, publicados na *Tribuna Metalúrgica*, tornaram a personagem popular na categoria. Com denúncias firmes das condições de vida e da exploração do trabalho, João Ferrador tornou-se símbolo dos metalúrgicos do ABC e presença obrigatória em campanhas, cartazes, camisetas, chaveiros. A estratégia foi um pedido do, na época, presidente do sindicato (em algumas fontes seria Lula, em outras Paulo Vidal) para o jornalista Félix Nunes. Com o conceito definido, coube ao chargista Otávio, e depois Laerte, a criação visual de João Ferrador (JORNAL DO NASSIF, 2014).

A partir de sua criação, o personagem passou a aparecer em muitos dos quadrinhos e tiras elaborados pelo jornal *Tribuna Metalúrgica*. Nessa imagem em questão, João Ferrador realiza um discurso contundente que, de maneira extremamente lúdica, educativa e explícita compara os trabalhadores às varas. João Ferrador comenta: “Os patrões são poucos, nós somos muitos. Somos como varas, uma se quebra facilmente, mas um feixe não”. Durante esse discurso, o personagem inicia segurando uma vara em uma das mãos e depois, no quadrinho posterior, a quebra com facilidade; por fim, no terceiro quadrinho, o personagem está segurando um feixe de varas e mesmo com todo o seu esforço (inclusive, suando) não consegue quebrar nenhuma das varas.

FIGURA 9



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, número 62, dezembro de 1981. Autor: Vargas.

Esse cartum - apresentado em formato de tira - aponta para a necessidade de os trabalhadores se sindicalizarem para se tornarem fortes, porém faz tal convite de forma bastante criativa. O grande diferencial da figura diz respeito às características lúdicas e educativas presentes. O exemplo dado por João Ferrador é muito particular e possibilita o entendimento da essência do objetivo do movimento sindical.

A comparação feita por João Ferrador está absolutamente explícita. Os trabalhadores, assim como as varas, sozinhos são facilmente quebrados, atacados, manipulados, dominados; porém, unidos, conseguem enfrentar as dificuldades que se apresentam nos embates estabelecidos no contexto da realidade capitalista.

A imagem seguinte foi produzida pelo chargista Vargas e traz a representação de quatro personagens trabalhadores, incluindo o personagem João Ferrador (figura 10). Os indivíduos representados estão devidamente uniformizados e com camisetas apresentando a seguinte frase: “Sou sindicalizado”. Os referidos trabalhadores estão com expressões animadas e fortalecidas, as quais transmitem a ideia de que os mesmos estão prontos para enfrentar o empresariado e lutar por seus direitos. Verificamos ainda a presença de um balão contendo a expressão “Sindicato somos todos nós!”, e, que indica que se trata de um pensamento comum entre todos os trabalhadores presentes. No canto direito da figura temos a presença de um patrão, trajando roupa social e com uma cartola, com expressão assustada, olhos arregalados e suando frio, representado pelas gotinhas saltando de sua testa.

FIGURA 10



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, edição especial, número 07, agosto de 1982. Autor: Vargas.

Nessa imagem fica explícita a ideia de que, por meio do respaldo de um sindicato, os trabalhadores se fortalecem coletivamente, ao invés de se sentirem

acuados diante dos patrões e seus ataques. E a principal forma de fortalecer um sindicato é por meio da sindicalização.

Com esse cartum, além de demarcar que o fortalecimento do sindicato passava pela sindicalização (e essa prática foi se intensificando após a emergência do novo sindicalismo) havia também uma convocação aos trabalhadores ainda não sindicalizados a se associarem ao sindicato para poder enfrentar os patrões e conquistar seus direitos num contexto de retomada das lutas sociais e sindicais. A imagem servia como um aparato de encorajamento para o trabalhador, trazendo a ideia de que agora sim era possível se sindicalizar e ter a categoria fortalecida na luta pelos seus interesses.

É exatamente nessa mesma perspectiva que se constitui o tema retratado pelo próximo cartum a ser analisado. Ele representa o contexto da rearticulação política do movimento sindical em torno de princípios norteadores do sindicato e apresenta o ideário do novo sindicalismo (figura 11). O desenhista construiu um cenário simples com três personagens caminhando com altivez e carregando, respectivamente, uma placa e anunciando uma palavra-chave do ideário político do novo sindicalismo, características próprias de um sindicalismo classista e combativo.

FIGURA 11



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, edição especial, número 07, agosto de 1982. Autor: Vargas.

Os trabalhadores são típicos representantes da classe trabalhadora brasileira, especificamente, operários de fábrica, já que utilizam uniformes e capacetes próprios desse tipo de categoria. Os operários estão mobilizados, carregando placas

e gritando palavras de ordem (identificado pelas bocas entreabertas e pelos balões de fala). Para cada trabalhador há uma placa contendo três letras que, juntas, formam a palavra “sindicato. Dentre as palavras de ordem, respectivamente, temos “liberdade!”, “autonomia!” e “democracia”, que estão associadas aos princípios norteadores do novo sindicalismo.

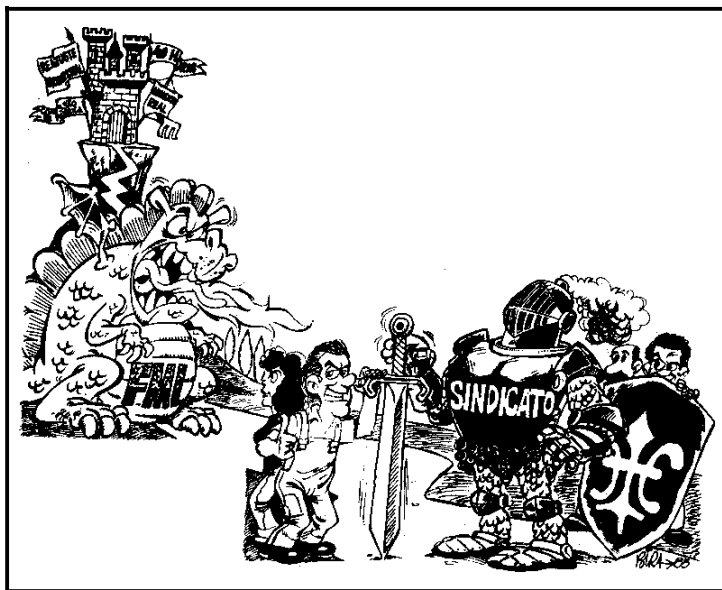
As três placas da imagem apresentam princípios presentes nas prerrogativas estabelecidas pela CUT, ou seja, um sindicato que fosse totalmente livre da tutela do Estado, caracterizando uma liberdade para a organização e atuação sindicais. A autonomia em relação a partidos e igrejas também aparecia como um dos princípios para o sindicalismo que surgia. Já o conceito de democracia poderia representar dois contextos: a democracia interna, que deveria prevalecer no exercício das atividades e decisões do sindicato como organização classista dos trabalhadores; e a democracia no ambiente político nacional, com o fim do regime ditatorial.

Portanto, a imagem contribuiu para propagar os ideais do novo sindicalismo, favorecendo os processos de tomada de consciência por parte da classe trabalhadora em relação ao sindicato, entendido como uma ferramenta essencial à luta política dos trabalhadores para sua libertação e autonomia e contra as condições de exploração em que se encontram submetidos.

A próxima charge a ser analisada foi publicada no boletim *Sindiluta* do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, na edição número 40 de março de 1985 (figura 12). Trata-se de uma representação típica da luta política dos trabalhadores na ordem capitalista.

Na imagem podemos perceber um cenário representativo da luta de classes: de um lado a figura de um dragão (que simbolicamente representa a inflação, mas também os setores capitalistas mais atrasados e violentos contra os direitos dos trabalhadores; nessa imagem, o dragão representa o FMI e, portanto, os interesses capitalistas internacionais) e, de outro lado, os trabalhadores em posição de combate para enfrentar o inimigo. No lado dos trabalhadores, no primeiro plano, há um homem e uma mulher com expressões muito confiantes para o enfrentamento. Ao lado deles, um guerreiro devidamente trajado com sua armadura, escudo e espada, onde se pode ler “sindicato”. Atrás do escudo também se pode ver outras duas pessoas, aparentemente em posição de combate.

FIGURA 12



Fonte: Sindiluta, número 490, maio de 1985. Autor: Bira.

Por sua vez, no outro lado, o dragão se mostra insaciável, com a boca aberta e cuspidando fogo, numa tentativa de amedrontar os trabalhadores. Atrás do monstro há uma espécie de “castelo”, que pode estar representando o próprio sistema capitalista.

Na ocasião em que a imagem foi produzida, os trabalhadores enfrentavam enormes dificuldades, principalmente, em razão do arrocho salarial. Durante o governo Figueiredo (1979-1985) a inflação atingiu níveis galopantes e o poder de compra dos salários diminuía progressivamente. O trabalhador, juntamente com o sindicato, se unia e lutava exaustivamente para combater o arrocho salarial decorrente dos elevados índices inflacionários. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores contra a inflação e também contra o que isso representava para os interesses do capitalismo internacional (ambas representações concentradas na figura do dragão) se apresentava como um dos grandes desafios do movimento sindical à época.

A imagem proporciona uma ideia de encorajamento para o trabalhador para lutar contra os seus inimigos (a inflação e o próprio sistema capitalista). Na charge o sindicato é retratado como um grande guerreiro, defensor dos trabalhadores, aquele que se arma e luta ao lado dos trabalhadores na defesa dos seus interesses.

Toda essa reflexão pode ser sintetizada nas considerações de Ricardo Antunes (1995) que afirma que o novo sindicalismo deveria ser comprometido com a perspectiva classista, com um sindicalismo combativo, livre e autônomo e que não poderia se acomodar diante dos desafios nem aderir à lógica capitalista; enfim, um sindicalismo lutasse pela superação da superexploração do homem pelo homem e que considerasse e apontasse o socialismo como sua perspectiva política.

A próxima imagem a ser analisada aparece em formato de história em quadrinhos e tem como título: “Fortaleça seu sindicato” (figura 13). Os protagonistas da história são a água e o peão (trabalhador). Em cada quadrinho a água aparece de uma forma diferente: nos primeiros três quadrinhos a água aparece como gota; nos quadrinhos quatro e cinco, a água é chuva; já no sexto quadrinho, a água é mar; no sétimo quadrinho, a água é uma forte correnteza; por fim, do oitavo quadrinho em diante, a água é comparada ao peão (forma de se auto-referenciar dos trabalhadores, principalmente, operários). Dessa forma, a representação da água é substituída pela figura do próprio trabalhador, que é o foco da representação gráfica.

Na história, a comparação da água com o trabalhador acontece de maneira lúdica e divertida. Tudo começa com a água se dando conta de que, como uma gota isolada, ela pouco faz diferença, mas acompanhada de muitas outras gotas, se tornaria uma das maiores forças da natureza, seja como chuva, mar ou correnteza. De todas as formas, a água demonstra sua força e provoca mudanças.

Imediatamente após a água se dar conta de seu poder, ocorre a sua comparação com o peão (trabalhador) e o objetivo dos quadrinhos é finalmente explicitado. Enfim, na imagem selecionada, a comparação que é feita do trabalhador com a água - que é uma das mais importantes forças da natureza -, pode remeter à ideia de que os trabalhadores são a força principal do sistema econômico capitalista e que, sem eles, a sociedade está fadada ao fracasso.

De modo geral, nessa pequena história, a ideia principal é a de que um trabalhador sozinho, isolado, não tem força suficiente para enfrentar os desafios da luta de classe, não tem poder de mobilização e não consegue provocar mudanças estruturais na sua própria realidade. Porém, um trabalhador ao lado e unificado com seus companheiros de trabalho se torna uma massa capaz de lutar e enfrentar qualquer desafio. Essa união é proporcionada pelo sindicato que, contando com o maior número de trabalhadores associados, adquire uma grande força política que

pode realizar transformações efetivas, como a defesa ou ampliação dos direitos trabalhistas já conquistados ou a conquista de novos e importantes direitos.

FIGURA 13



Fonte: Sindiluta, 1986. Autor: Marcatti.

De acordo com Ricardo Antunes, o período do novo sindicalismo foi marcado por greves, manifestações e altos índices de sindicalização, configurando “uma década de avanço orgânico sindical, para um conjunto expressivo de assalariados” (ANTUNES, 1995, p.21). Mesmo que as greves ou lutas sindicais não tenham resultado em mudanças efetivas no momento em que foram organizadas, a possibilidade de união dos trabalhadores e a filiação a um sindicato já demonstrava grande avanço no cenário político da época.

Ainda para o referido autor, a obtenção de conquistas derivadas das lutas sindicais teve relação direta com a existência de uma organização como a Central Única de Trabalhadores. Nesse sentido, Giannotti e Neto concordam que a criação da CUT significou uma conquista histórica para a classe trabalhadora, garantindo “na marra” a possibilidade de se organizar livremente para além das categorias

trabalhistas. Para esses autores, em nenhum outro momento histórico a classe operária teve o “privilegio” de se sindicalizar e lutar livremente, configurando um novo momento sindical. Afirmam Giannotti e Neto:

Nunca a classe operária tinha assumido tão decididamente em suas mãos o direito de organizar-se livremente como naquele momento. A lei fascista de Getúlio Vargas, que proibia a unificação dos trabalhadores em uma central sindical, é desrespeitada pela vontade unânime de quem participou desse Congresso. Quem foi até São Bernardo para aquele congresso estava decidido a criar um novo instrumento para a luta dos trabalhadores brasileiro (GIANNOTTI; NETO, 1990, p.9).

Segundo as proposições de Marx, o sindicato deveria, por meio de sua atuação política, garantir que os trabalhadores se reconheçam como semelhantes. Nesse sentido, é de suma importância que a classe trabalhadora elimine toda a concorrência entre si para que possa solucionar as suas principais demandas e o ato de sindicalização é a materialização política desse reconhecimento.

Sendo assim, o volume de produções iconográficas do período do novo sindicalismo é extremamente rico, principalmente, no que diz respeito à representação da necessidade de o trabalhador se filiar ao sindicato e entender seu potencial de luta. O sindicalismo combativo disseminava jornais, boletins, panfletos e cartilhas repletas de conteúdos de humor gráfico que reforçava as ideias defendidas por Marx e Lênin, na medida em que convocavam a massa trabalhadora para aderir ao sindicato e por reconhecer a força política dos trabalhadores unidos e organizados em suas entidades de classe.

4.2.3 Comissões de fábrica

Ricardo Antunes e Arnaldo Nogueira (1981), na obra “O que são comissões de fábrica”, iniciam sua reflexão apresentando uma definição sobre comissões operárias que teria sido citada por Marcelino Camacho e extraída de um documento que tratava especificamente das comissões de fábrica. Vejamos a referida definição:

As comissões operárias são uma forma de oposição unida de todos os trabalhadores... às estruturas sindicais que não servem. Nascem como uma necessidade de defender nossas reivindicações imediatas e de

preparar um amanhã de liberdade e unidade sindical e por isso as comissões operárias não são hoje, nem pretendem ser amanhã, um sindicato e menos ainda um agrupamento político. As comissões operárias são um movimento independente da classe operária, para a defesa dos seus interesses (*apud* ANTUNES; NOGUEIRA, 1981, p.7)

Para os autores, desde que o capitalismo havia se estabelecido, a organização dos trabalhadores era um constante desafio para o movimento operário. As formas de organização eram diversas, desde os comitês de bairro até os sindicatos e partidos políticos. Nessa perspectiva, uma organização que tinha ganhado importância nessa luta era exatamente a organização da classe trabalhadora em seus locais de trabalho, com destaque para as comissões de fábrica. Uma representação iconográfica típica dessa forma de organização pode ser verificada numa das charges publicadas pelo *Sindiluta* (figura 14).

FIGURA 14



Fonte: *Sindiluta*, 1986. Autor: Bira

Uma das principais formas de organização no local de trabalho era a comissão de fábrica que, de acordo com Antunes e Nogueira (1981), nasceria do esforço pela busca da unificação operária, para resistir e se contrapor à dominação patronal, reunindo os trabalhadores de uma mesma seção, departamento ou fábrica em torno de suas reivindicações - como a melhoria do ambiente de trabalho os aumentos salariais -, e também potencializar o controle e a auto-gestão dos trabalhadores dentro das empresas.

As comissões de fábrica no Brasil surgiram após o ano de 1945, no momento em que ressurgia o movimento sindical e operário, acompanhando o processo de

democratização. Foram essas organizações que ajudaram a encaminhar as lutas trabalhistas no que diz respeito às exigências urgentes, pois à época se agravava as condições de vida do trabalhador brasileiro. Em muitas greves organizadas no período se identificou a presença das comissões de fábrica e a existência delas se tornou fundamental para que o movimento operário na década de 1940 pudesse sobreviver. De acordo com Antunes e Nogueira,

Estas comissões, apesar do seu caráter espontâneo, foram fundamentais para o encaminhamento das lutas operárias em torno de suas reivindicações imediatas, dado o constante agravamento de suas condições de vida. Em decorrência, estas ações operárias questionavam a estrutura sindical consolidada durante o Estado Novo que, além de permitir a presença dos elementos contrários aos interesses dos trabalhadores (os burocratas e os pelegos sindicais), impedia que suas reivindicações fossem conquistadas (ANTUNES; NOGUEIRA, 1981, p.85).

Ainda segundo os autores, o momento de liberalização proporcionou o surgimento de lideranças mais revolucionárias no comando dos sindicatos, por meio de eleições sindicais, demonstrando o começo de uma transformação na estrutura sindical até então vigente.

Como visto na primeira imagem apresentada, as lutas no interior das fábricas na década de 1970 começaram a renascer com a organização de pequenos grupos, ainda que de maneira tímida e limitada. Os operários mais combativos tentavam recuperar o potencial da luta trabalhista. Antunes e Nogueira (1981) explicam que essa iniciativa surgiu da união entre a espontânea luta da classe e a ação dos operários mais avançados, os embriões das comissões de fábrica. Afirmam os autores: “Nascidos a partir da necessidade cotidiana de lutar por melhorias dentro das fábricas, estes embriões de organização de base poderão vir a ser um instrumento decisivo de luta da classe operária na sua luta contra o jogo do capital” (ANTUNES; NOGUEIRA, 1981, p.99).

Antunes e Nogueira apresentam ainda uma explicação a respeito das dificuldades que as comissões de fábrica enfrentaram para se reorganizar, como por exemplo, a violência patronal e policial em momentos de organização e mobilização de trabalhadores, a existência de uma legislação trabalhista que privilegiava os patrões e uma rotatividade grande da mão-de-obra.

Nesse contexto, uma figura que se tornou importante para auxiliar no processo de construção das comissões de fábrica e de um sindicalismo democrático foi o “delegado sindical”. O delegado sindical é um representante direto da classe trabalhadora, escolhido pela base e destituído por ela a qualquer momento que julgasse necessário. Esse representante goza de estabilidade, podendo dirigir as lutas sem a ameaça de ser demitido. Esse seria o início da transformação dos organismos de bases e, em razão disso, os patrões não aceitavam a negociação de sua existência.

Antunes e Nogueira (1981) concluem que a organização sindical de base, formada a partir das comissões de fábricas, uma vez preservado o caráter sindical, seria uma conquista da classe operária e jamais concretizada por mera concessão dos patrões, preocupados somente com seus lucros exorbitantes. Para isso, a classe operária deveria se organizar e se fortalecer em todos os níveis.

No âmbito do movimento sindical combativo, o ano de 1985 foi definido como o “ano das comissões de fábrica”. Para disseminar essa decisão política, o *Sindiluta* se utilizou de seus materiais comunicativos por meio de textos e charges. Em uma das charges tratando da questão foi retratada uma assembleia, onde alguns operários reunidos em um local realizavam uma votação, facilmente identificado pela urna no centro da imagem e também pelos papéis de votação nas mãos de cada operário presente (figura 15). Na imagem, os trabalhadores aparentavam uma grande animação com a votação, a qual se tratava de uma reivindicação pelas comissões de fábrica.

Nesse período, conforme publicado no *Sindiluta* na edição número 441, o sindicato havia chegado à conclusão de que a comissão de fábrica seria imprescindível para o movimento e uma de suas principais estratégias. Nesse sentido, em todas as fábricas seria necessária a implantação de uma dessas comissões.

As lutas principais do sindicalismo do período se voltavam contra o pacto social e em favor dos aumentos dos salários, reajustes trimestrais, 40 horas semanais e também por questões específicas de cada empresa. Sendo assim, o *Sindiluta* definiu as comissões de fábrica como uma reivindicação que deveria estar presente em todas as lutas para que fosse possível construir comissões de trabalhadores por todas as partes:

O ponto que mais foi discutido e que foi unânime no encontro foi a questão das comissões de fábrica. Os participantes concordaram em que esta reivindicação deve estar presente em todas as lutas e que é necessário fazer todos os esforços para a construção das comissões de trabalhadores em todas as fábricas. Essa disposição mostrou que a nossa categoria está dando passos importantes na sua organização como o único meio de avançar na luta por melhores condições de vida e de trabalho (SINDILUTA, nº 441, 1985).

Os pressupostos decididos no encontro seriam discutidos em todas as regiões e o *Sindiluta* se encarregaria de elaborar e publicar matérias sobre essa reivindicação, com o objetivo de disseminar para a toda categoria. O *Sindiluta* se incumbiu, portanto, de explicar e esclarecer devidamente para o trabalhador a respeito do que seriam as comissões de fábrica, sobre a necessidade de se contar com a efetivação delas e também sobre como seria possível conquistar a formação das comissões de fábrica.

FIGURA 15



Fonte: *Sindiluta*, número 441, março de 1985. Autor: Bira.

Posteriormente, na edição número 458 do *Sindiluta*, foi publicada uma matéria com o objetivo de explicar ao trabalhador como as comissões de fábrica se tornariam uma realidade. De acordo com a matéria, a primeira atitude a ser tomada pelos trabalhadores deveria ser no sentido de reunir a massa proletária, realizando uma assembleia geral na fábrica em horários estratégicos, como no período do

almoço, na entrada e/ou na saída dos trabalhadores. Nas assembleias deveria ser decidido por todos, democraticamente, as reivindicações que seriam levadas até o patrão, tais como: estatutos da comissão, insalubridade, horas-extras, demissões e tudo aquilo que os trabalhadores entendessem como uma necessidade. Deveriam também ser estabelecidas as formas de lutas, como paralisação parcial ou total para o caso de os patrões não atenderem às reivindicações de imediato. E, por fim, a escolha de uma comissão de trabalhadores para levar as decisões e reivindicações até o patrão. Todo esse esclarecimento também foi apresentado por meio de uma pequena história em quadrinhos, publicada em partes, no *Sindiluta* (figura 16).

FIGURA 16



Fonte: *Sindiluta*, números 458, 459 e 460, respectivamente, março de 1985. Autor: Marcatti

As tiras acima estão presentes, respectivamente, em três boletins do *Sindiluta*; em cada uma das edições havia a continuação da história e a comissão de fábrica era o assunto central. Na primeira tira - publicada na edição número 458 - alguns trabalhadores conversam na fábrica em que trabalham, ainda em horário de expediente, sobre a assembleia que aconteceria logo mais. Na assembleia, eles decidem as reivindicações da fábrica e elegem uma comissão trabalhadora que representaria todos os trabalhadores e levaria as reivindicações aos patrões. Nesse quadro, é exemplificado tudo aquilo que se orientava no próprio boletim.

Na edição seguinte (número 459) foi elaborado um esclarecimento à categoria, deixando claro que além do primeiro passo que deveria ser dado pelos trabalhadores - que seria realizar as assembleias para escolher os representantes que negociariam com os patrões posteriormente - os operários não deveriam apenas aguardar a resposta dos patrões, mas que também deveriam agir.

De acordo com o boletim, os trabalhadores não poderiam confiar somente em uma conversa “informal” com os patrões e esperar que estes viessem a atender suas reivindicações, mas sim, deveriam utilizar a força proletária para alertar os patrões (com paralisações, por exemplo). Dessa forma, os trabalhadores deveriam estar preparados para o embate e esclarecidos a respeito da necessidade de utilizar a mobilização como arma de luta. Nesse momento, não seria adequado realizar horas-extras, o ritmo de trabalho deveria ser menor e não deveria ser feito nada além do combinado. Isso aconteceria até o patrão dar a resposta às reivindicações, e caso a resposta não atendesse às expectativas, deveriam realizar assembleias para decidir as formas de organização, como a greve, para a conquista das demandas.

Portanto, a continuação da imagem que acompanha essa edição do boletim demonstra e exemplifica de maneira clara essa temática. Os trabalhadores conversam sobre a resposta do patrão e um deles questiona sobre a possibilidade de o patrão não responder aos empregados e começar a “enrolá-los”. Assim, o outro trabalhador fala sobre a necessidade de realizar uma nova assembleia e trabalhar em ritmo menor.

Na última das edições em questão (número 460), o grande foco era demonstrar a importância da greve, deixando claro que diante da não resposta do

patrão ou não atendimento das pautas reivindicativas da fábrica, os trabalhadores não deveriam esperar a boa vontade do patrão e sim lutar.

Nesse informativo, o sindicato explica o que seriam as greves e como elas deveriam acontecer. Apenas por meio da greve os patrões aprenderiam a respeitar os trabalhadores, pois com o encerramento da produção, eles se dariam conta de que dependiam inteiramente de seus trabalhadores.

O segundo ponto abordado diz respeito às greves fortalecerem a união dos trabalhadores, já que os patrões buscavam colocar os trabalhadores uns contra os outros e tirar destes a maior vantagem que possuíam. De acordo com o texto, a greve não seria necessária apenas para a conquista das demandas, mas também para unir cada vez mais os trabalhadores, proporcionando condições favoráveis para a conquista das reivindicações.

Durante as greves, a indicação do *Sindiluta* era no sentido de os trabalhadores discutirem sobre os problemas da fábrica em todos os setores e entenderem que as questões e pautas eram coletivas e nunca individuais. Por fim, o boletim trazia a informação de que 99% das greves proporcionavam vitórias parciais ou totais aos trabalhadores, ou seja, elas eram produtivas.

Sendo assim, na última tira da história, a informação é de que os patrões se negaram a conversar com os trabalhadores e não atenderam suas reivindicações, instaurando imediatamente uma greve dentro da fábrica. Unidos, discutindo sobre as demandas e não deixando a pressão dos patrões acabar com a mobilização, acontece vitória. Neste caso, a vitória citada ao fim da imagem não necessariamente tem a ver com a conquista de alguma reivindicação, como aumento salarial ou diminuição das horas trabalhadas, mas tem relação com a união e proximidade entre os trabalhadores e também com o esclarecimento e a conscientização sobre as condições de trabalho que possuem, e a necessidade de lutar pelas reivindicações.

Nessa perspectiva, os sindicatos deveriam contar com a organização das comissões de fábrica em todas as empresas, pois elas constituiriam a base da organização sindical, como representado na próxima charge a ser analisada. Na imagem, vemos a representação de uma espécie de casa, onde a base é a comissão de fábrica, as paredes são o sindicato, o telhado são as maiores reivindicações do período e o topo a CUT (figura 17).

FIGURA 17



Fonte: Sindiluta, número 514, junho de 1985. Autor: Não identificado

A imagem traz a representação de maneira ilustrativa da importância da organização das comissões de fábrica, do apoio sindical e do respaldo da Central Única dos Trabalhadores para a luta em favor de algumas pautas comuns das categorias operárias durante a década de 1980.

Apenas por meio do sindicato, das comissões de fábrica e da CUT é que os trabalhadores poderiam conquistar suas reivindicações e, dessa forma, de nada adiantaria apenas a existência da entidade sindical, sem que o sindicato fosse filiado à CUT e cumprisse com as diretrizes e princípios estabelecidos por ela, ou mesmo a presença do sindicato sem uma organização de base sólida.

Enfim, as principais pautas trazidas pelo movimento sindical combativo da época estavam representadas na charge, por meio das telhas do telhado: jornada de trabalho de 40 horas semanais; reajuste trimestral; estabilidade no emprego e reforma agrária. As 40 horas semanais eram reivindicadas para todos os trabalhadores e em todas as fábricas, pois apenas com a diminuição da jornada de trabalho extenuante é que se poderia viver melhor e acabar com o desemprego. Já o reajuste trimestral era fundamental porque os preços aumentavam quase diariamente, mas os salários não acompanhavam essa lógica, sendo reajustados apenas de 6 em 6 meses; portanto, a luta era para que houvesse reajuste trimestral a fim de impedir que a inflação destruísse o poder de compra dos salários. A terceira

luta era pela estabilidade no emprego, já que a rotatividade era muito grande e, na época, com o intuito de aumentar seus lucros, os patrões demitiam seus funcionários e obrigavam os demais trabalhadores a intensificarem o ritmo de produção. Por fim, a reforma agrária, entendida como a necessidade de reorganização da estrutura fundiária no país com a intenção de promover a redistribuição das propriedades rurais e fazer valer a função social da terra, se tornou uma das lutas encampadas pelo sindicalismo dos anos 80, assim como a reivindicação em relação aos direitos de trabalhadores rurais.

Por fim, na edição número 399 do *Sindiluta*, foi publicada uma matéria que afirmava que as comissões de fábrica eram a base que sustentaria o sindicato e, nesse sentido, era a grande aposta do movimento sindical do período. O objetivo com essas comissões era fazer com que os patrões pudessem respeitar devidamente os trabalhadores. A matéria ainda trazia dados que mostravam que, em fábricas onde havia comissões de fábricas, as demissões diminuía e chegavam até a não acontecer, bem como havia melhora no ambiente de convívio dos trabalhadores e até diminuição do autoritarismo dos chefes e patrões.

4.2.4 Lutas sindicais

O novo sindicalismo tinha como principal demanda corporativa lutar contra a superexploração do trabalhador nos ambientes da produção capitalista. Sendo assim, o movimento sindical definiu determinadas bandeiras de luta se posicionando contra o desemprego e lutando, principalmente, pela reposição salarial. Portanto, as charges selecionadas terão como foco a abordagem crítica referente a esse tema.

O *Sindiluta* publicou em sua edição número 308, do dia 13 de julho de 1984, uma matéria que abordava a temática do desemprego, afirmando que naquele ano o número de trabalhadores desempregados havia atingido níveis catastróficos. Alguns meses depois, na edição número 396, do dia 21 de novembro de 1984, o mesmo *Sindiluta* apresentava outra reportagem afirmando que, em 1984, cinco milhões de jovens que começariam a trabalhar não conseguiram emprego e muitos daqueles que já trabalhavam haviam sido demitidos. Outro ponto questionado na matéria dizia respeito às pessoas já empregadas que, em sua maioria, não possuíam carteira de

trabalho e também não contavam com o auxílio da lei trabalhista para realizar a defesa de seus direitos, ficando totalmente desprotegidos.

Era assustador o aumento do desemprego na época e, para as mulheres, a situação era ainda mais alarmante, pois a porcentagem de empregos ocupados por mulheres era de apenas 29,7% do total dos postos de trabalho no país. De 1980 para 1981 as mulheres haviam perdido mais de 100 mil postos de trabalho, sem contar que os salários das mulheres eram menores em relação ao dos homens em até dois salários mínimos; os homens ganhavam um salário médio mensal de Cr\$ 666.240,00 enquanto as mulheres ganhavam aproximadamente de Cr\$ 414.400,00.

De acordo com Alejandro Kuajara Arandia (1991) a década de 1980 tornou o fenômeno do desemprego ainda mais perceptível por meio do processo de aprofundamento da crise econômica. A recessão que tomou conta da economia no Brasil de 1981 a 1983 proporcionou uma redução dos níveis de empregos industriais. Sendo assim, além das dificuldades de os setores industriais e formais da economia absorver a População Economicamente Ativa (PEA), o mundo do trabalho passou a enfrentar problemas oriundos da crise dos anos 80, e com a política recessiva os desdobramentos foram justamente o aumento das taxas de desemprego, das relações informais de trabalho, arrocho salarial, entre outros fatores. Nesse sentido, a imagem expressa na charge a seguir foi bastante representativa da situação do país na época (figura 18).

FIGURA 18



Fonte: Sindiluta, número 84, agosto de 1983. Autor: Bira

Nessa perspectiva, o governo passou a iniciar um processo de tentativa reversão da crise. O Brasil nos anos 1981-1982 agia de acordo com as prerrogativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), portanto, a política de estabilização atuava nos setores formais da economia, visando conter a demanda agregada da economia. Nesse sentido, o ajuste no período citado acabou afetando ainda mais as pequenas e médias empresas, como decorrência dos processos de estabilização, dentro de uma realidade recessiva. Para Arandia (1991) esse processo pode acontecer graças a uma taxa elevada de desemprego e a falência de empresas. A região mais atingida foi o Sudeste, principalmente, São Paulo, estado onde se concentram 60% do emprego formal e dois terços da indústria do país, com base nos dados divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e também do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

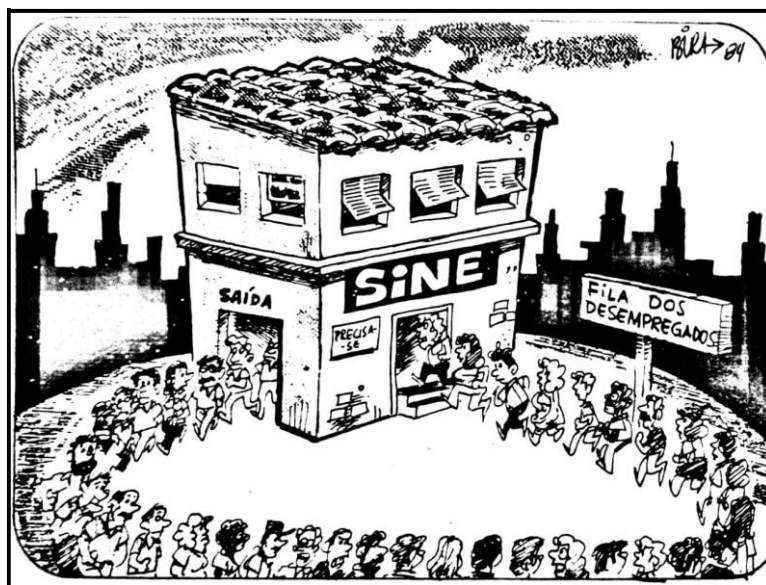
Portanto, de acordo com Arandia a situação se tornou perversa:

Assim, verifica-se que, paralelamente às dificuldades crônicas de absorção da população ativa pelo setor capitalista da economia, o mercado de trabalho se defrontou com uma crise e com uma política recessiva, cujas repercussões sobre o emprego e as condições de vida da população mostraram-se dramáticas. Para Mattoso (1986), essa situação verdadeiramente alarmante, conjugada à precariedade das políticas sociais e de emprego por parte do Governo, tornou a crise (1981-83) mais aguda e seus efeitos muito mais perversos sobre o conjunto da população trabalhadora (ARANDIA, 1991).

A realidade se agravava e o governo confessava que os níveis de desemprego aumentavam consideravelmente, mas que ele não podia tomar providências. Diante disso, a população vagava, sem perspectiva de mudança, buscando se empregar, sem sucesso algum.

Nesse caminho, na charge a seguir, vemos a representação de um grande prédio denominado SINE (Sistema Nacional de Emprego), com uma placa na entrada indicando “precisa-se” (figura 19). Na entrada, verificamos uma fila quase interminável de pessoas desempregadas à procura de um emprego. No entanto, a característica mais triste da imagem é que com a mesma frequência com que os desempregados entravam no SINE, acabavam saindo e retomando a procura, formando um círculo contínuo e interminável, o qual não levava os brasileiros a lugar algum.

FIGURA 19



Fonte: Sindiluta, número 346, setembro de 1984. Autor: Bira

Juntamente com a charge, a matéria abordava a questão do desemprego e trazia a notícia de que, naquele período, mais de seis mil desempregados tiveram que voltar ao SINE com o objetivo de conseguir um emprego. O grande fluxo de pessoas à procura de um emprego naquele órgão havia acontecido graças a uma reportagem da TV Globo que havia anunciado haver muitas vagas disponíveis para trabalho. No entanto, de acordo com a diretoria do SINE, já havia sido esclarecido que muitos não conseguiriam as vagas disponíveis, pois não possuíam as características e qualificações exigidas pelos empregadores. Ou seja, o anúncio das vagas se constituía como uma falácia, já que os trabalhadores iam até o SINE e não conseguiam a sua oportunidade de trabalho.

Na mesma matéria, o *Sindiluta* trazia também a reflexão de um membro do Comando de Luta contra o Desemprego que afirmou que teria acompanhado de perto todo o movimento e que o SINE não seria competente o suficiente para solucionar os problemas. O membro do referido comando chegou a afirmar que o SINE servia apenas para cobrir as falhas do governo estadual e federal e, na verdade, desmobilizava o movimento dos desempregados. Ele finalizou afirmando que os trabalhadores deveriam estar nas portas das fábricas pressionando os patrões e não fazendo fila longe dos centros que ofereciam empregos.

O posicionamento do Comando de Luta contra o Desemprego estava em consonância com a posição da diretoria do Sindicato dos Químicos de São Paulo, expressa por meio do *Sindiluta*, pois ambos acreditavam que o SINE seria uma espécie de cortina de fumaça para cobrir o problema e apresentar uma falsa ideia de que haveria uma solução para os desempregados. Dessa forma, o desemprego apenas se agravava e o governo se isentava de encontrar uma maneira de resolver a situação.

Na próxima imagem, publicada no *Sindiluta* edição número 346 do dia 05 de setembro de 1984, vemos uma ilustração fazendo referência à luta pela redução da jornada de trabalho (figura 20). Essa imagem representa a esperança que o trabalhador e sua família poderiam ter novamente com a redução da jornada de trabalho, pois isso ajudaria a elevar as chances de emprego e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida do brasileiro, conduzindo-o a “viver melhor”.

FIGURA 20



Fonte: *Sindiluta*, número 346.1984. Autor: Paulo Monteiro

Posto isto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tomou uma posição de enfrentamento, propondo a implantação do salário desemprego para que os trabalhadores pudessem sobreviver até conseguirem novamente um emprego e, dessa forma, atenuando a situação que atormentava os trabalhadores.

Outra proposta dizia respeito à diminuição da jornada de trabalho para 40 semanais, campanha que havia sido iniciada pelos metalúrgicos da cidade de Santo André e que estava se estendendo para outras categorias. A campanha foi lançada com o objetivo de diminuir as horas extras de trabalho e, conseqüentemente, aumentar o número de empregos. No boletim se explicou que a redução da jornada de trabalho teria consequência direta sobre o desemprego.

A pesquisa divulgada na época pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-econômicos) afirmava que em 1981 o número de trabalhadores desempregados era de 936.996 e em 1983 o número havia subido para 956.017. No ano de 1981, os desempregados e trabalhadores em subempregos atingiam o número de 1 milhão e 661 mil pessoas; já no ano de 1983, a quantidade havia subido para 2 milhões e 122 mil pessoas.

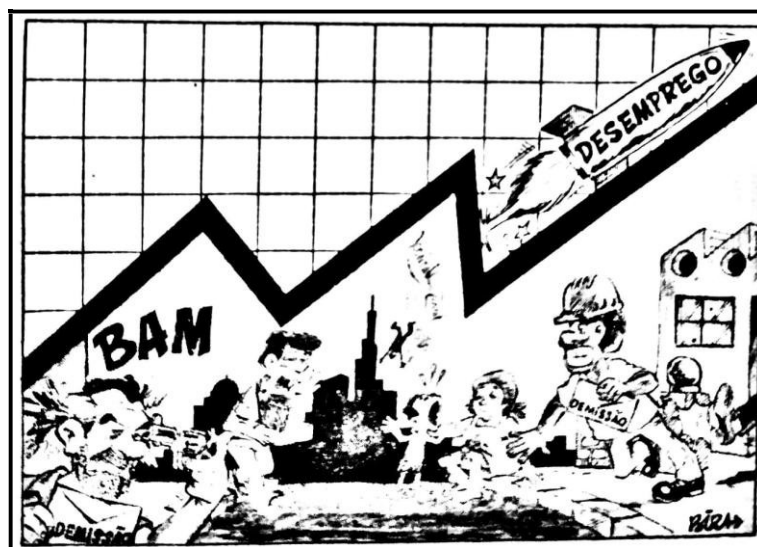
Essa situação do aumento do desemprego foi justamente o motivo da charge publicada no *Sindiluta* na edição número 339 (figura 21). Na imagem, vemos a representação de um gráfico que continha uma paródia à pesquisa sobre as taxas de desemprego. O gráfico se baseava na pesquisa que havia sido divulgada recentemente pelo Dieese, a qual trazia dados completamente diferentes dos divulgados pelo IBGE. De acordo com o *Sindiluta*, o governo divulgava inverdades em relação à quantidade de desempregados, disseminando a ideia de que o desemprego não era tão grande. Com base no Dieese, os resultados da pesquisa sobre emprego e desemprego mostravam que entre 1981 e 1983 a taxa de desemprego ficou em torno de 15%. Sendo assim, o resultado do Dieese confrontava o resultado do IBGE, que informava que a taxa de desemprego estava em torno de 7%.

A charge trazia um contraponto ao mostrar a representação do gráfico na parte superior da imagem onde um foguete denominado “desemprego” disparava e apontava para os referidos 15% (a taxa de desemprego do período divulgada pelo Dieese). O foguete fazia alusão à rapidez com que o número de desempregados subia vertiginosamente no período.

A parte inferior da imagem traz a representação da dolorosa realidade vivenciada pelos trabalhadores brasileiros. Vemos o Chico Ácido com uma carta de demissão em mãos, prestes a levar um tombo na sarjeta, graças a “um pé na bunda” que havia levado do patrão. Ao lado de Chico Ácido há uma mulher com seu filho,

aparentemente em situação de rua, representando a miséria em que o país se encontrava no período. Do outro lado da rua, há um vendedor ambulante, representando a elevação dos chamados subempregos. Na imagem, também há um senhor com uma carta de demissão nas mãos cometendo suicídio com um revólver apontado para a própria cabeça. E, por fim, ao fundo da imagem, uma pessoa se joga de um prédio, também tentando cometer suicídio.

FIGURA 21

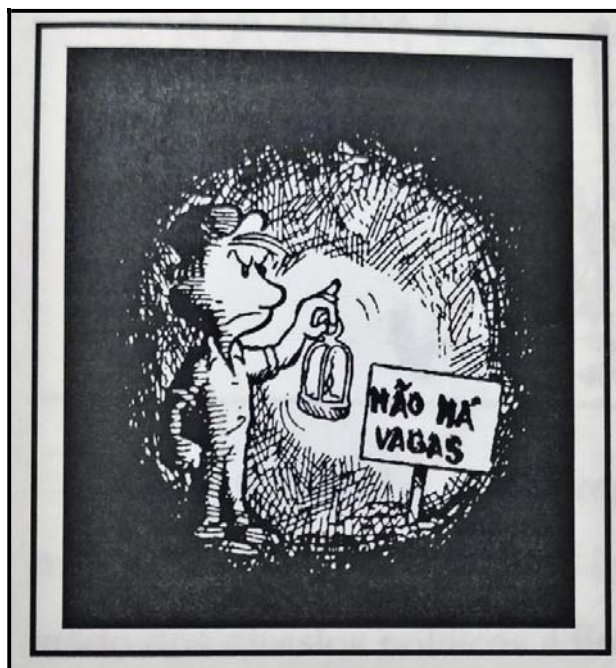


Fonte: Sindiluta, número 339, agosto de 1984. Autor: Bira

A imagem faz referência aos problemas ocasionados pelo desemprego no período, como a miséria e o subemprego como opção, e também aos casos de suicídios que atingiam números alarmantes, pois muitas pessoas não enxergavam uma solução para o desemprego e recorriam à morte como única saída. A charge trazia a realidade à tona, revelando dados ocultos pelo governo, afirmando os verdadeiros dados a respeito do desemprego e realizando a representação dos principais problemas ocasionados pelo desemprego estrutural.

Oriunda do Jornal *Tribuna Metalúrgica*, a charge seguinte foi publicada na edição número 68 do referido veículo de comunicação sindical. A imagem aponta de maneira específica para a temática do desemprego e traz consigo uma grande carga ideológica ao usar como personagem principal a emblemática figura de João Ferrador (figura 22).

FIGURA 22



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, número 68, maio-junho de 1983. Autor: Vargas

João Ferrador se encontra com um lampião em um local escuro com uma placa que tem a frase: “não há vagas”. Ao que tudo indica, o personagem está praticamente no “fundo do poço”, indignado de tanto procurar emprego e não conseguir, como a maioria dos trabalhadores do período. João Ferrador representa toda a insatisfação de uma classe em relação ao desemprego dos anos 80 e seu lampião demonstra a necessidade de se reacender a luta contra o desemprego e a recessão. Por fim, João Ferrador personifica o próprio sindicato, indicando aos trabalhadores que, naquela luta, o movimento sindical iria à frente mais uma vez, iluminando o caminho para a luta acontecer.

Juntamente com uma matéria que tinha como título “O desemprego campeia por aqui, governo não está nem aí”, a *Tribuna Metalúrgica*, em sua edição número 53, trazia naquele dia um cartum diretamente relacionado ao desemprego. Na imagem há um patrão (facilmente identificado por sua roupa social e pelo semblante “maquiavélico”) expulsando seus empregados e gritando para eles: “FORA”. Os trabalhadores, por sua vez, estão entristecidos, decepcionados e alguns até mesmo irritados. Enquanto isso, do outro lado da rua, há muitas placas sinalizando que “Não há vagas”.

FIGURA 23



Fonte: *Tribuna Metalúrgica*, número 53, outubro de 1979. Autor: Vargas

A problemática ilustrada dizia respeito ao fato de que o desemprego era um problema desde muito tempo antes. De acordo com Arandia (2013) as médias e pequenas empresas, especialmente no Sudeste, demitiam funcionários a todo instante desde o final da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980, e estes não encontravam novas oportunidades de emprego em outras fábricas, por um longo tempo.

Dessa forma, muitos trabalhadores aceitavam situações de trabalho degradantes e diversas humilhações por parte de seus patrões, para que não tivessem que enfrentar o desemprego. Por outro lado, os patrões exigiam cada vez mais de seus funcionários, solicitavam a realização constante de horas extras e, ainda assim, a demissão em massa acontecia.

Outro tema bastante recorrente em relação às lutas sindicais era a luta por melhores salários. A esse respeito, o *Sindiluta*, em sua edição número 438, pautou a questão e afirmou que os salários dos trabalhadores brasileiros há muito tempo já haviam sido saqueados, com reajustes injustos e negligentes, como ocorrera desde a primeira metade da década de 1970. Dessa forma, os trabalhadores perderam quase metade de seus salários. Esse período ficou marcado por uma significativa crise e a solução encontrada para amenizar os prejuízos futuros foi arrochar os salários dos trabalhadores.

Na visão de Arandia (1991), durante os anos 80, os trabalhadores enfrentaram o pior arrocho da história, além do que os preços de combustível, alimentos e bens para sobrevivência subiam demasiadamente, porém os salários

não acompanhavam a elevação dos preços e o trabalhador era fortemente afetado, na medida em que não conseguia se sustentar.

Nesse período, os trabalhadores tiveram uma perda de mais de 30% de seus salários e o nível de vida da classe trabalhadora declinou ainda mais. Porém, com o passar dos anos, o país começou a se recuperar das perdas e prejuízos, lucrando bilhões de dólares com o comércio exterior e, conseqüentemente, aumentando os lucros das fábricas; apesar disso, os patrões e o governo se negavam a reajustar os salários. Não satisfeito, o governo tentava prejudicar ainda mais o trabalhador, principalmente, com a modificação da lei salarial. Os salários estavam mais baixos que o custo de vida e a mudança da lei salarial afetaria diretamente o trabalhador.

Contra essa situação, a CUT alertava os sindicatos para incentivarem os trabalhadores a pressionarem as empresas das quais faziam parte. Era necessário tomar posição e resistir contra mais uma investida nociva por parte do governo, lutando por um aumento real dos salários e pela realização de reajustes trimestrais e não mais semestrais.

Na charge que traz o título “Vamos apertar o cinto do patrão”, publicada no Sindiluta na edição número 438, há uma representação de um embate onde o patrão (caracterizado com um terno e com suor minando de sua testa) está preso por um cinto puxado por um grupo de personagens que representavam os trabalhadores. Dentre esses trabalhadores, podemos notar a presença do João Ferrador. O conjunto de trabalhadores aparentava determinação ao conseguir “apertar” ou pressionar o patrão (figura 24).

A charge fazia referência a uma matéria publicada naquela mesma edição que explicava sobre a necessidade de pressionar o patrão e não deixá-lo arrochar os salários deliberadamente. A estratégia que deveria ser tomada pelos trabalhadores e sindicatos era a de não ceder às ameaças advindas do patrão, demonstrando união, força e combatividade.

Os patrões não queriam que os reajustes salariais ultrapassassem o limite da inflação e o objetivo era manter toda perda salarial dos últimos anos, caracterizando um “pacto social”. Na matéria, havia esclarecimento a respeito de que não eram os salários que geravam inflação, mas sim o aumento dos preços acima dos custos para aumentarem os lucros. Nesse contexto, as lutas principais da categoria seriam

em direção ao reajuste trimestral, pela ruptura com organismos internacionais, tais como o FMI, e pelo aumento dos salários, a fim de repor as perdas salariais.

FIGURA 24



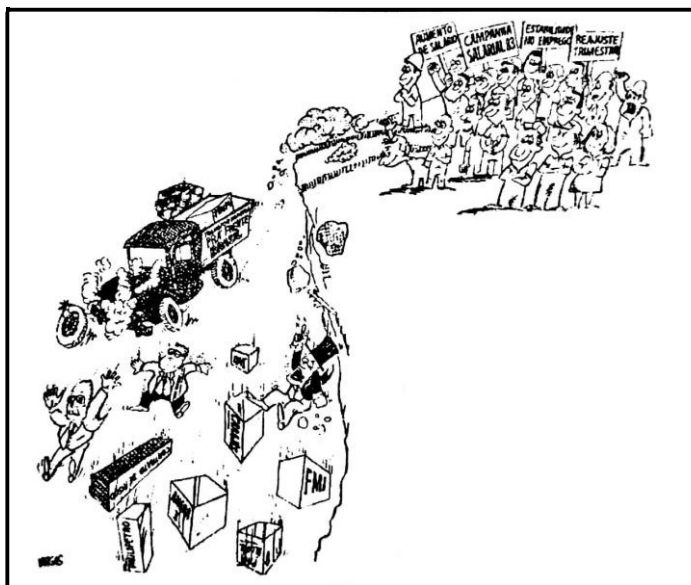
Fonte: Sindiluta, número 438, janeiro de 1985. Autor: Bira

Na próxima charge a ser analisada, publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica*, vemos uma representação clássica da luta de classes; na parte direita da imagem, muitos trabalhadores estão organizados em protesto, levantando placas e faixas com vários temas de reivindicação: aumento de salário; campanha salarial, estabilidade de emprego e reajuste trimestral. Já no lado esquerdo se encontram os representantes da classe burguesa, os patrões, com suas posses, personagens que representam a investida do capital internacional, bem como organismos internacionais (figura 25). A grande “jogada” da imagem está em representar a classe trabalhadora do lado mais alto assistindo à derrota patronal.

A manchete do jornal era a seguinte: “Os patrões e o governo criaram a crise... Não pagaremos por ela”. Ficou explícito que o papel dos trabalhadores era no sentido de reivindicar suas demandas urgentes, exigindo que o governo e os patrões parassem de jogar os prejuízos causados por sua ganância e irresponsabilidade nas costas dos trabalhadores. Muitos patrões alegavam que precisavam arrochar os salários para controlar a inflação e que eram os salários que provocavam a crise; no entanto, os sindicatos se preocupavam em esclarecer os trabalhadores nesse sentido, alertando-os de que os salários nada tinham a ver com

o processo de crise que o país enfrentava e que era fundamental possuírem salários dignos, que pudessem acompanhar minimamente a elevação dos preços dos produtos para a sobrevivência.

FIGURA 25



Fonte: Tribuna Metalúrgica, número 66. Janeiro de 1983. Autor: Vargas

Portanto, os trabalhadores não podiam se acomodar e deixar o discurso falacioso do empresariado impedir as lutas trabalhistas. As pautas deveriam ser exigidas, principalmente, em relação ao aumento de salário, fim de que os trabalhadores tivessem garantido o seu poder de compra, já que enfrentavam uma terrível recessão que afetava diretamente as condições de vida.

A próxima charge foi produzida pelo *Sindiluta* e trazia como tema de discussão a campanha dos trabalhadores pelo “aumento já” (imagem 26). Na imagem, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora está organizada em manifestação, fazendo greves, e exigindo aumentos reais de salário, o próprio patrão, em forma de ironia, reivindica mais demissões e arrocho já.

A carga irônica é expressiva, na medida em que traz a representação do patrão em ambiente e situação que são próprias da classe trabalhadora. Sendo assim, é característico da classe trabalhadora a utilização da manifestação como forma de reivindicação junto aos patrões, já que se trata de uma tradicional e eficaz ferramenta classista de luta. No entanto, não é factível que os patrões precisem

“reivindicar” demissões e mais arrocho, pois as práticas patronais nocivas são realizadas “naturalmente”. Posto isto, a imagem produz uma transgressão, como se precisasse haver reivindicações para demissões e arrocho, quando na verdade a engrenagem capitalista proporciona toda essa situação.

FIGURA 26



Fonte: Sindiluta, 1986. Autor: Bira

Apesar de ser um tempo de sindicalismo forte e combativo, o *Sindiluta* conclamava os trabalhadores da categoria para a necessidade de fortalecimento de sua organização e afirmava: “Esta é a nossa luta: mobilizar toda a categoria para lutar pelo não desconto da antecipação. Com a crise econômica e com a inflação que come cada dia um pedaço do nosso salário só há uma garantia: unificar toda a categoria nessa luta” (SINDILUTA, 1986).

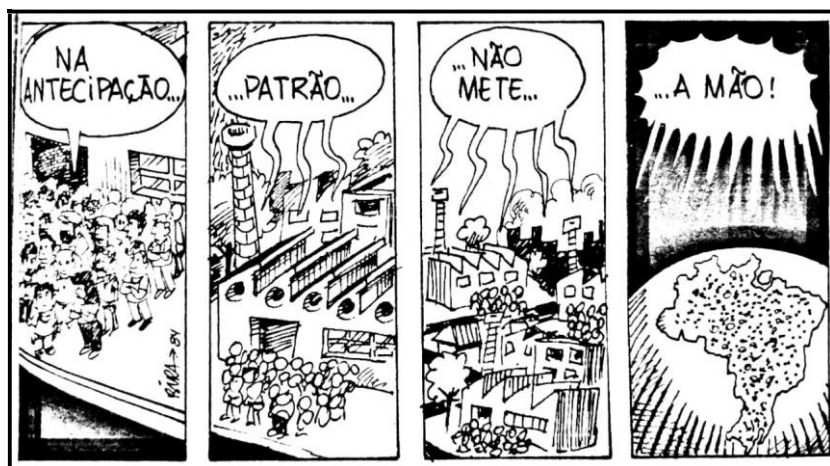
Naquele ano, com o fim da campanha salarial e o acordo coletivo assinado, o *Sindiluta* apresentou uma leitura crítica a respeito da atuação da categoria, afirmando que não houve uma mobilização consistente e que foram poucos os companheiros que aderiram à campanha e, com isso, a conquista dos trabalhadores não teria sido a ideal, apesar de parcialmente vitoriosa.

O sindicato, portanto, reforçava que a luta não deveria se findar e o foco adiante deveria ser pelo não desconto da antecipação. O *Sindiluta* passou a argumentar junto aos trabalhadores sobre a importância da luta individual e de fábrica se transformar em luta de toda uma categoria. Na visão do sindicato, a luta

nas fábricas durante a campanha salarial havia sido ótima, mas deveria ter ido além dos muros das fábricas.

Na última charge selecionada para nossas análises, o tema abordado é justamente a questão da antecipação salarial. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores era para não permitir que os patrões descontassem a antecipação conquistada anteriormente quando da aplicação do reajuste salarial (figura 27).

FIGURA 27



Fonte: Sindiluta, número 389, novembro de 1984. Autor: Bira

A imagem, em formato de tira, tratou a problemática como um processo crescente em termos de adesão e mobilização. O processo começa com os trabalhadores unidos e mobilizados em uma rua; no segundo quadro, eles aparecem reunidos dentro de uma fábrica; em um terceiro momento, eles estão mobilizados por toda a cidade e, por fim, no último quadro, o país todo se apresenta mobilizado. Na imagem ecoa a fala dos trabalhadores, que dizia: “Na antecipação patrão nenhum mete a mão”. Sendo assim, a referência era justamente ao fato de as lutas do campo individual ou que se resumiam às fábricas deveriam se tornar uma luta de toda a categoria e se transformar em uma luta geral que pudesse unir todos os trabalhadores do país.

Nessa questão, o sindicato deixava muito claro a importância dessa luta sindical, pois o não desconto da antecipação significava garantir um pouco de aumento nos salários, que havia sido negado pelas empresas durante toda a campanha salarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção desta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de apresentar um retrato analítico da experiência do novo sindicalismo brasileiro por meio da produção chágica na imprensa sindical. Porém, é preciso esclarecer os limites do trabalho, no que diz respeito à necessidade de continuidade da pesquisa, e principalmente, em relação às constatações feitas em relação às charges do período. O trabalho se propôs a analisar a produção chágica da imprensa sindical durante os anos 80 e, especificamente, dos sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e dos Químicos de São Paulo. Posto isto, não é a intenção da pesquisa generalizar as análises realizadas, pois elas se referem apenas às imagens aqui selecionadas, dentro do referido recorte temporal.

O recorte temporal feito para a pesquisa se resume à década de 1980, a qual foi marcada pelo processo de transição democrática de governos militares para um governo civil; pelo renascimento e efervescência das lutas em prol da democracia, liberdade e direitos; pela recessão econômica e pelo arrocho salarial; por problemas como o desemprego e o aumento da inflação e das taxas de juros que produziram um empobrecimento da população.

Todo o contexto descrito acima tornou o solo favorável para a organização de grandes greves e manifestações, em sua maioria, dirigidas, por sindicatos. Nesse sentido, a luta sindical ganhou relevância e se fortaleceu no período, proporcionando a conquista de muitos direitos e a construção da Central única dos Trabalhadores, como a principal expressão do novo sindicalismo.

No início da década de 1980, os sindicatos enfrentaram dificuldades em se aproximar de suas bases e, ao contrário do que possa parecer, eles não conquistaram aderência imediata da classe trabalhadora, recorrendo ao humor gráfico para chamar atenção dos trabalhadores.

Por muito tempo, as produções chágicas foram entendidas apenas como ilustrações de textos, ou algo que aparecia apenas para proporcionar leveza aos longos documentos. Porém, a imagem conquistou um lugar de destaque histórico, passando a ser reconhecida como uma fonte principal de informação. Esse é o caso da charge que se popularizou no universo sindical nos anos 80 e passou a ser

utilizada como uma importante ferramenta de formação e de mobilização dos trabalhadores.

O movimento sindical, de modo geral, produziu cartilhas e boletins, fartamente ilustrados com charges, cartuns e histórias em quadrinhos, os quais retratavam a importância do sindicato para o processo organizativo da classe trabalhadora e alertavam em relação às políticas nocivas do governo. Nesse sentido, a imprensa sindical se caracterizou como uma arma da classe trabalhadora, utilizada como uma forma de se aproximar e convencer os trabalhadores a se filiarem e seguirem as diretrizes defendidas por suas respectivas entidades representativas. A charge na imprensa sindical favoreceu o relacionamento com o trabalhador por meio de sua ludicidade e leveza, não abandonando seu lado crítico imbuído de carga ideológica.

Em relação às fontes de nossos objetos de análise (as publicações sindicais *Tribuna Metalúrgica* e *Sindiluta*) foi possível identificar determinadas diferenças entre eles. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema possuía uma trajetória de combate à ditadura civil-militar e, portanto, se colocava de forma defensiva em alguns momentos para que pudesse escapar da censura. Ainda assim, o Sindicato dos Metalúrgicos foi protagonista da construção do novo sindicalismo. Já o Sindicato dos Químicos de São Paulo se tornou combativo apenas com as eleições sindicais em 1982, quando novos diretores passaram a dirigir as lutas da categoria. Esse sindicato, desde as referidas eleições, se posicionou de maneira sempre muito combativa.

A utilização das charges na imprensa sindical serviu como forma de enaltecer o sindicato e sua potencialidade de luta; de demonstrar sua importância para a classe trabalhadora; de defender a necessidade da sindicalização e convocá-los para a luta; de defender os interesses dos trabalhadores; de realizar a auto-representação da luta entre os patrões e trabalhadores; e como alerta à nocividade das intenções empresariais e capitalistas.

Por fim, acreditamos que a produção do trabalho tenha contribuído no sentido de retomar a história sindical e trazer à luz os importantes marcos de uma trajetória de luta, encorajando a classe trabalhadora a despertar seu ímpeto revolucionário e combativo, como vivenciado durante a década de 1980.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. **O que são comissões de fábrica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos planos de estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.18, n.4, 1991. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/380/612>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. **O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico**. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ARBIA, Alexandre Aranha. A CUT (1983-1988): como mediação particular na construção da consciência de classe. **Anais (online)**. Praia Vermelha, RJ, v.23, n.2, p.465-489, jul/dez 2013.
- BALANDIER, George. **O poder em cena**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1980 (Coleção Pensamento Político, 46).
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8.ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- CARMO, Suellen do; NAKANE, Angélica Tamy. **A atuação do profissional de relações públicas no sindicato**. Londrina, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Públicas) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 8.ed., São Paulo: Ática, 1994.
- CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. Sindicato e partido político em Gramsci. **Anais (online)**. VI Seminário do Trabalho, Marília, SP: Rede de Estudos do Trabalho, 2008.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2013.

GIANNOTTI, Vito. **O que é estrutura sindical**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988 (Coleção Primeiros Passos; 194).

GIANNOTTI, Vito. **Collor, a CUT e a pizza**. São Paulo: Scritta, 1992.

GIANNOTTI, Vito. NETO, Sebastião Lopes. **CUT por dentro e por fora**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

JORNAL DO NASSIF. **Presidenta, governador, prefeito representam o Estado, governo e o povo os respeitam enquanto tal!**. Jornal do Nassif, 17 de junho de 2014. Disponível em: <<https://www.jornaldonassif.com.br/page/noticia/presidenta-governador-prefeito-representam-o-estado-governo-e-o-povo-os-respeitam-enquanto-tal->>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LÊNIN, Vladimir. **Sobre os sindicatos**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda., 1961.

LOSOVSKY, Drizdo. **Marx e os sindicatos**: o marxismo revolucionário e o movimento sindical. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 4.ed., Lisboa: Presença. 1980.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica**. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **Revista Nona Arte**, São Paulo, v.1, n.1, 1º semestre 2012.

RIANI, Camilo. **Linguagem & cartum... tá rindo do que?**: um mergulho nos salões de humor de Piracicaba. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2002.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá, PR: EDUEM, 2000.

SILVA, Ivam Cabral da. **Humor gráfico: o sorriso pensante e a formação do leitor**. Natal: UFRN, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, REGINA; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986, p.80-98.